

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

JOSÉ CLÓVIS DE ANDRADE FALCÃO

**A disciplina Ética e Cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie:
sua confessionalidade a partir das Cartas de Princípios, 2004-2013.**

São Paulo

2014

JOSÉ CLÓVIS DE ANDRADE FALCÃO

**A disciplina Ética e Cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie:
sua confessionalidade a partir das Cartas de Princípios, 2004-2013.**

Dissertação apresentada à
Universidade Presbiteriana
Mackenzie como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre
em Ciências da Região.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Bitun

São Paulo

2014

F178d Falcão, José Clóvis de Andrade
A disciplina Ética e Cidadania a Universidade
Presbiteriana

Mackenzie: sua confessionalidade a partir das Cartas de
Princípios,

2004-2013 / José Clóvis de Andrade Falcão– 2014.

126 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Bitun

Bibliografia: f. 120-126

1. Ética 2. Cidadania 3. Educação 4. Confessionalidade I. Título

LC BJ1261

JOSÉ CLÓVIS DE ANDRADE FALCÃO

**A DISCIPLINA ÉTICA E CIDADANIA NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA
MACKENZIE: SUA CONFSSIONALIDADE A PARTIR DAS CARTAS DE
PRINCÍPIOS, 2004-2013.**

Dissertação apresentada à
Universidade Presbiteriana
Mackenzie como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre
em Ciências da Região.

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Bitun – Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Estevan F. Kirchener

Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa
Universidade Presbiteriana Mackenzie

“Assim, ao Rei eterno, imortal, invisível, ao Deus único, honra e glória pelos séculos dos séculos. Amém!” I Tm 1.17 (registradas na pedra memorial colocada em 4 de julho de 1885, pode ser vista ainda hoje em um dos edifícios do Mackenzie)

AGRADECIMENTOS

A minha família querida, esposa Martinha da Silva Falcão, filhos Isaque da Silva Falcão, José Clóvis da Silva Falcão (em memória), Ana Cláudia Falcão Lima, seu esposo Jailson Francelino de Lima, meus netos Júlia Falcão Lima e Pedro (Falcão Lima), este a caminho, pelo encorajamento, intercessão e participação nesta caminhada acadêmica.

Ao Dr. Ricardo Bitun, orientador, mestre, pastor amigo, fraterno mentor acadêmico e ministerial.

Aos demais membros da banca Dr Hermisten Maia Pereira da Costa, erudito reformado que gentilmente tem feito preciosas contribuições ao texto e Dr Estevan Kischener, sempre profundo e pastoral, referencial desde o início de minha formação acadêmica.

Aos professores, funcionários e colegas neste período de desafios no PPG em Ciências da Religião da UPM.

À Prof^a Regina Martinez Okamura, revisora de língua portuguesa e espanhola por seus préstimos.

RESUMO

FALCÃO, José Clóvis de A. *A disciplina “Ética e cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie: sua confessionalidade a partir das Cartas de Princípios, 2004-2013*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

A disciplina Ética e Cidadania é apresentada em seu relacionamento com os aspectos conceituais e históricos do binômio ético-cidadão envolvendo a história da filosofia. Aristóteles, Paulo de Tarso, João Calvino, Dietrich Bonhoeffer, Hans Kung são evocados. O relativismo campeia, a falta de “marcos” predomina. Daí a necessidade de oferecer, na perspectiva da fenomenologia cristã um anteparo para dialogar com este campo do saber humano e social. Os direitos à liberdade e à igualdade, civis e políticos, não garantem, necessariamente a participação em bens sociais como educação, saúde, justo salário dentre outros. Os direitos sociais fazem parte de uma cidadania plena. A disciplina em apreço está associada às dimensões históricas e confessionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Os primórdios da centenária instituição de ensino tiveram na pessoa do Rev. George Chamberlain, juntamente com sua esposa Mary Ann Annesley os pioneiros como Escola Americana. Eram pessoas envolvidas no ministério sagrado, com espírito missionário e a intenção primária do casal era prestar um serviço à sociedade, sem descuidar da confessionalidade prática.

Finalmente, apresenta-se a confessionalidade na dinâmica pedagógica da disciplina em epígrafe, a partir das Cartas de Princípios expedidas pela Chancelaria da referida Universidade, no decênio 2004-2013.

Nas considerações finais, é reconhecido o vínculo confessional da instituição educacional, seguindo uma linha reformada de pensamento cristão. Confirma-se a premissa básica de seus primórdios históricos: “Às ciências divinas e humanas.”

Palavras-chave: Ética, cidadania, educação, confessionalidade.

RESUMEN

FALCÃO, José Clovis A. Asignatura "Ética y la ciudadanía en la Universidad Presbiteriana Mackenzie: su confesionalidad a partir de las Cartas de Principios, 2004-2013. Tesis de maestría, São Paulo, Universidad Presbiteriana Mackenzie, 2014.

La asignatura Ética y Ciudadanía se presenta en su relación con los aspectos conceptuales e históricos del binomio ético-ciudadano que implica la historia de la filosofía. Aristóteles, Pablo de Tarso, Juan Calvino, Dietrich Bonhoeffer, Hans Kung son evocados. El relativismo es moneda corriente, la falta de "hitos" predomina. De ahí la necesidad de ofrecer, bajo la perspectiva de la fenomenología cristiana una plataforma al diálogo con este campo del conocimiento humano y social. Los derechos a la libertad y a la igualdad, civiles y políticos, no aseguran, necesariamente, la participación en los bienes sociales tales como la educación, la salud, los salarios justos, entre otros. Los derechos sociales son parte de una ciudadanía plena. La asignatura en cuestión está vinculada a las dimensiones históricas y confesionales de la Universidad Mackenzie. Los inicios de la institución centenaria tenían en la persona del Rev. George Chamberlain, junto con su esposa Mary Ann Annesley los pioneros como Escuela Americana. Ellos eran personas que estuvieron involucradas en el ministerio sagrado, con espíritu misionero y la intención primaria de la pareja era servir a la sociedad, sin dejar de lado la práctica confesional.

Por último, se presenta la confesionalidad en la dinámica pedagógica de la signatura del título, a partir de las Cartas de Principios de la Cancillería de la citada Universidad, en la década 2004-2013.

En las palabras de clausura, es reconocido el vínculo confesional de institución educativa, siguiendo una línea de pensamiento cristiano reformado. Se confirma la premisa básica de sus orígenes históricos: "Para las ciencias divinas y humanas."

Palabras clave: ética, ciudadanía, educación, confesionalidad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. CAPÍTULO 1 – ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA ÉTICA E CIDADANIA.....	19
1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA ÉTICA.....	19
1.2 ASPECTOS DA ÉTICA NA HISTÓRIA FILOSÓFICA.....	30
1.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DA CIDADANIA.....	44
1.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADANIA.....	48
2. CAPÍTULO 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONFSSIONAIS DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.....	54
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	54
2.2 ASPECTOS CONFSSIONAIS DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.....	67
3. CAPÍTULO 3 - A CONFSSIONALIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E CURRICULAR DA DISCIPLINA “ÉTICA E CIDADANIA”. A PARTIR DAS CARTAS DE PRINCÍPIOS ENTRE 2003-2014 DA UPM.....	85
3.1 NOÇÕES EDUCACIONAIS EM LUTERO, CALVINO E COMENIUS.....	85
3.2 IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NAS CPs COM... ENFOQUE NA CONFSSIONALIDADE PRÁTICA A PARTIR DE FUNDAMENTOS ESCRITURÍSTICO SACROS E REFORMADOS CRISTÃOS.....	90
3.3 PROPOSTAS E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO COM FUNDAMENTAÇÃO NOS DEZ MANDAMENTOS, COMO MANIFESTAÇÃO DE CONFSSIONALIDADE.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

INTRODUÇÃO

O termo “ética” tem sido veiculado em toda parte, a mídia a ela refere-se tratando de política, corrupção administrativa, fraude, subornos, escândalos nos esportes, *dopping*, manipulação de resultados, na religião institucionalizada, nas mais diversas matrizes a degradação moral da sociedade, e aspectos mais complexos como bioética, engenharia genética, suicídio, eutanásia, aborto, em tudo e por tudo há envolvimento dos conceitos de ética e da moral.

A consideração teórica da ética trabalha em solo extremamente escorregadio; não há referenciais de outrora neste mundo contemporâneo. Roger-Pol Droit (2012, p.37) afirma que “a ética é, antes de tudo, a preocupação com o outro. Porque a existência dos outros, as múltiplas relações entre eles e eu constituem o ponto de partida mais universal de todas as formas de ética.” O que no passado até há pouco tempo, utilizou-se de vários referenciais, em dias presentes, “[...] estamos construindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e cujo objetivo final consiste unicamente no próprio ego e em seus desejos.” (Ratzinger, 2010, apud Rorty, p.17). O relativismo campeia, a falta de “marcos” predomina. Daí a necessidade em oferecer, na perspectiva da fenomenologia cristã um anteparo para dialogar com este campo do saber humano e social.

A gênese dos termos “ética” e “moral” permitem a reflexão a seguir:

O termo ética provém do lexema grego *ethos*, o qual, quando escrito com “e” breve (épsilon), significa hábito, e, quando escrito com “e” longo (eta), significa costume, moradia, propriedade de caráter ou mentalidade. Cícero (106-43 a.C.) traduziu-o pelo termo latino *moral*, derivado de *mos-moris*, que significa costume, como no grego.(MARINO JÚNIOR, 2009,p.115).

Houaiss (2009, pp. 846,847) esclarece a etimologia e conteúdo semântico dos termos:

Éthos, conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região...*êthos* [gr.] Caráter pessoal; padrão relativamente constante de disposições

morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo...**ética** Parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano refletindo esp. a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

A ética pode ser entendida como filosofia moral que surge quando se “passa a indagar *o que são, de onde vêm e o que valem* os costumes [...] também se busca compreender o caráter de cada pessoa.”(CHAUI, 2012, p. 386).

Há diferença entre os termos: A ética visa orientar a prática. Presta-se inclusive, mas não exclusivamente ao contexto religioso, relaciona-se à benevolência e à solidariedade, independente da crença no sobrenatural. Quando se pensa em ética deve-se levar em conta o interesse do outro, (SINGER, p. 21).

“A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral.” (VÁZQUEZ, 2012, p. 23)

Como expressou o Dr. Augustus Nicodemus:

Podemos agrupar as alternativas éticas de acordo com o seu princípio orientador fundamental. As chamadas Éticas Humanísticas tomam o ser humano como seu princípio orientador, [...] O *hedonismo*, por exemplo, ensina que o certo é aquilo que é agradável. [...] o *utilitarismo* tem como princípio orientador o que for útil para o maior número de pessoas.[...] O *existencialismo* é o sistema ético dominante em nossa sociedade moderna, que tende a validar eticamente atitudes tomadas com base na experiência individual. A Ética Naturalista toma como base o processo e as leis da natureza. O certo é o natural - a natureza nos dá o padrão a ser seguido. [...] A Ética Cristã, por sua vez, parte de diversos pressupostos associados com o Cristianismo histórico. (LIBERAL & SOUZA NETO organizadores, 2005, pp. 7-8).

João Clemente e Mary Rosane afirmam: “Viver significa realizar a vocação humana de participar da construção de uma sociedade justa, livre, fraterna e igualitária.[...] Ela [a ética] é, antes de tudo, uma questão de consciência, de atitude[...].” (LIBERAL & SOUZA NETO organizadores, 2005, p. 40).

Como muito bem expressou Jaime Pinsky (2004, p.9): “Educação, como não poderia deixar de ser, é a palavra-chave. [...] compreendida como o principal instrumento da cidadania [...]. Ou seja a ética e a cidadania estão intrinsecamente ligadas à educação. Não há cidadania sem uma educação consistente, solidamente estruturada, com os recursos pessoais, pedagógicos e de princípios éticos inegáveis. Neste contexto, encontra-se a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que revela estes princípios desde seus primórdios, quando era a Escola Americana, iniciada por George Chamberlain, como *Protestant College* em São Paulo. O sonho do Rev. Chamberlain e sua esposa Mary Ann pode ser identificado em suas palavras registradas pelo historiador Rev. Boanerges Ribeiro (1987, p. 17)

No ano de 1874, comprou-se um pastinho, em subúrbio de São Paulo, e imediatamente dedicamos 4 acres desse pastinho ao Senhor, para que no futuro ali houvesse um Colégio Universitário com o objetivo de oferecer educação cristã de nível superior; mais tarde minha mulher e eu assinamos a Escritura do lote para a “Sociedade Presbitério do Rio de Janeiro”, e nessa Escritura se colocou o encargo de que o terreno jamais seria desviado desse uso sagrado.

Não com o propósito proselitista, mas visando alcançar os descendentes da liderança nacional e prepará-los no modelo cultural protestante, como afirma Hack (2003, p. 33): “[...] contribuindo para a formação de uma nova mentalidade, como agentes de transformação social, substituindo [...] a acomodação da cultura brasileira por uma sociedade dinâmica[...] e participativa.”

Corroborando a posição confessional, encontra-se o registro de Themudo Lessa (2010, p. 137), quando da visita do Imperador D.Pedro II, em 1878 à Escola Americana

[...] em uma excursão a São Paulo, recebeu a Escola Americana a visita [...] de Sua Majestade o Imperador, [...]. Demorou-se duas horas no estabelecimento, “inspecionando as aulas de primeiras e segundas letras e examinando as classes à sua vontade”. Ao deixar a sala de aula dirigida pela hábil professora D. Adelaide Molina, perguntou-lhe: “Que doutrina se ensina aqui?” “O evangelho só” – respondeu-lhe D. Adelaide.

Posteriormente ao receber exemplares dos livros da doutrina ministrada na Escola, manifestou certa insatisfação: “Já sei, já sei, a doutrina é protestante.” Contudo disse ter havido com boa impressão da escola e acrescentou: “Se eliminarem o elemento do ensino religioso, podem contar com a nossa proteção.” Ao que o diretor respondeu: “A Bíblia tem estado aberta na escola desde o primeiro dia de sua abertura e, quando fechar-se, fechar-se-ão as portas da Escola Americana.”(LESSA, 2010, p.137).

No lançamento da pedra fundamental do primeiro edifício que seria usado para o curso superior, registra-se: “As Ciências Divinas e Humanas”, revelando a importância da religiosidade a partir de suas bases.

Nestes termos, faz-se mister enfocar o tema, sob o título:
A DISCIPLINA ÉTICA E CIDADANIA NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, E SUA CONFSSIONALIDADE A PARTIR DAS CARTAS DE PRINCÍPIOS (2004-2013).

Isto posto, cabe delimitar o tema proposto a ser pesquisado, enfocando o campo do conhecimento a que pertence, ou seja, “ética e cidadania” reporta-se à filosofia moral. “A filosofia é a ciência das causas primeiras para resolver os problemas da vida” (PADOVANI & CASTAGNOLA, 1990, p.56), este pensar, refletir visa a solução das questões práticas.

Liberal e Souza Neto afirmam: “O pensamento sociológico, filosófico e teológico deixa entrever que esta é uma questão presa a uma constelação de variáveis. A ética é complexa.” (2005, p.12). De fato, a interdisciplinaridade permite o enriquecimento da temática, o que faz a pesquisa desafiadora.

A sabedoria, Pv 9. 1-18, revela o pensamento de Salomão, aquele gestor que pediu a Deus esta compreensão, que envolve o cotidiano do ser humano. “ A ética tem um papel preponderante nas relações sociais, é um dos elementos basilares na orientação do sujeito para um processo de humanização.” (LIBERAL & SOUZA NETO, 2005, pp.12,13).

João Amós Comenius afirmou em sua Didática magna:

Processo seguro e excelente de instituir, em todas as comunidades de qualquer Reino cristão, cidades e aldeias, escolas tais que toda a juventude de um e de outro sexo, sem excetuar ninguém em parte alguma, possa ser formada nos estudos, educada nos bons costumes, impregnada de piedade,

e, desta maneira, possa ser, nos anos da puberdade, instruída em tudo o que diz respeito à vida presente e à futura, com solidez. (1996, p. 43)

O clássico pensador do século XVII, destaca a educação nos bons costumes, a moral impregnada de piedade, reflete exatamente o espírito da reforma protestante

[...] se realmente queremos escolas reformadas segundo as verdadeiras normas do autêntico cristianismo, os livros dos pagãos, ou devem ser afastados das escolas, ou ao menos devem ser utilizados com mais cautela que até aqui. (1996, p. 36)

Pode-se afirmar a compreensão ética de Comenius, em seus termos

Aqui está a Ética: porque a vida equilibrada e honesta não pode formar-se de outro modo senão amando, juntamente com a vida, as coisas que se devem amar, e amando-as como se deve, isto é, Deus e o próximo. (1996, p. 387)

A ética e a cidadania, na condição do indivíduo que usufrui direitos e deveres em relação ao Estado, numa perspectiva reformada e confessional, requer evocar o exemplo de João Calvino, reformador genebrino. Sua Academia, inaugurada em 5 de junho de 1559, era dividida em duas partes principais *Schola Privata*, o colégio dividido em sete classes e a *Schola Publica*, que oferecia estudos em nível superior (LOPES, 2006, pp. 82-83)

Calvino prescrevia que as aulas deveriam ser ministradas com qualidade imensurável, pois a Reforma Protestante careceria de homens devidamente preparados para o exercício da magistratura e, também, para o ministério eclesiástico, tendo ambos os grupos a responsabilidade de utilizar seus ofícios para glorificar o nome de Deus. (LOPES, 2006, p. 85)

A Escola Americana, precursora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde os primórdios, visava “a prática pedagógica dirigida no sentido de formar o homem para a vida [...] se preocupava com a formação integral do aluno: intelectual e moral;”(HACK, 2000, p. 103).

Nos dias atuais a dimensão ética e cidadã prossegue como valor da entidade educacional, como um grande desafio a ser perseguido. Portanto,

preservando a filosofia que a caracterizou originariamente, reporta-se ao campo ético e cidadão e sua confessionalidade no contexto histórico da UPM, neste milênio.

Em termos de objetivo geral a pesquisa visa tratar aspectos conceituais, históricos-confessionais, e de conteúdos programáticos, metodológicos com aplicações da disciplina ética e cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Este objetivo pode ser desmembrado em termos específicos.

- I) Identificar aspectos conceituais da ética e cidadania.
- II) Descrever aspectos históricos e confessionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- III) Apresentar a confessionalidade na prática pedagógica e curricular de ética e cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Quanto à problematização deve-se inquirir o que a pesquisa pretende resolver (AZEVEDO, 2008, p. 46):

- I) Quais são os aspectos conceituais da ética e cidadania?
- II) Que aspectos históricos e confessionais caracterizam a Universidade Presbiteriana Mackenzie?
- III) Que manifestações de confessionalidade são constatadas na prática pedagógica e curricular de ética e cidadania neste decênio (2004-2013) na Universidade Presbiteriana Mackenzie?

No que concerne às hipóteses, Lopes afirma: “São respostas provisórias e afirmativas às questões levantadas na problematização” (2009, p. 41).

A pesquisa pretende oferecer as respostas que se seguem:

- I) Os aspectos conceituais da ética e cidadania.
- II) Os aspectos históricos e confessionais da UPM
- III) As manifestações da confessionalidade na prática pedagógica e curricular da disciplina “ética e cidadania” na UPM.

Quanto à relevância, destacam-se considerações acadêmica, social e pessoal.

.-Acadêmica: Esta temática está relacionada na proposta do programa, *stricto sensu* em Ciências da Religião, área de concentração: Teologia e História da Ideias Religiosas do Protestantismo:

Esta área concentra seus estudos e pesquisas: a) na teologia e nas raízes e desenvolvimento histórico do Cristianismo, [...] o desenvolvimento do pensamento religioso cristão, com ênfase na era protestante e no pensamento reformado nos seus diversos ângulos: história, pensamento religioso (teologia/filosofia), ética, educação [...] (Portal Mackenzie:Ciências da Religião)

Esta pesquisa destaca os ângulos históricos do pensamento religioso e teológico, visando a ética por meio da educação.

-Social

A contribuição social de uma pesquisa nesta temática será de inestimável valor. Considerando a necessidade no oferecimento de propostas consistentes a um alunado em formação, não há como negar a importância da pesquisa, uma vez que atende aos reclamos no corpo docente e discente, visando à oferta de princípios formadores de caráter em meio a uma sociedade desestruturada.

Aspectos conceituais, históricos e a possibilidade de conceder continuidade ao trabalho em desenvolvimento na casa de ensino, oferece-se mais e bons instrumentos visando o enriquecimento dos atores envolvidos. Além desta contribuição imediata no âmbito da delimitação proposta, a UPM, disponibiliza o aprofundamento da discussão em torno deste magno assunto, que de modo mais abrangente alcança, por extensão as muitas instituições de ensino confessional.

-Pessoal

A temática em apreço reveste-se de especial importância para o pesquisador, em razão de ele estar vinculado ao magistério cristão de confissão reformada. A sua questão vocacional o induz à busca de subsídios que fortalecerão seu caráter e aperfeiçoarão seu desempenho no magistério.

Na revisão de literaturaapresenta-se uma síntese dos autores que desenvolveram a mesma linha de pesquisa. O primeiro texto em apreço COMENIUS, João Amós. *Didáctica Magna*. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 1996.

Assim expressou-se o pedagogo morávio:

Nós ousamos prometer uma *Didáctica Magna*, isto é, um método universal[...] E de ensinar com tal *certeza*,que seja impossível não conseguir bons resultados. E de ensinar

rapidamente, ou seja, sem nenhum aborrecimento para alunos e para os professores, mas antes como sumo prazer para uns e para outros. E de ensinar *solidamente*, não superficialmente e apenas com palavras, mas encaminhando os alunos para uma verdadeira instrução, para os bons costumes e para a piedade sincera. (COMENIO, 1996, pp. 45-46)

O objetivo de ensinar solidamente a piedade sincera, a verdadeira instrução, não apenas o conhecimento teórico, formal, mas o caráter.

A contribuição de Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001, é inquestionável. Nascido na Macedônia, em 384 a.C. produziu o primeiro tratado de ética na filosofia ocidental; primeiro a empregar o termo “ética”, como usado contemporaneamente. O próprio Aristóteles afirmou:

E vê-se que esta conclusão está em conformidade com o que dizíamos no início, isto é, que a finalidade da vida política é o melhor dos fins, e que o principal empenho dessa ciência é fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações.

Em “História da Cidadania” Jaime e Carla Pinsky, organizadores, pela Editora Contexto, 5ª ed., São Paulo, 2010, é um marco teórico sobre cidadania, no Brasil. Direitos civis são direito à vida, liberdade e igualdade diante da lei. Direitos políticos, votar e ser votado, além dos sociais (educação, saúde, segurança), todos estes direitos representam a cidadania.

Por fim o texto de Dr. Osvaldo Hack, *Mackenzie College* São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. Nele encontra-se o Sistema Educacional Protestante, além de informes históricos, inclusive a relação com a legislação brasileira.

A partir deste momento, identifique-se o referencial teórico, o autor pelo qual será compreendida a pesquisa.

Aristóteles, autor de *Ética a Nicômaco*, seu filho, oferece os princípios de uma compreensão ética que perdura desde a Grécia antiga, até os tempos contemporâneos, servindo de referencial para a pesquisa no campo da ética. Aristóteles reelabora o trabalho de Sócrates e Platão, filósofos precedentes e contribui com uma nova intuição moral (EDITORA MARTIN CLARET, 2001)

A felicidade, ou bem-estar, é objetivo da ética, exposto no Livro I. No último, o autor retoma a temática da felicidade e esclarece que não deve ser

ela mal interpretada como se fora os prazeres, mas a contemplação das verdades eternas, (MARCONDES, 2007).

No comentário do livro I 13, Zingano (2008, p. 76) apresenta a felicidade como *certa virtude da alma segundo perfeitavontade*

O problema pode ser resumido do seguinte modo. Se tomarmos o sentido de *completo*, então adotamos a perspectiva inclusivista: a virtude *completa* é a que possui todas as suas partes: justiça, coragem, temperança e assim por diante. O problema fica então agudo de conciliar esta tese com X 7-9, que defende que a melhor atividade, [...] é a contemplação.

Esta contemplação, portanto, está ligada à virtude *teleios*, completa, conclusa, mas também a melhor e mais forte.

Dietrich Bonhoeffer em seu trabalho *Ética* registra:

Quem se devotou a um programa ético há de esbanjar suas energias insensatamente, e mesmo o seu martírio não servirá de fonte de alento para sua causa nem representará uma ameaça aos maus. Curioso, entretanto, é que não só o teórico e articulador programático da ética não atinge o seu adversário; também o elemento perverso dificilmente reconhece o seu. Um cai na armadilha do outro. Não é a esperteza, o conhecimento das tramóias [sic] que percebe e conhece a realidade ética, mas o singelo postar-se na verdade de Deus e um olho que se tornou simples e sábio olhando para ela. (BONHOEFFER, 2009, pp. 45-46)

O entendimento do pensador alemão manifesta que a sociedade em geral não reconhece o valor prático da postura ética e via de regra, despreza seu conteúdo, ainda que marcas de sacrifício estejam presentes ao longo de sua apologética. Merece destaque o discernimento revelado pelo escritor em foco, de que o olhar reflexivo à ética transforma o indivíduo em sábio, ou seja alguém que discerne com clareza o bem e o mal, bem como encarna princípios do bem.

Outra “lente” através da qual uma pesquisa da temática em apreço não deve ser olvidada, refere-se ao teólogo João Calvino. Sistematizador da teologia cristã, na perspectiva reformada, suas obras, tais como “Institutas da Religião Cristã”, comentários bíblicos e “A Verdadeira Vida Cristã”, são algumas fontes primárias da pesquisa.

Isto posto, é necessário tratar da metodologia a ser aplicada à pesquisa.

É preciso que se diga o papel de intérprete exercido pelo pesquisador a partir dos instrumentos que são fruto de sua postura teórico-epistemológica (LUNA, 2009).

Estabelecida sua problematização, que pergunta a pesquisa procura responder, estabelecer-se-ão hipóteses, possíveis respostas e o caminho para obtenção destas respostas, não apenas as técnicas, mas as filosofias da caminhada, a isso entendemos “postura teórico-epistemológica”.

O mesmo cientista metodológico contribui:

[...] pesquisa visa a [sic] produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno. [...] alguns objetivos a serem atingidos por uma pesquisa[...] – demonstração da existência (ou da ausência) de relações entre diferentes fenômenos; - estabelecimento da consistência interna entre conceitos dentro de uma dada teoria; - aumento da generalidade do conhecimento (LUNA, 2009, pp 15-16).

Esta pesquisa atende a expectativa metodológica visando produzir argumentos consistentes a favor de uma pedagogia ética e cidadã não apenas na comunicação, mas principalmente em sua essência, em seu conteúdo programático, identificando sua confessionalidade. Outra proposta da pesquisa é demonstrar a relação existente na formação do caráter com o exercício da vida, nas suas mais diversa dimensões educacional-formativa, não apenas informativa, como também profissional-produtiva. Estas manifestações são fruto da perspectiva pessoal, estes fenômenos estão interligados. Por fim, o aumento do conhecimento, a extensão do saber é um anseio honesto a quem se propõe pesquisar, ainda mais sobre ética na formação cidadã em uma instituição identificada com a confessionalidade, desde seus primórdios.

Registra Azevedo (2008, p.50) um texto científico lida “criticamente o material usado, seja ele documental (fontes escritas disponíveis) ou empírico (dados coletados pela intervenção do pesquisador da realidade)” - em o caso presente, a pesquisa bibliográfica sinalizada pela revisão bibliográfica e referencial teórico, além das obras componentes da bibliografia. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 26), há oito fases na pesquisa bibliográfica: “a) escolha do tema;b) elaboração do plano de trabalho;c) identificação;

d)localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h)redação”

Pode-se afirmar que no atendimento do título “ *a disciplinaética e cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie e sua confessionalidade*”, tem-se como introdução aspectos da importância de que se reveste a pesquisa diante do quadro social brasileiro, de quase plena degeneração ética e cidadã e a importância da educação, como afirmou Comenius “ensinar solidamente [...] encaminhando os alunos para uma verdadeira instrução, para os bons costumes e para a piedade sincera.”(1996, pp. 45-46) A pesquisa foi dividida em três capítulos: I) *Identificar aspectos conceituais da ética e cidadania*: A temática ética e cidadania será abordada procurando conceituar estes núcleos temáticos, evocando ideias de Aristóteles, Calvino, Bonhoeffer, dentre outros pensadores, oferecendo diversos entendimentos ao longo da história da humanidade; II) *Descrever aspectos históricos e confessionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie*. O embrião universitário, a Escola Americana, já trazia em seu DNA, em sua gênese, o elemento da fé religiosa, confessional, associada à Reforma Protestante. A importância de educadores reformados, cristãos fiéis e competentes à semelhança de João Amós Comenius, não se pode negar, pelo contrário são parâmetros de uma educação voltada para o caráter. Os vínculos com a confissão de fé reformada e com uma pedagogia de vida não podem ser olvidados. Finalmente, o III) *Apresentar a confessionalidade da proposta pedagógica e curricular de ética e cidadania para a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a partir das Cartas de Princípios entre 2004-2013*. Examinando-se as práticas deste teor na UPM, e tendo como base a pesquisa a ser desenvolvida, pretende-se reconhecer a confessionalidade na proposta curricular da disciplina Ética e Cidadania. Nas *Considerações Finais*, empreende-se uma revisão da pesquisa. Explica-se o alcance do objetivo geral que é “tratar aspectos conceituais, histórico-confessionais e de conteúdos programáticos, metodológicos com aplicações da ética e cidadania na Universidade Presbiteriana Mackenzie”. Ao tempo, aponta-se para uma pesquisa na mesma área “ética-cidadã”, voltada para todos os diversos setores da magna Universidade.

CAPÍTULO 1 - ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA ÉTICA E CIDADANIA

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA ÉTICA

Destaquem-se alguns pensadores: Heráclito, séc. VI – V a. C., Aristóteles em “Ética a Nicômaco”, Hans Küng em “Projeto de Ética Mundial” e Dietrich Bonhoeffer com o texto “Ética”.

Heráclito, filho de Blóson, natural de Éfeso, julgava que só a razão, a essência das coisas conduzia ao conhecimento, era orgulhoso e insolente. Nos fragmentos de sua obra, em parte, perdida, nas citações feitas por terceiros, encontra-se o pensamento: “o caráter é o demônio do homem” (GOMES, 1994, p.114,126). Esta é uma reflexão pertinente à temática em apreço, visto que o homem interior de uma criatura “destituída da glória”, carente da graça divina numa cosmovisão cristã, realmente leva o ser humano a atitudes misteriosas, tétricas e destruidoras. Poder-se-ia afirmar que a ética do demônio caracteriza o ser humano natural.

Aristóteles, filósofo grego, foi discípulo de Platão e professor de Alexandre, o Grande. Nasceu em 384 a.C. e faleceu em 322 a.C. Dedicou a seu filho, o livro “Ética a Nicômaco”. O filósofo afirmou que há um fim desejado por si mesmo, que é o bem, o sumo bem (2001, p. 9). Para todos, seja o vulgo ou pessoas sábias, o bem supremo é a felicidade (2001, p.11). Assim refletiu o filósofo

Ora, parece que a felicidade, acima de qualquer outra coisa, é considerada como esse sumo bem. Ela é buscada sempre por si mesma e nunca no interesse de uma [sic] outra coisa; enquanto a honra, o prazer, a razão, e todas as demais virtudes, ainda que as escolhamos por si mesmas (visto que as escolheríamos mesmo que nada delas resultasse), fazemos isso no interesse da felicidade, pensando que por meio dela seremos felizes. Mas a felicidade ninguém a escolhe tendo em vista alguma outra virtude, nem, de uma forma geral, qualquer coisa além dela própria (ARISTÓTELES, 2001, pp. 17-18).

Este bem maior, almejado por todos é a felicidade. Ela, não é procurada para se alcançar outras virtudes, mas ao contrário, a honra, o prazer e a razão são desejadas visando a felicidade.

A felicidade está associada com a virtude, essa atividade virtuosa deve agir bem, (ARISTÓTELES, 2001, p. 21). O filósofo grego entendia que: “ a finalidade da vida política é o melhor dos fins, e que o principal empenho dessa ciência é fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações.” (ARISTÓTELES, 2001, p. 23). O escritor em apreço destaca a importância da política e da legislação específica que trate da educação e de trabalho a exemplo de Esparta, ao afirmar:

De qualquer modo, a pessoa que queremos tornar boa deve ser bem exercitada e habituada, passando depois no curso de sua vida em ocupações conforme à [sic] excelência moral e abstendo-se de praticar, voluntária ou involuntariamente, ações más; e se isso pode ser alcançado se os homens vivem de acordo com uma espécie de reta razão e ordem, e este procedimento tenha força – se assim for, a autoridade paterna, na verdade, não tem a força ou o poder coercitivo necessários (como, aliás, em geral não os tem a autoridade de um homem só, a não ser que se trate de um rei ou algo parecido), porém a lei tem esse poder coercitivo, e é ao mesmo tempo uma regra baseada em sabedoria e razão prática. [...] a lei não lhes é opressiva ao ordenar o que é bom (ARISTÓTELES, 2001, pp. 226-227).

Para o sábio grego, o instrumento da lei era o recurso para condução da cidadania, da ética e dos bons costumes. “Os legisladores tornam bons os cidadãos por meio de hábitos que lhes incutem” (ARISTÓTELES, 2001, p. 32)

O pai de Nicômaco afirma que as atividades virtuosas são a felicidade e que as atividades viciosas são o oposto, (ARISTÓTELES, 2001, p. 25). A virtude moral é resultado do hábito, (ARISTÓTELES, 2001).

O sábio em apreço registra que sua pesquisa não tem por finalidade apenas a teoria, mas a vivência virtuosa. A virtude encontra-se no ponto médio, o meio-termo entre os extremos do excesso e da falta. Destaco como exemplo: “Quanto ao dinheiro que se dá ou recebe, o meio-termo é a liberalidade; o excesso e a deficiência são, respectivamente, prodigalidade e avareza.” (ARISTÓTELES, 2001, p. 41).

Sendo, então, os fins aquilo que desejamos, e os meios aquilo sobre o que deliberamos e que escolhemos, as ações relativas aos meios devem concordar com a escolha e ser voluntárias. Ora, o exercício da virtude relaciona-se com os meios; portanto, a virtude também está ao nosso alcance, da mesma

forma que o vício. Com efeito, quando depende de nós o agir, igualmente depende o não agir, e vice-versa, ou seja, assim como está em nossas mãos agir quando isso é vil; e temos o poder de não agir quando isso é nobre; do mesmo que temos o poder de agir quando isso é vil. Por conseguinte, depende de nós praticar atos nobres ou vis, e se é isso que significa ser bom ou mau, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos (ARISTÓTELES, 2001, p. 56).

O escritor em foco responsabiliza o homem por suas ações, sejam elas boas ou más e conseqüentemente a categorização em virtuosos ou viciosos.

Continuando a examinar as considerações sobre ética do filósofo em foco, destaquem-se as três espécies de disposições morais, o vício a incontinência e a bestialidade, que devem ser evitadas. À bestialidade entenda-se aquela deficiência moral acima da medida comum.

A amizade também é vista como fator de crescimento, aperfeiçoamento do caráter:

A amizade ajuda os jovens a evitar o erro; ajuda os mais velhos, amparando-os em suas necessidades e suprimindo as atividades que declinam com o passar dos anos; e os que estão no vigor da idade ela estimula a prática de nobres ações, pois com amigos – “dois que andam juntos” – as pessoas são mais capazes de agir e de pensar.(ARISTÓTELES, 2001, p.163)

Ou seja, a companhia de alguém próximo, compreensivo auxilia no aperfeiçoamento de boas ações, a maneira de tratar as dificuldades pessoais, o encaminhamento de soluções pode reverter em práticas nobres e formação sólida de caráter.

O sábio grego ainda reflete suas considerações afirmando que a felicidade é o alvo maior da natureza humana; não é uma disposição inata ao ser humano, mas uma atividade conforme as virtudes. Esta é uma atividade contemplativa da verdade; o filósofo mesmo sozinho pode contemplá-la. A pesquisa da verdade, a investigação do saber pode ser desenvolvida em particular, embora companhia com os mesmos fins, pode trazer grandes contribuições. É perene, podendo ser exercida de forma contínua, além de ter um elemento de prazer, o que traz satisfação e bem-estar ao amante do saber.

O filósofo grego afirmou:

A sabedoria prática também está ligada ao caráter virtuoso e este à sabedoria prática, visto que os princípios desta são conformes às virtudes morais e a retidão moral são conformes [sic] à sabedoria prática. (ARISTÓTELES, 2001, p. 222).

Como foi demonstrado, a reflexão do pensador não estava voltada à teorização da vida, mas em torná-la mais racional e sensível, considerando as virtudes, o equilíbrio prático no viver. O bem-comum e o exercício da cidadania estavam na pauta da reflexão filosófica. A felicidade da atividade contemplativa da verdade, não era um fim em si mesma; ela se realiza na mudança do caráter, no aperfeiçoamento das relações interpessoais, no amadurecimento do agir na polis. O filósofo grego em apreço deixou uma contribuição não apenas a seu filho Nicômaco, mas a todos os seus descendentes no pensar, no envolver-se com o exercício cidadão. A partir do homem com o desenvolvimento pessoal, em sua responsabilidade, sob a orientação, supervisão e encorajamento do estado, por meio de leis, pode-se chegar à cidadania, ao exercício dos valores, direitos e deveres e desfrutar de uma sociedade humanamente feliz. Estas ponderações trazem um marco no pensar ético e uma contribuição dentro desta pesquisa.

Uma abordagem fundamental, em se tratando de uma pesquisa relacionada à instituição cristã, é tratar do próprio Cristo em seus ensinamentos bíblicos. Considere-se o sermão proferido na montanha, registrado pelo evangelista Mateus no que se refere às “bem-aventuranças”.

Discorrendo sobre as bem-aventuranças registradas pelos evangelistas Mateus (5.1-4) e Lucas (6.20-21) afirmou o reformador genebrino:

Seu objetivo é mostrar onde se encontra a verdadeira paz de espírito, e que objetivos são realmente dignos de almejar [...] Jamais, enquanto possuímos razão e bom senso admitiremos que alguém pode ser feliz sendo espancado, fisicamente abusado e desprezado, alguém que tenha todos os seus bens roubados e que passe cada hora desperta resmungando e gemendo. [...] Aqui nós precisamos refletir sobre o tipo de vida a que nosso Senhor Jesus Cristo nos chama, uma vez que entremos em sua escola. Ele convida cada um de nós a renunciar o eu, e carregar a sua cruz. (CALVINO, 2008, p. 34-35)

Ainda que a pobreza de bens possa “quebrar” o espírito altivo e propiciar um ambiente à reflexão espiritual e mudança de atitude diante do sagrado, o verdadeiro entendimento da condição espiritual falida e miserável enseja a

busca pela provisão graciosa e os recursos das insondáveis riquezas de Cristo, seu evangelho, (Efésios 3.8).

Nesta mesma linha interpretativa, John Stott discorre sobre as bem-aventuranças afirmando:

A pobreza e a fome a que Jesus se refere nas bem-aventuranças são condições espirituais. São “os humildes (pobres) *de espírito*” e aqueles que “têm fome e sede *de justiça*” que ele declara bem-aventurados. E podemos certamente deduzir disso que as outras qualidades por ele mencionadas também são espirituais. É verdade que a palavra aramaica que Jesus usou poderia significar simplesmente os “pobres”, como na versão de Lucas. Mas “os pobres”, os pobres de Deus, já constituíam um grupo claramente definido no Velho Testamento, e Mateus estaria correto traduzindo para “pobres de espírito”.

Outra explicação acerca do princípio norteador da ética na perspectiva cristã, pode ser identificada na oração ensinada pelo Senhor Jesus e comentada por Calvino nas Institutas (2006, vol. III.31, p.117):

Reforçando o ponto: quando pedimos na oração que o nome de Deus seja santificado, não devemos fazer essa petição tendo em vista algum proveito para nós, mas somente tendo em consideração a glória de Deus, sem nenhum outro interesse, fim ou intenção. E, contudo, essa mesma petição redundará em nosso proveito e utilidade. Porque, quando pedimos dessa maneira que o nome de Deus seja santificado, paralelamente é feito benefício à nossa santificação. Mas, como foi dito, nem nesse proveito devemos pensar quando fazemos a primeira petição. De tal modo deve ser assim que, ainda que fosse excluído todo o nosso proveito e que nada recebêssemos de Deus em resposta à oração, não deveríamos deixar de desejar e pedir em oração esta santificação do nome de Deus, bem como as outras coisas semelhantes que pertencem à sua glória.

Ou seja, a glória de Deus e não o benefício próprio, ainda que seja legítimo, deve conduzir a petição para a vida. O valor ético é fundamentado na exaltação divina, no reconhecimento de sua soberania e na manifestação de sua glória.

Hans Kung (2003, p. 9) afirma que a sociedade mundial carece de “normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas e que todos sejam válidos”. A sociedade humana necessita de referenciais que façam parte de um núcleo comum a todas as culturas, e que um esforço comum a

todos os segmentos em todos os povos devem acordar uma série de valores e alvos.

Eu estou convencido de que, se não pudermos conquistar também representantes da política e do mundo econômico e financeiro para os programas éticos, todas as exigências éticas das religiões e das Igrejas, por mais bem intencionadas que sejam, cairão no vazio. (KUNG, 2003, p.10)

A compreensão de Küng é de que se faz necessário envolver as lideranças mundiais na política, economia e finanças para que em um esforço comum as propostas éticas relacionadas com as religiões, as mais diversas, como judaísmo, cristianismo e islamismo, possam ressoar positivamente.

Há um “vazio de sentido, de valores e de normas.” A questão é se o Ocidente conseguirá solucionar os graves “[...] problemas econômicos, sociais, ecológicos, políticos e morais que ele mesmo produziu.” (KÜNG, 2003, p. 29). Um vazio de valores e problemas morais caracteriza o Ocidente, este é um desafio que deve ser enfrentado.

No fundo, não estão também colocados questionamentos à Europa ou aos Estados Unidos “cristãos”, que na teoria se sabem comprometidos com uma ética geral e válida para todos, mas que, na prática, porém, muitas vezes, agem de acordo com uma “ética de situação” que a tudo ajeita?” (KUNG, 2003, p. 32).

Que se pode dizer do Brasil, então, acerca deste “jeitinho brasileiro” travestido de uma flexibilidade de valores que na prática tem causado tantos males à sociedade?

A ética, na concepção de Küng (2003, p. 38), deve ser preventiva, [...] “não deveria iniciar somente quando os experimentos novos já entram na fase da industrialização.[...] já na fase de pesquisa (tanto na ciência atômica quanto na genética) tal ética deveria colocar suas prioridades e preferências.” Ou seja, é fundamental que o processo antes de iniciar-se no projeto seja submetido a uma análise ética, a um crivo de valores que permitirá conclusões diagnósticas definidoras da adequabilidade e pertinência deste projeto científico. A postergação da análise ética, como se secundária fosse, acarreta o desvio do propósito original de qualquer iniciativa que vise o bem estar social do ser humano. O campo genético de pesquisas pode produzir manipulações terríveis,

o tratamento de embriões e a dignidade da morte e eutanásia gera questões sobre o desenvolvimento da tecnologia aplicada à medicina.

Os valores específicos da modernidade industrial – diligência (“indústria”), racionalidade, ordem, solidez, pontualidade, sobriedade, produtividade, eficiência – não devem simplesmente ser abolidos. Eles devem, isso sim, ser reinterpretados, com os valores do pós-modernismo, para dentro de uma nova constelação, e combinados com imaginação, sensibilidade, emoção, calor, suavidade e humanidade. Não se trata, pois, de jogar fora ou condenar, mas de dar novas ênfases, de oferecer contrapropostas, de proporcionar contra-movimentos. (KÜNG, 2003, p. 47)

As forças sociais da tecnologia, democracia e ciência, antes absolutizadas devem ser vistas em associação com outro corpo de valores.

Numa visão integral da vida, as dimensões econômica e política precisam estar relacionadas com os aspectos ético e religioso do ser humano (KÜNG, 2003, p. 48).

Considerando o propósito de uma ética, o pensador suíço defende

Sem moral, sem normas éticas comumente aceitas, sem “padrões globais”, as nações correm o perigo de pelo acúmulo de problemas durante decênios, caminhar para uma crise que pode levar ao colapso nacional, isto é, à ruína econômica, à desmontagem social e à catástrofe política. Dito de modo diferente: nós precisamos refletir sobre a *ética*, sobre o comportamento fundamental das pessoas (KÜNG, 2003, p. 54)

As implicações da falta de valorização de princípios éticos pode levar impérios econômicos à ruína. Os grandes impérios babilônico, grego e romano no passado são exemplos desta colocação.

Uma pergunta fundamental na reflexão ética: “Por que a pessoa humana – entendida como indivíduo, grupo, nação, religião – deve se comportar humanamente, de forma verdadeiramente humana?” (KÜNG, 2003, p. 57) Esta é uma questão básica, porque o ser humano precisa ser visto em sua concepção verdadeiramente humana, há uma transcendência da matéria bruta.

Um aspecto fundamental é a sustentabilidade, o cuidado com a natureza não-humana; a sobrevivência da humanidade depende de seu habitat. O filósofo/teólogo em foco discorre: “o termo-chave para nossa estratégia de

futuro deve ser a responsabilidade das pessoas por este planeta, uma responsabilidade planetária.” (KÜNG, 2003, p. 61)

Ética e ecologia - chega-se a quatrocentas partes de carbono por milhão na atmosfera, que excede o que especialistas em clima entendem ser o limite de segurança para o homem.

Basta pensarmos na crise de energia, no esgotamento da natureza, na expansão demográfica. Tal auto-restringimento se daria justamente por causa da sobrevivência das pessoas no futuro. Assim, exige-se uma nova ética fundamentada no cuidado pelo futuro e no temor e respeito diante da natureza (KÜNG, 2003, p. 63)

O futuro depende do presente e passa por uma consciência da preservação de sobrevivência do planeta. O reconhecimento de uma gestão responsável dos recursos esgotáveis da natureza é imprescindível como valor ético para a humanidade.

Paulo afirma: “Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústia até agora” (Romanos 8.22) O verbo “*systemadzei*”, indicativo presente ativo, (GOMES E OLIVETTI, 2008, p. 606) modo indicativo, indica certeza, fato, realidade; qualidade da ação do tempo presente, preferencialmente linear, um estado mais do que um instante (SCHALKWIJK, 2004, p.167).A criação não somente “geme”, mas também “suporta angústia”, “*synodinei*”, “sofre agonia”, também indicativo presente ativo, com as mesmas observações.

Schaeffer (2003, p. 226) registra:

Você ama a criação no presente? Imagine então o quanto a amará no futuro! No museu de arte de Neuchatel, há três painéis do pintor suíço Paul Robert (1851-1923) com o tema da Segunda Vinda de Cristo. Os painéis proclamam que, quando Cristo voltar, ele será o Senhor sobre tudo. Um desses painéis retrata o relacionamento com o mundo da arte e outras obras intelectuais; outra ainda mostra o seu relacionamento com o mundo da agricultura. O painel que mostra Cristo e a agricultura está ambientado no vale que fica entre Neuchatel e La Chaux de-Fonds. Eu queria que você pudesse ver esse pedaço da Suíça na primavera! Não há lugar comparável à Suíça, com as suas flores silvestres agitadas pela brisa. Mas Paul Robert fez aquela paisagem até mais bela do que o olho

jamais poderia ver, pois ela só será bela assim quando Cristo voltar.

A sustentabilidade defendida por Küng, como demonstrado, a relação ética e ecologia é vista no texto paulino como necessária pelo gemido e angústia da natureza e também no registro de Schaeffer, nos painéis indicando o alvorecer de um novo dia, implicando na relevância da criação e conseqüentemente, um compromisso ético com o planeta.

Singer advoga o: “ desenvolvimento de uma ética ambiental. Uma ética ambiental consideraria virtuosos o aproveitamento e a reciclagem de recursos, e veria como perversos o consumo e a extravagância desnecessários.” (SINGER, 2012, p. 301)

Esta é uma abordagem que reflete a consciência da interação entre os seres vivos e o meio ambiente. No momento que o homem encontra-se, não há como deixar de reconhecer a relevância da natureza e seu uso responsável, como manifestação da maturidade e equilíbrio requeridos.

Nas considerações da “ética como formação”, Dietrich Bonhoeffer afirma:

Que o mal aparece sob a máscara da luz, da caridade, da fidelidade, da renovação, do historicamente necessário, do socialmente justo, é prova cabal de sua mais profunda maldade para quem percebe as coisas com singeleza. (BONHOEFFER, 1985, p. 45).

A singeleza, a simplicidade, não a ingenuidade faz com que a percepção torne-se mais acurada, o discernimento mais arguto, a compreensão mais perspicaz e daí o disfarce da maldade ser visto, ainda que sob a máscara da luz. A sensibilidade ética faz o teórico identificar os meandros do mal.

Bonhoeffer (1985, p.46) prossegue em seu discurso, condenando o fanatismo ético que, irracionalmente, procura atacar os sintomas e não a causa; ainda que defenda os valores da justiça, o faz sem percepção e inteligência, chegando a sucumbir exausto diante de um adversário ardiloso e termina por envolver-se em “coisas secundárias e questiúnculas”.

O escritor alemão esclarece acerca da postura adequada:

Ele se apega aos mandamentos, ao juízo e à misericórdia que diariamente emanam da boca de Deus, porque tem e conhece Deus. Não estando amarrado por princípios, mas comprometido pelo amor a Deus, ele se libertou dos problemas e conflitos da decisão ética. Esses não mais o afligem. Ele pertence unicamente a Deus e à vontade de Deus. (BONHOEFFER, 1985, p.47)

Ético não é o ser carregado de princípios, “fardos pesados”, “preceito sobre preceito”, amarrado a sistemas, mas aquele que foi liberto de questiúnculas para o exercício do amor verdadeiro, que emana de Deus e sua palavra. É o devoto que colocou sua vida, sua existência, seu ser inteiramente nos braços do Pai, para ser guiado no cumprimento de sua missão: amar, servir, libertar.

Bonhoeffer (1985, pp. 71-72) afirma que o Ocidente está negando sua herança histórica e é uma verdadeira decadência. As igrejas cristãs estão perdendo a sua influência “como testemunhas do milagre de Deus em Jesus Cristo”. A comunidade cristã está fragmentada, o *corpus Christi* enfrenta um mundo pós-cristão, o secularismo predomina, contudo “A perspectiva do fim de todas as coisas não deve paralisá-la em sua responsabilidade histórica.” Isto posto, ter-se-á a perpetuação do “direito, verdade, ciência, arte, cultura, humanidade, liberdade, amor à pátria.” Ou seja a Igreja tem seu papel em conservar valores que exercem uma influência salutar no ser humano.

O pensador alemão, discorre sobre a ética na perspectiva da confissão da culpa.

Somente o ser humano aceito em Jesus Cristo é o ser humano verdadeiro; somente o ser humano atingido pela cruz de Cristo é o ser humano julgado; somente o ser humano que tem parte na ressurreição de Cristo é o ser humano renovado.[...] Pois por nenhuma outra coisa Cristo nos dobra mais do que pelo fato de ter assumido a nossa culpa de maneira incondicional e completa, dizendo-se culpado da nossa culpa e deixando-nos livres. (BONHOEFFER, 1985, pp. 72-73)

Na verdade o ser humano renovado, ético é fruto de sua aceitação *em* Jesus, atingido pela cruz, ressurreto em Cristo. A obra do Calvário faz toda diferença, a essência da ética é a cruz. Este ser encontra-se *livre*; sem amarras

para ser consequente em suas ações, demonstrando valores de forma concreta.

A essência é a cruz, a manifestação é a comunidade da cruz: “a igreja é justamente a comunidade de pessoas que, pela graça de Cristo, foram levadas ao reconhecimento da culpa em relação a Cristo”. O teólogo em apreço expõe sobre a apostasia, o abandono em relação a Cristo, não de erros isolados, mas do “ser humano como seu próprio criador [...] apostasia de sua própria essência.” (BONHOEFFER, 1985, pp. 72-73). A igreja é a comunidade da graça onde se dá a renovação pessoal. Esta missão terapêutica ocorre “por causa da graça de Cristo, por causa da mão de Cristo que se oferece ao apóstata.” Esta não é a concepção do moralista, que sobrecarrega o homem como responsável por uma conduta irrepreensível em sua aparência, mas com atitudes egoístas em sua essência.

Bonhoeffer (1985, p.74): “ é o pecado bem pessoal do indivíduo que aqui se identifica como fonte de veneno para a comunidade. [...] é a contaminação e destruição do corpo de Cristo (I Co 6.15)”.

A sociedade pode ser intoxicada pelo mal pessoal que se alastra, multiplicando-se exponencialmente e atingindo inclusive a comunidade terapêutica da ética.

O teólogo alemão reconhece que a igreja precisa confessar:

Ser culpada do desmoronamento da autoridade dos pais [...] que viu o arbitrário emprego de violência brutal, [...] bem como opressão, ódio e assassinato, sem erguer sua voz a seu favor,[...] não ter achado uma palavra de orientação e auxílio sobre a dissolução de toda ordem no relacionamento recíproco dos sexos. [...] que assistiu silenciosamente, à espoliação e exploração dos pobres, bem como ao enriquecimento e à corrupção dos poderosos.[...] ter aspirado segurança, sossego, paz, posse e honrarias, coisas a que não tinha direito, e que assim não refreou, mas estimulou a cobiça das pessoas. (BONHOEFFER, 1985, p. 75)

A comunidade que deve preservar valores, está contaminada e precisa reconhecer, anuir, no espírito de *homologeo*, verbo grego para confessar que em sua etimologia é fruto de *homos+logueo*, *homos*, o mesmo, *logueo*, falar, dizer, ou seja, dizer o mesmo, admitir, não contestar, confessar. O alcance da ética se perpetua, não se restringe às circunscrições geográficas ou temporais.

1.2 ASPECTOS DA ÉTICA NA HISTÓRIA FILOSÓFICA

A seguir apresenta-se um quadro da ética e moral dentro da história filosófica a partir de Padovani e Castagnola (1990): Pode-se conceituar filosofia como a ciência das causas primeiras visando solucionar as questões vitais (p.59). A filosofia divide-se em gnosiologia para construir uma metafísica de onde decorre uma *moral*, indicando a dever do ser humano.

Sobre o sensualismo e o empirismo gnosiológicos (relativo à teoria do conhecimento) pode-se afirmar:

Correspondem o hedonismo e o utilitarismo éticos: único bem, o prazer, única regra de conduta o interesse empírico. A *moral*, portanto, - como norma universal de conduta - é concebida pelos sofistas não como lei racional do agir humano, isto é, como lei que valoriza a mais profunda natureza humana, mas como empecilho que mortifica o homem, o qual não deve por nenhum freio ao seu egoísmo, e não deve rezear esmagar os outros para o seu interesse. (PADOVANI e CASTAGNOLA, 1990, pp.137, 138).

Álvaro Valls (2013, pp. 35,79) afirma: “ Sócrates, com sua preocupação moral, expressa no lema ‘conhece-te a ti mesmo’, acentuou a especificidade da moral diante da cosmologia (estudo filosófico do mundo)” Apesar de não ter deixado nenhum registro, as interpretações de seus contemporâneos servem de base para reflexões em seus pensamentos.

Sócrates, fundador da ciência moral, identificou eticidade com racionalidade. Virtude é razão, inteligência, não sentimento, costume, opinião comum (PADOVANI E CASTAGNOLA,1990, p. 138). No conceito platônico a ação racional realiza o bem maior, simultaneamente felicidade e virtude. No pensamento aristotélico o objetivo do ser humano é a felicidade, dependente da virtude, que é fruto da razão.

Na história da filosofia há o que se denomina período ético, porquanto o interesse filosófico é voltado para os problemas morais. Do estoicismo, fundado por Zenão da ilha de Chipre (334-262), pode-se afirmar:

É uma moral ascética, uma moral de renúncia: renúncia absoluta, porque após ter o homem renunciado a todos os bens do mundo, não lhe resta mais nada (a alma, na filosofia

estóica, é perecível como o corpo, e Deus se desfaz na matéria no fogo universal); e de renúncia egoísta, porquanto a renúncia não é feita por amor a Deus e aos homens, mas a si mesmo, da própria tranqüilidade. (PADOVANI e CASTAGNOLA, 1990, p.165)

Epicuro, nascido em 341 a.C. em sua *Carta sobre a felicidade* (a Meneceu) afirma:

Acostuma-se à idéia [sic] de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações, e a morte é justamente a privação das sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade.(EPICURO, 2002, p. 27)

O filósofo em apreço, tinha uma concepção finita da vida. Corpo e alma reduziam-se a átomos, que se extinguiriam ao final desta existência, logo não haveria nenhuma influência eterna sobre o *modus vivendi* humano. A infinitude não tem contribuição sobre a finitude. Na concepção de Epicuro (2002, p. 29): “quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos.” Esta é uma filosofia de vida, um eixo norteador da existência como bem colocou Paulo: “Se os mortos não ressuscitam, comamos e bebamos, que amanhã morreremos” (I Coríntios 15.32b).

Há os que interpretam o prazer ensinado por Epicuro equivocadamente:

Quando então dizemos que o fim último é o prazer, não nos referimos aos prazeres dos intemperantes ou aos que consistem no gozo dos sentidos, como acreditam certas pessoas que ignoram o nosso pensamento, ou não concordam com ele, ou o interpretam erroneamente, mas ao prazer que é a ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma. Não são, pois, bebidas nem banquetes contínuos, nem a posse de mulheres e rapazes, nem o sabor dos peixes ou das outras iguarias de uma mesa farta que tornam doce uma vida, mas um exame cuidadoso que investigue as causas de toda escolha e de toda rejeição e que remova as opiniões falsas em virtude das quais uma imensa perturbação toma conta dos espíritos. De todas essas coisas, a prudência é o princípio e o supremo bem, razão pela qual ela é mais preciosa do que a própria filosofia; é dela que originaram todas as demais virtudes; é ela que nos ensina que não existe vida feliz sem

prudência, beleza e justiça, e que não existe prudência, beleza e justiça sem felicidade. Porque as virtudes estão intimamente ligadas à felicidade, e a felicidade é inseparável delas. (EPICURO, 2002, pp. 43-47)

Não é uma ética hedônica, ou o prazer pelo prazer, mas a prudência ligada a virtudes que se associa à felicidade, o prazer dos intemperantes gera perturbações para a alma.

Agostinho viveu entre 354-430, nascido em Tagaste, próximo a Cartago, norte da África. Filho de um não cristão, Patrício e a piedosa Mônica, que orava fervorosamente pela conversão de seu filho Aurélio Agostinho. Após uma vida devassa, converteu-se ao Senhor. Em suas Confissões, livro I, (1987, p. 27) após citar Sl 95.4; 146.5, afirma:

“Sois grande, Senhor, e infinitamente digno de ser louvado.” “É grande o vosso poder e incomensurável a vossa sabedoria”. O homem, fragmentozinho da criação, quer louvar-vos; o homem que publica a sua mortalidade, arrastando o testemunho do seu pecado e a prova de que Vós resistis aos soberbos. Todavia, esse homem, particulazinha da criação, deseja louvar-vos. Vós o incitais a que se deleite nos vossos louvores, porque nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousar em Vós.

Grenz (2006, p.157) registra que Agostinho construiu sua compreensão da ética cristã, fundamentada no amor de Deus, nos dois sentidos no amor de Deus por nós e em nosso amor a Deus. Agostinho afirmou: “O meu amor é o meu peso. Para qualquer parte que vá, é ele que me leva. O vosso dom nos inflama e nos arrebatava para o alto. Andemos [sic] e partimos”(1987, p. 354). O próprio bispo de Hipona registra: “ Finalmente, esta é a fé que age pela caridade (Gl 5,6), não por temor, não temendo o castigo, mas amando a justiça.” (AGOSTINHO, 1998, p.85). “[...] mas a fé que atua pelo amor.” Gálatas 5.6 registra que o valor não está na circuncisão nem incircuncisão, “mas”, *alla*, adversativa forte, que indica uma grande distinção entre os elementos coligados, o verdadeiro valor é de uma fé atuante na dinâmica do amor (*agape*).

No capítulo XXI, acerca da Graça, discorrendo sobre a procedência do amor e da afirmação de que “Deus é Amor”, o mesmo pai da igreja reflete:

A caridade, porém, que é virtude, provém-nos de Deus, e não de nós mesmos. Testemunha-o a Escritura, que diz: *O amor é de Deus, e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus, porque Deus é Amor* (1Jo 4,7-8). Considerando-se esta caridade, entende-se melhor o que está escrito: *Todo aquele que nasceu de Deus não comete pecado; e não pode pecar* (1Jo 3,9). Isso porque a caridade que procedeu de Deus *não se ostenta, não guarda rancor* (1Cor 13,4-5). (AGOSTINHO, 1998, pp.234-235).

Sendo o caminho da perfeição, o verdadeiro amor, não pode ser outra a postura almejada para o ser humano, isto porque o amor autêntico é um dos atributos comunicáveis do próprio Deus, pois “Deus é amor” (1 Jo 4.8). O ser humano que procede do Amor, ama. O princípio ético do amor fundamenta a conduta ética amorosa.

Acerca da ciência, assim confessou Agostinho: “Ora, assim como sois o Ser absoluto, assim também sois o único que possui a verdadeira ciência.” (1987, p. 361) O seu conhecimento dependia dos céus, sua fonte última da verdadeira sabedoria.

O bispo de Hipona registra:

Porém às almas que têm sede de Vós e que aparecem aos vossos olhos separadas do mar (do mundo) por outra vocação, Vós as regais com uma água misteriosa e doce, para que a ‘terra’ dê o seu fruto. E então quando Vós, seu dono e seu Deus, o ordenais, a nossa alma germina em obras de misericórdia, conformes à sua própria condição, amando o próximo, ajudando-o nas necessidades materiais. (AGOSTINHO, 2012, p. 362)

Não apenas a verdadeira sabedoria flui do Alto, mas também sua manifestação misericordiosa descende dos céus e concretiza-se em obras de caridade, suprimindo as necessidades dos menos favorecidos que nos rodeiam.

Em sua obra “O Espírito e a Letra” encaminhada ao tribuno Flávio Marcelino no início do V século, Agostinho trata da graça, que é fundamento do viver:

O Apóstolo denomina circuncisão do coração a vontade livre de toda concupiscência ilícita, o que não se consegue pela letra, que ensina e ameaça, mas pelo espírito, que ajuda e cura. Assim, o louvor aos que deste modo se comportam procede não dos homens, mas de Deus, que por sua graça lhes outorga

o merecerem o louvor. Dele está escrito: No Senhor se gloriará minha alma (Sl 34,3) e sobre ele afirma o salmista: De ti procede o meu louvor (Sl 22,26). Não são como aqueles que pretendem louvar a Deus porque são homens e louvar a si mesmos porque são justos. (AGOSTINHO, 1998, p. 30)

Agostinho relaciona a obra do Espírito aplicando a graça como princípio ético que orienta a moral e os costumes, baseando-se em 2 Co 3.17 que trata da ação libertadora do Espírito do Senhor, “cujo dom nos justifica, que nos leva a ter prazer em nos abstermos do pecado, no qual consiste a liberdade. E sem este Espírito agrada o pecar, o qual gera a escravidão.”(AGOSTINHO, 1998,p.49) O pensador de Hipona esclarece que o dom da justificação, obra da graça aplicada pelo Espírito é que gera alegria da abstenção de uma falsa moralidade, ou seja na reflexão agostiniana a ética da liberdade como princípio norteador da moral é resultado do transcendente.

Francisco de Assis (1182-1226) impactou a cristandade, por meio de seu exemplo de renúncia, amor aos mais pobres da sociedade e à natureza. Não deixou muitos textos escritos, foi sua deliberação agir assim, “*sine glosa*, como insistia em dizer” , a Ordem dos Frades Menores recebeu uma regra escrita “devem se julgar felizes de se encontrarem entre os de condição modesta e desprezados, entre os pobres e fracos, os doentes, os leprosos e os que mendigam ao longo dos caminhos” ou seja pobreza com alegria (COMPARATO, 2008, p.132).

Tomás de Aquino (1225-1274), teólogo italiano, em sua obra Suma Teológica sistematiza a teologia cristã, na perspectiva da Igreja Católica Romana. A ética tomista reporta-se ao “*telos*”, objetivo da existência. Deus é o sumo bem, a fonte de toda bondade (GRENZ & SMITH, 2003, p.169).

Nicolau Maquiavel (1469-1527), nascido em Florença, conviveu com as atividades políticas por 14 anos. Em sua obra “O Príncipe”, demonstra como perpetuar-se no poder, recomendando:

Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir. Se os homens todos fossem bons, este preceito seria mau. Mas dado que são

pérfidos e que não a observariam a teu respeito, também não és obrigado a cumpri-la com eles. Jamais faltaram aos príncipes razões para dissimular quebra de fé jurada. (MAQUIAVEL, 2011, p. 69)

A ética, a moral e a cidadania ficam esquecidas na postura de Nicolau Maquiavel; os princípios “Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno” (EVANGELHO DE MATEUS 5.37), “*ek tou ponerou estin*”, indicando a preposição com genitivo, *ek*-para fora de, origem; *tou ponerou*-do maligno; *estin-é*, e continua sendo, modo indicativo, da certeza, sem qualquer dúvida na afirmação, categórica, o tempo presente indica preferencialmente, ação linear, ou seja a procedência maligna é contínua, permanente, o mal alimenta a malignidade e finalmente a voz ativa o sujeito pratica a ação, o príncipe de Maquiavel é responsável por tal atitude, caso siga os princípios ali expostos.(GOMES e OLIVETT, 2008, p.17; SCHALKWIJK, 2004, pp.167-168)

Noutro trecho da citada obra, Maquiavel (2011, p. 70) coloca seus princípios administrativos nos seguintes termos:

E há de se entender o seguinte: que um príncipe, e especialmente um príncipe novo, não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião.[...] O príncipe deve, no entanto, ter muito cuidado em não deixar escapar da boca expressões que não revelem as cinco qualidades acima mencionadas, devendo aparentar, à vista e ao ouvido, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Não há qualidade de que mais se careça do que esta última.[...] porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo[...]

Maquiavel destaca alguns valores: piedade, fé, integridade, humanidade e religião, enfatizando a última, contudo em seu discurso, a recomendação é para a inobservância real e cumprimento aparente por interesses mesquinhos, relacionados com o bem pessoal e não o comum e social. “O amor seja sem hipocrisia [...]” (EPÍSTOLA AOS ROMANOS, 12.9) “*He agape anypokritos*[...]”; *agape* – amor, afeição, estima, a mais sublime virtude cristã, 1Co 13.13, é fruto da ação do Espírito Santo, Gl 5.22 (GINGRICH; DANKER, 1991, p.10)É o amor

de Deus, Rm 5.8. É o amor sacrificial que deu Jesus, Jo 3.16. Deus é *agape*, 1Jo 4.8; *anypokritos* – genuíno, sincero. Lit. sem hipocrisia; *an + ypocritos, an, a*, possuído de teor negativo, alfa privativo; *hypo*, sob, em baixo de; *krites*, juiz; *krisis*, juízo, julgamento (GINGRICH; DANKER, 1991, p.121)Originalmente, no grego clássico, significava *Hypocrisis*, ator (comediante, alguém que representa parte de um papel, que faz teatro. Na Septuaginta, uma palavra que expressa um mal muito ativo. No NT é o homem que se dedica a representar bondade de tal maneira, que tem merecido ser chamada de bondade teatral, Mt 6.2,5,16.É o homem que quebra a lei de Deus em nome até mesmo da religião. É o homem que diz não poder ajudar a seus pais porque tem dedicado suas propriedades ao serviço de Deus, Mt 15.7; Mc 7.5 (BARCLAY, 1973)O amor deve ser autêntico, real, correspondente à realidade.

Discorrendo sobre o amor na primeira epístola de Paulo aos coríntios, o reformador João Calvino em 1546, registrou:

O maior destes é o amor. Convencer-nos-emos de que isto é assim se avaliarmos sua excelência pelos seus efeitos, como já foi bem detalhado por Paulo, e se igualmente levarmos em consideração a sua eternidade. Cada um extrai bênção pessoal de sua própria fé e esperança, ao passo que o amor é derramado para o bem de outrem. A fé e a esperança são os acompanhantes de nosso estado imperfeito, porém o amor persistirá mesmo nas condições de perfeição. (CALVINO, 1996, p.406)

O destaque de que o amor é altruísta, visa o próximo, o outro ainda que não lhe seja próximo. O amor visa o bem maior, que transcende o tempo e se projeta na eternidade, o amor é eterno. É o caminho sobremodo extraordinário, a marca do verdadeiro cristão.

Outro pensador a considerar é Baruch Spinoza, nascido em 1632 em Amsterdã e falecido em 1677 em Haia, provavelmente de tuberculose. De ortodoxia judaica tornou-se destacado pensador racionalista do século XVII. Em sua obra Tratado Político, escrito no ocaso de sua existência, manifesta o ponto mais alto de seu pensamento sobre poder, direito, liberdade e moral. Registra Spinoza:

Em um Estado que visa unicamente conduzir os homens pelo temor, é mais a ausência do vício que a virtude que reina.[...] É preciso, pois, contê-los pelo só amor da liberdade, pelo desejo de aumentar sua fortuna e pela esperança de se elevarem nas honras. Além disso, as estátuas, os cortejos triunfais e outros

excitantes da virtude, são sinais de servidão, mais do que sinais de liberdade.[...] Reconheço que os homens são muito mais sensíveis a estes estimulantes, mas se, na origem, decretam-se as recompensas honoríficas aos grandes homens, mais tarde, crescendo a inveja, serão, também, concedidas aos preguiçosos, e aos que mergulham no orgulho das suas riquezas, os quais despertarão indignação de todos os bons cidadãos. (SPINOZA, 2013, p.140):

Baruch trata dos “excitantes da virtude” como coisas externas que são prova da escravidão a que os homens estão sujeitos, ou seja virtudes aparentes são manifestas pelo estímulo exterior como estátuas e cortejos, honrarias que “despertam” o bem. Esta conduta, pela inveja, chega ao ponto de honrar preguiçosos e orgulhos revoltando os bons cidadãos, generalizando a má conduta social. O que se percebe no pensamento de Spinoza é sua compreensão da natureza humana que despertada pelo poder, o poder que corrompe, desencadeia o mal-estar social.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) nascido em Genebra, Suíça. Não desfrutou do convívio com a mãe, que faleceu no parto e nem com o pai, morto ainda em sua juventude. Rousseau deixou marcas no pensamento ocidental. Destaque-se “Do Contrato Social”. Nesta obra, encontra-se: “O homem nasceu livre e, não obstante, está acorrentado em toda a parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles” (ROUSSEAU, 2011, p.21). A liberdade do ser humano é natural, nasce com ele, contudo no convívio social demonstra um espírito de escravidão que o limita como aos demais a quem se julga superior. A *ordem social* portanto, é um direito sagrado fundamental para os demais.

A família é considerada a mais antiga das sociedades, a única natural

A família é, pois, se se quiser, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo é a dos filhos, e, tendo nascido todos igualmente livres, não alienam a sua liberdade senão em proveito da própria utilidade. (ROUSSEAU, 2011, p. 22)

A compreensão da liberdade é fundamental podendo ser secundarizada pelo valor da utilidade. A moralidade não advém da força. “Renunciar à

liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos de humanidade e mesmo aos deveres.” (ROUSSEAU, 2011, p. 25).

Kant (1724-1804) nascido numa família luterana, em Königsberg na Prússia, teve uma educação austera numa escola pietista.

Immanuel Kant em “Crítica da Razão Prática” responde à questão: Que devo fazer? Trata do dever, da lei moral e da personalidade.

Dever! Nome sublime e grande, tu que não encerras nada amável que leve consigo alguma insinuante lisonja, mas que pedes submissão [...] A lei moral é *santa* (inviolável). O homem, conquanto bastante profano, deve conceituar a *humanidade* em sua pessoa como santa.[...] unicamente o homem, e com ele toda a criatura racional, é *fim em si mesmo* [...] Essa idéia [sic] da personalidade, que faz surgir em nós o respeito e que nos põe diante dos olhos a sublimidade de nossa natureza (segundo a sua determinação), deixando-nos perceber ao mesmo tempo a falta de conformação de nossa conduta para com ela e, por isso, destruindo a presunção, é uma idéia [sic] fácil de perceber até para a mais vulgar razão humana. (KANT, 2005, pp. 86-87)

O “dever” está associado ao pensamento moral kantiano, exclui-se portanto o elemento de sensibilidade que induz a ação por interesse. A obediência à razão é a finalidade da ação moral. A lei moral para Kant, é a que manda agir de acordo com o que a vontade deseja que se torne uma lei universal, válida para todos. Pode-se exemplificar com o pioneiro Ashbel Green Simonton esta consciência do dever, como um valor moral de obediência à vontade soberana de Deus, que deve ser válido para todos em todas as épocas, um valor universal. A. G. Simonton sendo filho mais novo do Dr. William Simonton, médico presbiteriano, que por duas vezes foi eleito para o Congresso dos Estados Unidos e sua esposa, Martha D. Snodgrass, filha do Rev. James Snodgrass, que por 58 anos foi pastor numa igreja presbiteriana. Apesar de tantas perspectivas alvissareiras na dimensão sócio-econômica, optou pela carreira ministerial, refletindo a visão teológica numa resposta à vocação celeste. Manifesta, assim, a consciência do dever ao registrar no seu diário em 11 de fevereiro de 1854: “[...] parece-me difícil conciliar sucesso na carreira de advogado com honesta adesão à verdade e à justiça.” (SIMONTON,

2002, p. 53). Enquanto ponderava acerca do ministério, escreveu em 3 de junho de 1854:

[...] Tenho o ministério na mais alta consideração. É uma profissão que merece as melhores energias da mente imortal, e imensuravelmente superior a qualquer outra. Não promete riquezas ou prosperidade terrena, mas, o que é muito importante, a consciência de ter vivido para um objetivo útil [...]" (SIMONTON, 2002, p.59).

Em 1855, foi alcançado por um avivamento religioso. Em seguida, publicou sua fé, e em junho desse mesmo ano, ingressou no Seminário de Princeton. No primeiro semestre de seus estudos teológicos, ouviu um sermão do professor Dr. Charles Hodge (1797-1878) que levou Simonton a considerar a obra missionária no exterior. Em 14 de outubro de 1855, registrou em seu diário: “ Pois agora estou convencido de que devo considerar seriamente essa possibilidade: se a maioria prefere ficar, não será meu dever partir?” (SIMONTON, 2002, p.97). Ordenado em 14 de abril de 1859, embarcou para o Brasil em junho desse ano, chegando ao Rio de Janeiro no dia 12 de agosto. A consciência do dever levou-o a permanecer no campo missionário brasileiro diante da morte prematura de sua esposa Helen, no parto de sua única filha.

Soren Kierkegaard, é dinamarquês de Copenhague, nascido em 1813, foi precursor do existencialismo. Escritor de vários textos, dos mais conhecidos encontram-se O Conceito de Angústia (1844), O Desespero Humano (1849) e Temor e Tremor (1843), sobre o qual se tratará aspectos éticos do ser humano. Faleceu em Copenhague em 1855.

A obra Temor e Tremor aborda a postura de Abraão, como pai da fé, e sua atitude acima do comum, do geral, sua identificação com o absurdo, na perspectiva humana da vida, reconhecendo no absoluto o recurso para superação dos desafios da existência. Não há explicação para o enfrentamento de situações reais da existência humana, sem a tomada por Abraão que foi até o fim de sua caminhada para o monte Moriah em obediência, silenciosamente em face de sua compreensão do absoluto, mesmo sendo um processo inexplicável da perspectiva humana. Caso Abraão não tivesse esta postura seria tido como um assassino cruel em potencial, mas sua visão ampla e alta da existência humana fez dele o “pai da fé”. Nas palavras do filósofo

dinamarquês: “Deus é aquele que exige amor total [...]” (KIERKEGAARD, 2012, p. 81).

Abordado por Sproul (2002, pp.146-148) registra-se: “Nos seus primeiros trabalhos, Kierkegaard diz que há ‘três estágios no caminho da vida’. [...] O primeiro é o *estágio estético*, do qual a característica definidora é que se vive como espectador. Deixa o sentido da própria vida aos eventos externos.[...] O segundo é o *estágio ético*. Aqui a pessoa deixa suas preferências e gostos pessoais e reconhece e adota regras de condutas universais. Ela adquire um senso de responsabilidade moral e se submete a leis. Mas também é restringida por normas racionais, leis que aparecem apenas de forma abstrata. A pessoa tem conflitos com culpa e se torna ciente da sua finitude e distanciamento de Deus. [...] O estágio religioso não pode ser alcançado apenas pelo pensamento. A pessoa tem de fazer um ato decisivo de compromisso, o que Kierkegaard chama de salto de fé”.

Abraão silencia..., pois não *pode* falar; em tal impossibilidade estão a aflição e a angústia. Pois, se não me posso fazer entender, não falo, ainda que discurso noite e dia sem descanso. Este é o caso de Abraão; pode dizer tudo, menos uma coisa, e quando não pode fazê-lo de modo a ser entendido, não fala. A palavra, que me permite traduzir-me no geral, é um repouso para mim. Abraão pode exprimir as coisas mais lindas a propósito de Isaac que uma língua possa comportar. Contudo, em seu coração conserva uma coisa muito diversa; esse algo mais profundo que é o desejo de imolar o filho porque é uma prova. Não podendo ninguém entender este último ponto, podem, entretanto, iludir-se todos quanto ao primeiro.(KIERKEGAARD, 2012, p.119).

O “salto da fé” o faz silenciar e caminhar na certeza do absoluto, é melhor não exprimir-se em palavra e manifestar-se em ação.

Friedrich Nietzsche (1844-1900) filósofo alemão defendia a “morte de Deus” e que os moralistas não passam de produtos do próprio homem. Por exemplo a bem-aventurança dos pobres e dos mansos na verdade é um recurso dos fracos em exaltar-se diante dos poderosos, revelando seus ressentimentos. Nietzsche fez escola. Em seu livro “Para Além do Bem e do Mal, prelúdio a uma filosofia do futuro” (2012, p.101) o pensador enfocado trata do problema na própria moral, que é a “crença na moral dominante, mais

um meio de lhe dar expressão”, ou seja a negação de que a própria moral seja um problema em si. Nietzsche de fato, substitui os pressupostos teístas por antropocêntricos, propondo que o ser humano deve arriscar-se para além do convencional bem ou mal. O homem, nesta visão, é o absoluto para si mesmo

Deve-se considerar ainda o escritor e pensador C.S.Lewis, nascido na Irlanda em 1898 e falecido em novembro de 1963, em Oxford na Inglaterra. Dentre suas obras estão *As crônicas de Nárnia* e *cartas de um Diabo a seu Aprendiz* tratando da vida humana de forma irônica a partir das considerações do diabo Fitafuso em carta a seu sobrinho Vermebile, como agir em um novo convertido à fé:

Encoraje esse sentimento de introversão. Mantenha-o distante dos deveres mais elementares voltando sua atenção para os deveres espirituais mais avançados. Faça o possível para piorar essa útil característica humana, o horror e a negligência em relação às coisas óbvias. [...] fatos que são perfeitamente visíveis para quem quer que viva com ele na mesma casa ou trabalhe com ele no mesmo escritório. (LEWIS, 2009, p.12)

Na orientação expressa percebe-se a compreensão de uma postura ética em o neo converso priorizando valores transcendentais quase exclusivamente, negligenciando manifestações concretas, visíveis e temporais do eterno, como se ele se visibilizasse após a morte apenas. O eterno inicia no tempo, o invisível manifesta-se de forma palpável, em pequenos sinais, no óbvio. A ética não trata de princípios vazios, mas vitais, que têm vida e geram vida. A ética é consequente.

Considere-se nesta linha de pensamento a contribuição a seguir:

A ética geral, [...] empenha-se em destacar os princípios, em refletir sobre os valores, sobre os fundamentos do bem e do mal, sobre as regras que devem guiar a ação humana. A ética aplicada, [...] tenta eliminar o abismo entre os princípios gerais e os casos concretos. (DROIT, 2012, p. 69)

Há princípios e casos concretos, não são excludentes, mas consequentes.

Noutro trecho de suas cartas Fitafuso orienta a seu sobrinho Vermebile, personagens de Lewis:

Seria tão melhor para nós se *todos* os humanos morressem em asilos dispendiosos, entre médicos que mentem, enfermeiras que mentem, amigos que mentem, como nós lhes ensinamos, e que prometem vida aos moribundos, encorajando a crença de que a doença é uma desculpa para qualquer auto-indulgência e até mesmo [...] recusando qualquer sugestão de que se traga um padre, tudo para que o pobre doentinho não desconfie de sua situação! Também é terrível para nós o quanto a morte continuamente os faz pensar na morte. Uma de nossas melhores armas, a satisfação com a mundanidade, prova-se inútil. (LEWIS, 2009, p. 24)

Na ironia da fala do personagem veem-se claramente os conceitos subjacentes sobre a ética diante da morte nas diversas perspectivas, o ideal do enfrentamento realista, que inclusive dissolve o engano da satisfação com a mundanidade, estado de princípios e valores aéticos; a perspectiva equivocada e falsa da sociedade, que prefere o engano ao realismo da transitoriedade da vida.

O próprio Sartre afirmou:

O existencialismo ateu que eu represento é mais coerente. Ele declara que, mesmo que Deus não exista, há ao menos um ser cuja existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por algum conceito, e que tal ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade-humana. Que significa, aqui, que a existência precede a essência? Significa que o homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo, e se define em seguida. [...] Assim, não há natureza humana, pois não há um Deus para concebê-la. [...] E quando falamos de desamparo, expressão cara a Heidegger, queremos dizer apenas que Deus não existe, e devemos assumir todas as consequências disso. [...] Por outro lado, se Deus não existe, não encontraremos à nossa disposição valores ou ordens que legitimem nosso comportamento. (SARTRE, 2010, pp. 25,31,33)

Para o existencialista ateu, a ausência divina faz com que o homem defina seu futuro, apenas o ser humano livre, não dependente de qualquer força interna ou externa, a existência precede a essência. Não há possibilidade

de encontrar valores em um céu inteligível; não é mais possível existir bem algum *a priori*, uma vez que não existe mais uma consciência infinita e perfeita para concebê-lo, não está escrito em lugar algum que o bem existe, que é preciso ser honesto, que não se deve mentir, pois estamos exatamente em um plano onde há somente homens. (SARTRE, 2010, p. 32).

Na filosofia existencialista, o homem é o único centro, a única fonte de suas decisões.

Jean-Paul Sartre (1905-1980) nasceu em Paris. Teve como referenciais teóricos Husserl, Heidegger e Kierkegaard elaborando assim a teoria existencialista. Escreveu, dentre outras obras, a *Náusea*, editada em 1938. Em 1945 publicou a *Idade da Razão*.

No romance a *Idade da Razão* encontra-se um professor de filosofia Mathieu, que defende a liberdade individual, mas preocupa-se com um filho indesejado, fruto de um relacionamento inadequado, registra

Tinha vontade de chorar. Durante um segundo ficou suspenso, olhando espantado. Depois deu uma gargalhada. Ria de si mesmo, de Marcelle, de Ivich, do ridículo tombo, da vida, de suas miseráveis paixões. Recordava as antigas esperanças e ria porque tinham dado nisso, nesse homem grave que quase chorava porque levava um tombo. Olhava-se sem vergonha, com uma curiosidade divertida, fria, e pensava: “Dizer que me levava a sério.” O riso parou, depois de algumas sacudidelas: não havia mais ninguém para rir. Um vazio.[...]Havia outrora um futuro de homem[...] O futuro morreu.(SARTRE, 2012, p.317)

“Ria de si mesmo [...] da vida, suas miseráveis paixões,[...]não havia mais ninguém para rir. Um vazio[...] Havia outrora um futuro de homem[...] O futuro morreu.” Mathieu está envolto na desesperança, um vazio de sentido. O homem da razão, o filósofo ria de suas miseráveis paixões, a razão, o entendimento não domina os sentimentos exacerbados. A falta de valores leva ao emaranhado de situações-limite acarretando a desesperança.

Outra observação pertinente à reflexão ética a partir do texto do filósofo francês diz respeito ao colóquio entre os personagens Mathieu e Daniel, um jovem homossexual, que têm um relacionamento entre si. Daniel é pederasta, mas resolveu assumir o filho de Mathieu que o próprio pai desejava que fosse abortado e casar com a mãe do filho de Mathieu. O professor de filosofia “olhava o assoalho entre os pés. ‘É um pederasta e ela vai casar-se com ele.’[...] Daniel [...]:Todos os invertidos têm vergonha, está na sua natureza.” (SARTRE, 2012,p.360-361) A reflexão se impõe: Daniel, um ser com baixa imagem por si e por seu parceiro, mas que demonstrou um traço de caráter e

renúncia ao manifestar firme resolução em assumir a mãe do filho de Mathieu, com seu filho no ventre. O quadro social descrito por Sartre não é inspirador, o homem na idade da razão não é razoável segundo princípios éticos contudo, o ser mal visto por si e pelo outro oferece um exemplo de solidariedade e amor à vida de terceiros, ainda no ventre materno.

Nos dias atuais, Michel Onfray, nascido em Argentan, França, em 01 de janeiro de 1959, recebeu influência de Nietzsche em sua visão da ética, inclusive. Onfray propõe “projeto hedonista ético” em que faz a apologia do ser humano ter o direito ao prazer. Percebe-se na compreensão que tem do apóstolo Paulo:

El odio a si mismo se transformó en un intenso odio al mundo y a lo que constituía su interés: la vida, el amor, el deseo, el placer, las sensaciones, el cuerpo, la carne, la alegría, la libertad, la independencia y la autonomía.(ONFRAY,2006, p.146)

Outro pensador contemporâneo que merece destaque é Henri Nouwen, nascido na Holanda em 24 de janeiro de 1932. Lecionou dentre outras instituições na Universidade de Notre Dame e nas escolas de teologia de Yale e Harvard. Falecido em 21 de setembro de 1996 e que afirmou acerca de um componente ético de profundo significado, fidelidade e vocação:

Você não é chamado para resolver todos os problemas do mundo. Jesus não foi chamado para percorrer o mundo todo. Ele foi chamado para ser fiel a seu povo. Todo ser humano tem um chamado. Eu trabalho com pessoas deficientes mentais. Às vezes, passo horas com uma única pessoa, porém quase não falamos. Isso ajuda as pessoas na Bósnia, ajuda as pessoas da Irlanda no Norte, ajuda as pessoas da Somália? Não sei, mas acho que quando sou fiel a uma pessoa que me é entregue, quando estou convencido de que essa é minha vocação, estou fazendo mais do que quando tento ansiosamente apagar todos os incêndios do mundo. E isso me dá paz. (NOUWEN apud Bitun, 2009, p.214)

1.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DA CIDADANIA

“Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. ” (PINSKY,2010, p.9) Os

direitos acima mencionados, civis e políticos, não garantem, necessariamente a participação em bens sociais como educação, saúde, justo salário dentre outros. Os direitos sociais fazem parte de uma cidadania plena.

Aristóteles expõe seu propósito ao escrever sobre o relacionamento entre os cidadãos e os princípios administrativos e governamentais:

O que se refere ao marido e à mulher, ao pai e aos filhos, às virtudes próprias a cada um deles, às relações que os unem, à sua honra e à sua desonra, ao cuidado que devem ter em se procurar ou evitar, sobre tudo isso é que deve versar um tratado sobre Política. (ARISTÓTELES, 2011, p. 44)

O filósofo grego referenciado trata da população ideal numa sociedade, de uma comunidade civil almejada, e do que caracteriza o verdadeiro cidadão:

E pois, a cidade não se compõe mais que de senhores e escravos, e não de homens livres. Uns, cheios de desprezo pelos seus concidadãos, os outros cheios de inveja: sentimentos esses que estão bem longe da benevolência e do caráter de sociedade que fazem o verdadeiro cidadão. Porque a benevolência é a condição de toda sociabilidade; [...] a cidade deve ser formada tanto quanto possível de cidadãos iguais e semelhantes; [...] É evidente, pois, que a comunidade civil mais perfeita é a que existe entre os cidadãos de uma condição média[...] Assim, é uma grande felicidade que os cidadãos só possuam uma fortuna média, suficiente para as suas necessidades.(ARISTÓTELES, 2011, pp. 224-225)

Esta comunidade civil perfeita na concepção aristotélica formada de iguais, de uma mesma classe, no caso, mediana é contestada por outro pensador, Baruch Spinoza (2013, p.22): “ procurar a igualdade, entre elementos desiguais, é procurar o absurdo”. Um dos direitos civis defendido pelo pensador é o do sufrágio, do voto:

Todos aqueles, com efeito, que nasceram de pais que usufruem direitos cívicos [...] possuem, legalmente, os direitos de cidade, todos, repito, têm o direito de sufrágio e acesso às funções públicas. Têm direito de reclamá-las e não se lhes pode negar, a não ser baseado em crimes cometidos ou em notas infamantes.(SPINOZA, 2013, p.142)

Em “Oração aos moços”, Rui Barbosa, jurista e político brasileiro, paraninfo da turma de direito de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo,

não podendo comparecer por encontrar-se enfermo, envia seu discurso que contempla aspectos da cidadania:

Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se d'alma pelo contato com Deus. O trabalho é o inteirar, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação contínua de cada um sobre si mesmo e sobre o mundo onde labutamos.(BARBOSA, 2009, p.47)

Na concepção de Rui Barbosa, “a criação moral do homem” depende de dois fatores, oração e trabalho. O trabalho envolve o estudo e Barbosa dá o seu depoimento de como madrugava, desde menino para estudar e estudar (BARBOSA, 2009, pp. 52-54)

O jurista em apreço, cidadão brasileiro, persiste em seus conselhos aos jovens formandos, acerca dos deveres cidadãos:

Legalidade e liberdade são as tábuas da vocação do advogado. Nelas se encerra, para ele, a síntese de todos os mandamentos. Não desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à justiça, nem quebrar da verdade ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniquidade [sic] ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial. Não proceder, nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem.(BARBOSA, 2009, p. 71)

Rui ensina aos jovens o caminho da cidadania aplicada ao direito e à moral no exercício da advocacia, que foi sua atividade profissional durante cinquenta anos.

Finalmente divide com os jovens formandos em seu escrito, o que considera a melhor lição da sua experiência, afirma que o resumo do que tem

visto, em poucas palavras é: “Não há justiça, onde não haja Deus.” (BARBOSA, 2009, p. 70).

Reconhece, na sua experiência, que o temor, a reverências às coisas sublimes e transcendentos é fundamental ao exercício da justiça.

Um exemplo de uma sociedade cidadã é retratado na obra de C.S.Lewis no episódio “o leão, a feiticeira e o guarda-roupa”. No final de grandes lutas, registra-se:

Como você vê, a história está quase acabando. Os dois reis e as duas rainhas governam Nárnia, e o reinado foi longo e feliz. A princípio gastaram grande parte do tempo destruindo o que restava do exército da Feiticeira Branca. Durante muito tempo ainda, chegaram notícias de que espíritos maus se escondiam nos recantos desconhecidos da floresta. Uma emboscada aqui, uma morte ali, um lobisomem que aparecia, uma bruxa que dava o ar de sua desgraça...Até que toda aquela raça imunda foi eliminada. E os reis e as rainhas fizeram leis justas, mantiveram a paz, não permitiram que as árvores fossem derrubadas sem necessidade, libertaram os anõezinhos e os sátiros da tirania escolar. De um modo geral, acabaram com todos os importunos e intrometidos...as criaturas chatas. E deram força para as pessoas comuns, que só querem viver e deixar que os outros também vivam. Expulsaram os gigantes maus[...] Estabeleceram tratados de boa vizinhança e firmaram alianças com os países de além-mar. Visitaram esses países e deles receberam visitas oficiais. (LEWIS, 2009, p.184),

É significativa a descrição de ações cidadãs nas mais diversas áreas: asseio político-administrativo, auxiliares da feiticeira são excluídos, parcerias com demônio nunca é salutar, atuação legislativa justa, elaboração de leis que atendam à população; não havendo impunidade, na aplicação de justas leis, a violência diminui e há paz social; a questão ecológica é contemplada, quando as árvores são poupadas de uso indevido; os frágeis anõezinhos são libertos e a tirania escolar é banida; educação e justiça social não são esquecidas. Por meio de uma linguagem literária a realidade é retratada pelo literato de meados do século passado.

O ser humano deve ser reconhecido como criatura digna de consideração e justiça:

A condição cidadã é um direito inalienável de todo homem e de toda mulher. Sua justificativa se enraíza na dignidade

sacrossanta de cada pessoa, independentemente da raça, da língua e de qualquer outro fator. Esse princípio clama pelo direito de usufruto de todos os bens da criação de forma igualitária por todos, e garante a vivência resguardada por direitos e deveres constitutivos da cidadania.(AZEVEDO, 2012, p.19)

Essa condição de ser humano, independentemente de aspectos culturais, raciais ou de qualquer outra natureza, concede-lhe a prerrogativa de desfrutar do que a natureza oferece, de tal sorte que não deve ser privado de bens sociais, como cidadão que é. São bens comuns, portanto todos da comunidade devem ter acesso.

Este deve ser um princípio regulador social. Em contrapartida, os deveres não devem ser esquecidos.

No capítulo sobre “cidadania – direitos e deveres”, Nilson Machado discorre:

A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) é um belo documento e todo professor deveria, um dia, apresentá-lo a seus alunos. É patente, no entanto, seu desequilíbrio no que se refere ao par Direitos/Deveres. Do Artigo 1º (“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos...”) até o trigésimo e último artigo, há um quase absoluto silêncio com relação aos deveres inerentes aos seres humanos. O fato é compreensível, nas circunstâncias do período pós-guerra: a desordem institucional reinante foi determinante do teor de tal lista, cujo papel seria fundamental na reconstrução a ser iniciada. Mas não há como tergiversar: o equilíbrio entre direitos e deveres ainda está por ser equacionado. (MACHADO, 2012, p. 93)

Na realidade, faz-se mister uma harmonia simétrica nas relações direitos e deveres, afinal o cidadão está no convívio entre pares, o direito de um depende do dever do outro e a recíproca procede.

1.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADANIA

O conceito de cidadania sofre mutações ao longo da história. Não só a época, mas também a geografia tem influência na concepção do ser cidadão. Em texto organizado por Jaime e Carla Pinsky (2010, p.10), diversos

intelectuais brasileiros abordam a cidadania como expressão concreta da democracia ao longo da história:

1.4.1 Os primórdios da cidadania – Os profetas sociais hebreus:

O Deus dos hebreus tinha também como diferencial de outras divindades a exigência de uma postura ética-cidadã por seus seguidores: cuidado com os pobres, solidariedade, inclusão social, dentre outros aspectos; divindade preocupada com a cidadania (PINSKY, 2010, p.16).

A participação dos profetas sociais é fundamental para o monoteísmo ético. Um dos mais importantes foi Isaías, que exerceu sua missão entre 740 e 701 a.C. “Seus textos deixam entrever um homem da cidade” (PINSKY, 2010, p. 21). Isaías exorta o povo a uma expressão cidadã:

Quando vocês estendem as mãos em oração, esconderei de vocês os meus olhos; mesmo que multipliquem as suas orações, não as escutarei! As suas mãos estão cheias de sangue! Lavem-se! Limpem-se! Removam suas más obras para longe da minha vista! Parem de fazer o mal, aprendam a fazer o bem! Busquem a justiça, acabem com a opressão. Lutem pelos direitos do órfão, defendam a causa da viúva. (ISAÍAS 1.15-17)

Após rejeitar mãos sangrentas usadas na adoração, ou seja a hipocrisia no louvor que leva à violência no dia a dia para o exercício litúrgico, a exortação profética visa à *prática do bem*, à procura pela justiça, à defesa dos indefesos, órfãos e viúvas. Religiosidade sem cidadania é afronta na visão dos formadores de opinião judaicos.

Amós profetizou em Samaria durante o reinado de Jeroboão II. Sua obra é breve, durante um ano apenas, mas muito impactante, provavelmente em 745 a.C. (PINSKY, 2010, p. 23):

Vocês oprimem o pobre e o forçam a dar-lhes o trigo. Por isso, embora vocês tenham construído mansões de pedra, nelas não morarão; embora tenham plantado vinhas verdejantes, não beberão do seu vinho. Pois eu sei quantas são as suas transgressões e quão grandes são os seus pecados. Vocês oprimem o justo, recebem suborno e impedem que se faça justiça ao pobre nos tribunais. Por isso o prudente se cala em tais situações, pois é tempo de desgraças. Busquem o bem, não o mal, para que tenham vida. Então o SENHOR, o Deus

dos Exércitos, estará com vocês, conforme vocês afirmam.
(AMÓS 5.11-14)

A opressão, o suborno e a injustiça motivaram o profeta a exortar os seus contemporâneos; levá-los à consciência de que religiosidade sem cidadania era uma afronta incoerente.

Eu odeio e desprezo as suas festas religiosas; não suporto as suas assembléias [sic] solenes. Mesmo que vocês me tragam holocaustos e ofertas de cereal, isso não me agrada. Mesmo que me tragam as melhores ofertas de comunhão, não darei a menor atenção a elas. Afastem de mim o som das suas canções e a música das suas liras. Em vez disso, corra a retidão como um rio, a justiça como um ribeiro perene! (AMÓS 5.21-24)

O profeta insiste em que a religiosidade deve expressar-se em meio ao exercício da justiça social, uma expressão religiosa desprovida de manifestações concretas de ações justas em seu meio social é desprezível.

Caminhando um pouco mais , chega-se ao período greco-romano, nas cidades estado da antiguidade clássica.

Norberto Guarinello (PINSKY, 2010, pp. 33,35) afirma:

Espaço público e Estado parecem se confundir nas origens das cidades-estado.[...] Foram primeiramente um espaço de poder, de decisão coletiva, articulado em instâncias cujas origens se perdem em tempos remotos: conselhos de anciãos (como o Senado romano ou a *gerousia* espartana) ou simplesmente de “cidadãos” (como a *boulé* ateniense), assembléias [sic] com atribuições e amplitudes variadas, magistraturas e, posteriormente, tribunais.[...] Já Roma, durante toda sua história, permaneceu mais aberta, tanto externamente – unindo as cidades submetidas na Itália a um amplo sistema de alianças e depois à plena cidadania, em 89 a.C. – quanto internamente, integrando ao corpo de cidadãos os escravos libertos por seus senhores.

Este contexto da antiguidade revela a participação do povo, *demos*, seja na coletividade, seja via colegiado de anciãos; a integração até de escravos libertos na antiga Roma do primeiro século da era cristã. Neste período, destaca-se no seio do cristianismo a figura do escritor e pensador Paulo de

Tarso, que dentre outros textos oferece à comunidade religiosa cristã-romana princípios cidadãos.

Paulo trata das relações sociais com as autoridades (Rm 13.1-7). O entendimento de Paulo é que aquele que exerce liderança civil deve ter a consciência de sua vocação. O chamado deve marcar o exercício de seu serviço, culto à divindade. O termo que o apóstolo usa para ministro, v.6, é *leitourgoi*. (No v.4, ministro, duas ocorrências, a palavra é *diakonos*; os magistrados, *arkhontes*, v.3; a autoridade, *ecsousian*, v.3), ou seja, liturgos, magistrados, autoridades devem servir como diáconos em culto ao Senhor no exercício de sua vocação, de seu chamado. Significa que, a autoridade, conscientemente ou não, presta culto a Deus quando desempenha sua função social. Por outro lado, independentemente da confissão religiosa desta autoridade, o cristão, e por extensão toda criatura, deve por dever de consciência e não apenas por temor da punição estar sujeito ao magistrado civil; faz parte de seu culto diário de vida pagar tributo, respeitar e honrar àqueles que a providência estabeleceu. Esta consciência em duas vias é fundamental no exercício da cidadania pelos servos que lideram e pelos que servem sendo liderados. Na concepção paulina todos devem cultuar pelo serviço consciente de que a verdadeira autoridade emana dos céus.

Por outro lado é preciso reconhecer a importância do equilíbrio devido:

Mas é melhor sermos cautelosos ao interpretarmos as declarações de Paulo. Não se pode pensar que ele está dizendo que todos os Calígulas, Herodes, Neros e Domícios da época do Novo Testamento, assim como todos os Hitlers, Stalins, Amins e Saddams dos nossos dias foram pessoalmente designados por Deus, que Deus é responsável pelo seu comportamento ou que em nenhuma circunstância se pode resistir à autoridade deles. O que Paulo está dizendo é que toda autoridade humana é derivada da autoridade de Deus, de forma que nós podemos dizer aos governantes aquilo que Jesus disse a Pilatos: “Não terias nenhuma autoridade (exousia) sobre mim, se esta não te fosse dada de cima”. Pilatos fez mau uso de sua autoridade para condenar Jesus; não obstante, a autoridade que ele usou para fazer isso lhe havia sido delegada por Deus.(STOTT, 2007, p. 412)

O significado é submissão, não subserviência. A cidadania não é cega, mas enxerga para promover o bem comum.

Romanos 13.8-10 reforça o princípio fundamental do amor. A lógica da obediência que antecede e da sobriedade que sucede, vs.11-14, tem como eixo central o amor!

“Cícero, pensador do final da República romana, afirmava no século I a.C. que ‘recebemos de nossos pais a vida, o patrimônio, a liberdade, a cidadania’.”(FUNARI, 2010, p.49). Ou seja a cidadania era um legado ofertado à posteridade pelos seus ascendentes, na concepção do pensador romano.

Considerando o período da Revolução Inglesa, Marco Mondaini contribui:

Não foram poucas as inovações radicais advindas com a entrada na Idade Moderna. Acompanhando a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa centro-ocidental, uma nova visão de mundo se impôs de forma progressiva. Os processos de secularização, racionalização e individualização foram jogando por terra o tradicionalismo embutido na milenar percepção teológica das coisas, alimentada pela Igreja Católica Romana. A partir de então, a legitimidade de uma sociedade hierarquizada fundada em privilégios de nascença perdeu força. A “crítica interna dos religiosos” da Reforma e a “crítica externa dos cientistas” do Renascimento inviabilizaram a continuidade absoluta de uma maneira transcendente de compreender a História. O homem passou não apenas a traçar o seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo.[...] o indiscutível ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania tem sua localização no século XVII.[...]Falamos aqui, é claro, da Revolução Inglesa.(MONDAINI, 2010, pp. 115-116)

O equívoco hermenêutico da sociedade pela Igreja Católica Romana, durante a Idade Média gerava passividade dos pobres camponeses e tranquilidade de consciência da nobreza. A ênfase nos deveres do cidadão é paulatinamente acompanhada pelos direitos deste mesmo personagem. A Revolução Inglesa, iniciada em 1640 e concluída em 1688 colabora com esta distensão, ampliação e compreensão de novo papel social do homem. No entanto, “o poder político dos liberais foi, pelo menos até o final do século XIX, uma prerrogativa associada à posse de bens materiais.” (MONDAINE, 2010, p.131).

Tratando da Revolução Americana, Leandro Karnal considera:

A Independência dos Estados Unidos da América e suas implicações trouxeram para a história uma nova concepção política e promoveram transformações importantes nos conceitos de cidadania e liberdade.[...] A Declaração de Independência afirma solenemente, ao denunciar os motivos da separação promovida pelo Segundo Congresso Continental da Filadélfia, que o rei da Grã-Bretanha estava violando os direitos mais básicos da liberdade. (KARNAL, 2010, p.135)

A negação destes direitos levaram à declaração de independência de 1776, que motivou uma postura cidadã básica para seu aperfeiçoamento ao longo de sua história, embora ainda seja “uma cidadania inclusiva para alguns e excludente para muitos.” (KARNAL, 2010, p.153)

Há muito a se tratar no desenvolvimento da cidadania. São aspectos ligados ao socialismo, à questão feminina, minorias, liberdade de expressão e até ao meio ambiente. Contudo destacam-se aspectos fundamentais da temática e se oferece uma compreensão abrangente que permite estabelecer as bases para o segundo momento da pesquisa - aspectos históricos e confessionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONFSSIONAIS DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

A Universidade Presbiteriana Mackenzie a quem se destina a disciplina “ética e cidadania”, deve ser enfocada em seus aspectos históricos, a fim de que se conheça melhor as origens, filosofia de ensino desde os primórdios, as bases educacionais, a estrutura desenvolvida ao longo de sua existência. Associada à abordagem histórica, encontra-se a dimensão confessional ligada à instituição, o significado da confessionalidade, as sementes geradoras, seu perfil como entidade educacional com interface religiosa; as marcas distintivas da Igreja Presbiteriana do Brasil, sua mantenedora, a fim de que se concretize a compreensão de aspectos que transcendem a denominação “presbiteriana”. Faz-se mister pesquisar e tratar a temática, com o objetivo da harmonização histórico-confessional à realidade e reclamos da sociedade a que se propõe servir.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Os primórdios da centenária instituição de ensino teve na pessoa do Rev. George Whitehill Chamberlain seu pioneiro. Nasceu em 13 de agosto de 1839, no Condado de Erie; estudou no Colégio de Delaware, bacharelou-se no Seminário Teológico Union em 1859. Interessou-se pelo trabalho evangelístico, em janeiro de 1866 e tomou conhecimento de sua nomeação como coadjutor de missionário. No processo de ordenação fez uma reflexão em Romanos 12.1-5, tendo sido ordenado em 8 de julho de 1866. Casou-se nos Estados Unidos com Mary Ann Annesley (1868). Alderi Matos (2004, p.49) ainda registra:

Em 1870, em sua residência à Rua Visconde de Congonhas do Campo, nº 1, o casal Chamberlain iniciou a Escola Americana. Uma hora por dia, Mary Ann passou a dar aulas a meninas que não podiam frequentar as escolas públicas por causa da intolerância religiosa. No ano seguinte, a escola passou a ocupar as instalações da igreja, na Rua Nova de São José, nº 1(atual Líbero Badaró), sob a direção da missionária Mary P.

Dascomb, que também lecionava matemática. Os outros mestres eram Mary Ann Chamberlain (música e francês), Harriet Greenman (inglês, caligrafia e conhecimentos gerais), Júlio Ribeiro (português), Palmira Rodrigues (história) e Adelaide Molina (geografia).

Hack expressa (2002, p.77) a contribuição da metodologia educacional implantada pelos missionários norte-americanos:

Os métodos pedagógicos propostos alcançaram êxito porque vinham substituir as velhas práticas da decoração de matérias. A moderna pedagogia propunha o método indutivo e silencioso, a busca e prepara o de material didático adequado com a produ o de obras de brasileiros que pudessem traduzir os ensinamentos para a realidade nacional. Surgiram obras didáticas importantes como a *Gramática* de Júlio Ribeiro, a *Aritmética* de Trajano e *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira, e outros líderes protestantes comprometidos com a educa o. Para melhor aproveitamento didático-pedagógico concluiu-se pela semana escolar de cinco dias com três meses de férias anuais. Na verdade era uma proposta inovadora e desafiadora para o Brasil, que vivia o impacto das mudanças sócio-político-econ micas.

Este é um legado pedagógico que reflete a compreensão de mundo coincidente, *neste aspecto*, com o do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), visto que em alguma medida as práticas educacionais vigentes no final do século XIX, no Brasil, traziam uma espécie de exclusão social das crianças em rela o   família, o que se expressa nos seis dias letivos por semana que alterou-se na pedagogia da Escola Americana para cinco, deixando os sábados livres para o convívio familiar, bem como a amplia o para três meses de férias anuais, ensejando troca de experiências e de forma o de caráter, em família. A inser o do pensador francês ocorre em virtude de sua visão de confinamento em instala es especializadas que serviriam para segregar pessoas tais como asilos, quartéis e até escolas, ser reprovável. Foucault (2010, p.453) trata da reclusão ao afirmar:

  a  que nascem essas no es estranhas que foram sucessivamente, no século XIX, a loucura moral, a degenerescência, o criminoso nato, a perversidade: estas são outras tantas "m s loucuras" que a consciência moderna não conseguiu assimilar, e que constituem o resíduo irresistível do

destino, e das quais não se pode proteger a não ser de um modo absolutamente negativo, através da recusa e da condenação absoluta.

O entendimento do filósofo em questão é que a reclusão é uma alternativa inaceitável, em determinado grau, a exclusão da criança do convívio familiar e até os castigos físicos de que os estudantes eram alvos, antes da filosofia educacional adotada pela Escola Americana em São Paulo no último quartel do século XIX.

Chamberlain não foi apenas um empreendedor educacional, mas também um pastor fiel. Ferreira (1992, p.141) registra:

Em 1873 o número de profissões subiu a treze. Com a bênção do Senhor o pastor de São Paulo reerguera a Igreja. Além do reerguimento da Igreja de São Paulo, sem discutir [sic] de viagens pelo interior, Chamberlain foi, nesse período o fundador da *Escola Americana*.

Percebe-se que os pioneiros do Mackenzie eram pessoas envolvidas no ministério sagrado, com espírito missionário e que a intenção primária do casal era prestar um serviço à sociedade, sem descuidar de sua confessionalidade prática.

Émmile-G.Léonard (1981,p.135) informa:

Em São Paulo, a 4 de julho de 1885, a Escola Americana lançava a pedra fundamental de seus edifícios próprios; e foi Rui Barbosa, convidado para presidir aquela solenidade, quem escolheu aquela data nacional dos Estados Unidos.

Este dado revela a importância e reconhecimento da proposta pedagógica inovadora da então Escola Americana, na presença e participação do eminente jurista Rui Barbosa.

Em 1932, foi publicado um histórico, atribuído em grande parte a Dr. W. A. Wadell, onde se lê:

Atendendo ao fato de que o conceito protestante de uma escola exclui o elemento de propaganda religiosa e limita a função da escola às questões de moralidade e ética, baseadas

nos ensinamentos de Cristo, e, também, ao fato de que os filhos de muitos pais brasileiros pertencentes aos elementos republicanos, sofriam igualmente nas escolas públicas e buscavam matrícula na nossa escola, foi resolvido abrir o estabelecimento a todos os que, conhecendo a sua organização, desejassem nele ingressar. (FERREIRA, 1959,p.100)

A consciência de que o serviço à comunidade seria relevante nos propósitos da instituição, está claro nas palavras atribuídas ao contemporâneo de Chamberlain.

O idioma a ser utilizado em sala de aula era o nativo do povo brasileiro: “A língua na qual a instrução devia ser ministrada não admitiu discussão na opinião de Chamberlain. Devia ser, salvo no caso particular do estudo de línguas estrangeiras, a língua portuguesa.” (FERREIRA, 1959, p.101). Isso demonstra a sensibilidade dos pioneiros, aculturando-se ao Brasil, possibilitando uma maior identificação com a cultura brasileira, emprestando sua contribuição educacional com maior eficácia.

Um corpo docente qualificado e o amor pelo empreendimento fizeram adaptações e melhorias, transferindo-se para a esquina das ruas São João com Ipiranga passou a funcionar o internato feminino e o *kindergarten*, jardim da infância. Alderi Matos (2004, p.50) acrescenta a seu registro histórico:

Em 1885, Chamberlain convidou o médico e educador Horace M. Lane para assumir a direção da Escola Americana e no início do ano seguinte foi inaugurado o internato para meninos na Rua Maria Antônia, em uma propriedade adquirida pelo casal Chamberlain e depois doada à instituição. A pedra memorial colocada no dia 4 de julho, que pode ser vista ainda hoje em um dos edifícios do Mackenzie, tem as palavras de 1 Timóteo 1.17: “Ao Rei dos séculos, imortal, invisível, a Deus só seja honra e glória. Anno Domini 1885.”

Os recursos para construção tiveram duas origens, Couto de Magalhães, oficial do exército brasileiro e algumas senhoras norte-americanas.

Outro fato digno de registro é a morte, em 1892, do benfeitor John Theron Mackenzie, doador de sua herança para edificação da Escola de Engenharia, instalada em 1896 (RONZELLI, 2003)

Chamberlain “que sempre se dedicou à evangelização, entendia que a educação também era uma importante esfera de atuação da igreja”, e no dia 12

de fevereiro de 1894 “esteve presente ao lançamento da pedra angular do edifício do Mackenzie College, dedicado ‘às ciências divinas e humanas” (MATOS, 2004, p.52).

Registra ainda o historiador Alderi Matos (2004,p.54), acerca de George Chamberlain, numa placa em sua homenagem afixada no Edifício Mackenzie , no campus de Higienópolis:

Por amor de Cristo: servo do povo brasileiro durante 39 anos, evangelizador dos sertões e das cidades, fundador da Escola Americana. Sonhador cujo sonho realizado é o Mackenzie College, seu primeiro benfeitor que com a doação destes terrenos, abriu o caminho para o seu progresso. Cercado dos seus patrícios adotivos, nas plagas baianas, espera ressurreição.

Em síntese, essa é a obra de Chamberlain, o instrumento para implantação da que é a Universidade Presbiteriana Mackenzie, destacando-o como desbravador dos sertões, mas também da ignorância de grandes centros.

A história não transcorre sempre em clima de harmonia. Pelo contrário, em boa parte do tempo há contradições e paradoxos a serem contornados. É o que informa Inez Borges (2008, p.78):

Uma sequência de fatos ocorridos em 1885 evidencia o conflito entre o campo religioso e o educacional. Chamberlain, preocupado com o futuro da escola e sabedor da necessidade de contratar um diretor que o ajudasse na difícil tarefa de administrá-la, entendeu que Horácio Lane, um cristão não-presbiteriano (pelo menos ainda não declarado ou batizado), seria a pessoa adequada para o papel. Essa opinião foi, de certa forma, imposta aos demais dirigentes da Igreja Presbiteriana nacional e às Missões Presbiterianas nos Estados Unidos.

Alexandre Blackford batizou Lane, que pouco tempo depois, 1893, foi desligado da comunhão eclesiástica nacional, por não participar dos cultos regulares. Foi recebido por uma igreja norte-americana e deixou de estar submisso à liderança missionária local.

Lane fora educado nas melhores escolas dos Estados Unidos e conhecia bem o Brasil, que tinha percorrido todo desde 1869.

Depois de passar vários anos no Brasil, voltou aos Estados Unidos para formar-se em medicina. Somava em sua vida os conhecimentos médicos, os conhecimentos da metodologia norte-americana na área educacional e os conhecimentos sobre o Brasil por ter participado de vários empreendimentos. (HACK, 2002, p.79-80).

Apesar dos dotes, Horácio Lane não conseguiu atender às expectativas da liderança nacional. A posição catequética estava comprometida, apesar do alto nível educacional e prestação de serviço relevante à cidadania. Encontra-se expressa esta compreensão na carta de Mary Chamberlain citada por seu esposo em correspondência a Horácio Lane:

Recebi (então) carta de minha mulher em que ela dizia que se eu não tivesse outro motivo de demora, esse não me detivesse mais, pois “tivesse ela um milhão de dólares, nem um centavo deles iria para o Mackenzie” e que eu não tinha o direito de pedir a cristãos fundos votados ao Senhor para aumentar as construções de uma escola excelente, a melhor que o Brasil tem, cujo fim não é trazer seus discípulos a Cristo, mas formá-los bem como homens desse mundo, para cumprirem seus deveres de cidadãos em suas diversas profissões (RIBEIRO,1987, pp.298-299).

O fato é que a compreensão do propósito evangelizador, que estava no coração dos pioneiros, não perdurara e o Mackenzie secularizava-se.

Com o passamento de Horace Lane a presidência da Escola Americana e do Mackenzie College passou interinamente a Rufus K. Lane, filho do diretor anterior. Rev. Donald McLaren (1859-1930), assumiu a direção em 1913 e no ano seguinte lhe sucedeu William A. Waddell (1862-1939), durante treze anos (MENDES, 2007).

Émile-G.Léonard (1981,p.164) comenta acerca da devocionalidade de Waddell: “ao mesmo tempo em que o Mackenzie, dirigido pelo Rev. Waddell (O Dr. Horácio Lane morrera em 1912), se mostrava levado pela mesma piedade do homem que agora estava à sua direção.” Afirmou, assim, sua compreensão da piedade de Waddell.

Rev. William Alfred Waddell de 1914 a 1927 exerceu a presidência do Mackenzie. Nasceu em fevereiro de 1862, faleceu em 22 de fevereiro de 1939 e quatro anos após, exatamente em 22 de fevereiro de 1943, sua viúva dormiu no Senhor. Ele a conheceu já viúvo, na Bahia, onde Laura Annesley Chamberlain, primogênita do Rev. George Chamberlain, lecionava. O casal Waddell teve cinco filhos: Rev. Richard Lord Waddell, missionário na região do rio São Francisco, Kenneth Chamberlain Waddell, cursou engenharia no Mackenzie e medicina nos Estados Unidos, também foi missionário. Helen, Agnes e Mary foram as filhas do casal. Helen Waddell fez missões de 1925-1930, no Brasil. Alderi Matos (2004, pp.131-137) ainda registra

O Dr. Waddell presidiu o Mackenzie até 1927, quando se aposentou por motivo de saúde, recebendo em 1º de julho o título de Presidente Emérito. Na sua gestão, foram construídos vários edifícios, criados novos cursos (engenharia civil, elétrica e mecânica, arquitetura, química industrial) e o ensino foi remodelado, adaptando-se às novas exigências legais. Uma importante conquista foi a equiparação da Escola de Engenharia às suas congêneres federais pelo Congresso Nacional, em 19 de janeiro de 1923. Em outubro do mesmo ano foi criado o Conselho do Mackenzie College, ponto de partida para a nacionalização da entidade. Seus primeiros presidentes foram Erasmo Braga e João Pandiá Calógeras.

Merece destaque na história da instituição, o primeiro dirigente do Conselho do Mackenzie College, (1923-1932), Erasmo Braga. Este Conselho aproximava administrativamente o Mackenzie College ao povo brasileiro, visando sua nacionalização.

Sob a denominação de Conselho do Mackenzie College, fica constituída, de acordo com as leis vigentes que regulam a espécie, uma Sociedade Anônima com sede na Capital do Estado de São Paulo. O fim desta Sociedade é administrar no Brasil os negócios do Mackenzie College (ESTATUTOS DO MACKENZIE COLLEGE apud MENDES, 2007, p. 113)

Diante do vínculo estreito da instituição com a Universidade do Estado de Nova York, a criação deste Conselho como pessoa jurídica, foi muito importante para a inserção plena no contexto educacional brasileiro. Então, seu primeiro presidente foi o Rev. Erasmo Braga.

Nasceu em Rio Claro – SP em abril de 1877, filho de João R. Carvalho Braga e Alexandrina T. da Silva Braga. Seu pai convertera-se pela leitura de um exemplar antigo da Bíblia Sagrada, no Rio de Janeiro. Seu genitor, João R. C. Braga ensinou na Escola Americana e estudou teologia com o Rev. John Howell. Erasmo, desde sua infância, recebeu influência de missionários como George Chamberlain e George Morton e das educadoras Mary Dascomb e Elmira Kuhl, e muito os admirou. Em 1890, adolescente ainda, veio concluir seus estudos secundaristas na Escola Americana e no Colégio Protestante. Estudou teologia, foi capelão no Mackenzie College e ali ensinou português e literatura. Em Recife, Erasmo Braga foi eleito no ano de 1924, moderador da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana. Faleceu aos 55 anos, três semanas após o passamento de sua esposa. Foi provavelmente o mais preparado intelectual protestante de sua geração. Um de seus textos preferidos era Romanos 14.7 “Ninguém vive para si mesmo, nem morre para si.” Sem dúvida o espírito mackenzista, marcou a vida e a obra deste piedoso e operoso pastor e educador (MATOS, 2004).

Os missionários norte-americanos marcaram, por meio da educação, muitas vidas e imprimiram valores reformados na formação de inúmeras pessoas.

O escritor Antônio Máspoli (2000, p.123-124) informa:

Os missionários presbiterianos que chegaram ao Brasil em meados desse século conheciam um organizado e complexo sistema de ensino que cobria todas as faixas etárias e segmentos pedagógicos, da escola primária ao curso superior.. Além do mais, a cosmovisão protestante calvinista impunha um modo particular de ver a realidade educacional. Esta era considerada como uma necessidade premente para a própria sobrevivência dessa cosmovisão. A fé reformada, sua liturgia, seus ritos e cultos estavam todos calcados na cultura de tradição escrita, na leitura e interpretação da Bíblia Sagrada e esta não prescindia da educação dos fiéis.[...] O sistema educacional presbiteriano que tomou forma na Escola Americana e no Mackenzie College de São Paulo era portador das seguintes características diferenciadoras:[...] A ausência de castigos físicos, com a utilização de reforços positivos, funcionava como um facilitador de aprendizagem transformando-a numa atividade lúdica. A educação presbiteriana, com a utilização do método silencioso, indutivo, colocava a primazia da inteligência sobre a memória, fato que a escola brasileira, pela média, desconhece até hoje.

A contribuição da pedagogia norte-americana, por meio da instituição educacional Mackenzie é significativa e os setores progressistas brasileiros sempre reconheceram esse fato.

O jornal “Correio Paulistano” de linha editorial republicana, publicou em 20 de agosto de 1872, reportando-se aos métodos de ensino adotado na Escola Americana

É realmente auspicioso levar ao conhecimento do povo brasileiro tão importante fato, porque vem de encontro à meta principal da República, que pregamos, qual seja a educação popular. O Brasil Colonial, o Reino do Brasil e o Império, principalmente o Primeiro, nada fizeram em prol da educação primária, e o Segundo, se fez algo nesse sentido, não chega a ser um simples e pálido ensaio. Isto tudo apesar da boa vontade e entusiasmo do patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva que clamava sempre, no mesmo deserto, a favor da educação popular. A nova Escola Americana de São Paulo está, pois, de parabéns. (HACK, 1985,p.103-104)

Este é um reconhecimento da sociedade civil brasileira da importância metodológica educacional norte-americana, por meio da instituição protestante.

Havia, desde os primórdios, uma atenção aos princípios da moral cristã vinculados à doutrina católica apostólica romana.

Oswaldo Hack (2002, pp.101-116) trata sobre o período do Brasil Império relacionado ao ensino superior:

Não havia uma preocupação com o estabelecimento de escolas de ensino superior neste período. A resistência se deu em parte pela Coroa Portuguesa, mas, também, pelas elites brasileiras que desejavam enviar seus descendentes para o continente europeu em busca de educação diferenciada. Cursos de Direito e Teologia eram oferecidos em Portugal, e de Medicina na França. As instituições de nível superior tiveram espaço em solo brasileiro com a chegada de D. João VI, em 1808.

Houve algumas tentativas de criação de universidade brasileira. A primeira foi uma tentativa jesuíta, no século XVI. A segunda iniciativa está relacionada à Inconfidência Mineira, também sem êxito. Quase quatro séculos

após seu descobrimento (1875), o ensino superior brasileiro resumia-se a faculdades isoladas e nenhuma universidade:

1) A Escola Politécnica do Rio de Janeiro – originalmente a Academia Real Militar, instituída em 4 de dezembro de 1810, transformada em 1874 na Escola Politécnica. 2) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – criada em 2 de abril de 1808, transformada em 1832 na Faculdade de Medicina. 3) Faculdade de Medicina da Bahia – criada em 18 de fevereiro de 1808 como Escola de Cirurgia no Hospital Real, transformada em 1832 na Faculdade de Medicina.. 4) Faculdade de Direito de São Paulo – criada em 11 de agosto de 1827 como Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, transformada em Faculdade em 1854. 5) Faculdade de Direito do Recife – criada em 11 de agosto de 1827 como Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda e transformada em Faculdade em 1854, transferindo-se para o Recife. 6) Escola de Minas de Ouro Preto – criada em 6 de novembro de 1875.(HACK, 2002, pp.104-105)

Destaque-se o ato de, na mesma data, 11 de agosto de 1827, terem sido criadas as Faculdades de Direito de Recife e São Paulo por ordem do imperador D. Pedro I.

O desinteresse de Portugal em manter a colônia independente cultural e politicamente impedia o desenvolvimento educacional brasileiro. Após várias tentativas frustradas de formatar o ensino superior em solo pátrio, mesmo nas primeiras décadas da República, finalmente

Em 1920, as escolas superiores profissionais reuniram-se sob o regime de universidade. A idéia [sic] prevalente sobre a universidade correspondia a um centro de estudos e de elaboração do conhecimento, e não apenas de transmissão oral dos produtos acabados do conhecimento oriundo dos livros. Na verdade, somente as escolas de Medicina estavam em condições de participar de um projeto de universidade. A reunião das escolas de Medicina, Direito e Engenharia, sob a administração de um reitor, iria constituir a primeira experiência concreta de universidade brasileira. (HACK, 2002, p.111).

Neste ambiente, desenvolveu-se o sonho dos missionários George Chamberlain, na criação da Escola Americana, e seus sucessores. Nos aspectos formais de ensino, o Mackenzie, desde seus primórdios, impregnou-se de uma moderna filosofia educacional, subordinada a uma compreensão cristã da existência, conforme Dr. Marcel Mendes (2000, p. 26):

Por outro ângulo, essa visão sublima-se pela perspectiva cristã reformada que vê no ser humano o fastígio da ação soberana e sábia do Criador. Revestido de dignidade, responsabilidade e liberdade, o homem – o ser criado – interage com o próprio Criador, com a Natureza e com os seus pares, tornando-se fim e jamais meio das estruturas econômicas, sociais, políticas e religiosas. A racionalidade metódica desse homem o impele aos desafios intelectuais e ao exercício do trabalho, dever sagrado com o qual dá testemunho de fé interior, cujos resultados evidenciam o benefício da eleição e dignificam o Criador, de quem reconhece as prerrogativas de soberania e senhorio, em atitude de obediência e devoção.

Os desafios da visão política, religiosa e filosófica do império e primeira república foram enfrentados e com sua filosofia educacional progressista foi desenvolvido e fortalecido o empreendimento religioso-educacional mackenzista. Em 1896 foi estabelecido o curso superior de Engenharia, primeira escola não-pública brasileira.

Descrevendo a estrutura educacional mackenzista Osvaldo Hack (2002, p.161) afirma

O Mackenzie apresentava um sistema educacional verticalizado no sentido de oferecer cursos em todos os níveis de ensino, a começar pelo jardim-de-infância [sic] até o curso superior. A filosofia mackenzista era promover o envolvimento do aluno com a instituição e seu sistema de ensino e, muito mais, despertar o interesse em progredir nos estudos para alcançar uma formação profissional ou acadêmica. Nos meios de divulgação utilizados sempre se chamava a atenção para a visão global de uma formação estudantil. Nesse sentido, o Colégio Protestante, e depois o Mackenzie College, era apresentado como a continuação em grau superior dos cursos de nível secundário oferecidos pela Escola Americana..

O mackenzista, irmão de Armando Salles Oliveira (interventor do estado de São Paulo), diretor da Escola de Engenharia em 1934, Francisco de Salles Oliveira identifica o sistema de ensino do Mackenzie como um conjunto de estudos do curso primário na Escola Americana, passando pelos cursos secundários, comercial, técnico, normal e Escola de Engenharia, exemplo de organização educacional na modernidade (HACK, 2002, p.86-87).

A fundação da Faculdade de Filosofia e Letras teve lugar em 1947. Lívio Teixeira (1902-1975), foi seu primeiro diretor. Era filho do Rev. Alfredo Borges

Teixeira (1878-1975), professor e escritor teológico. Em 12 de agosto de 1947 foi instalada a Faculdade de Arquitetura. Foi seu primeiro diretor o então prefeito da cidade de São Paulo, Christiano Stockler das Neves. A Faculdade de Ciências Econômicas foi autorizada a funcionar em 25 de julho de 1950, o que demonstra o crescimento da instituição e seu prestígio (MENDES, 2007, pp.128-130).

Uma visão panorâmica da caminhada na direção da universidade pode ser literariamente expressa nas palavras do Dr. Hack (2002, p.211)

Um filete de água começou a jorrar na cidade de São Paulo em 1870 de maneira continuada e persistente. Lugar inóspito e adverso, bem no centro de uma cidade que começava a mover-se como um gigante adormecido para ocupar lugar destacado no cenário nacional. O filete de água, transformado em fonte do saber, da metodologia inovadora e da filosofia educacional humanizadora e cristã, começava a marcar presença na sociedade paulistana, reunindo as crianças oriundas de diferentes camadas sociais, políticas e religiosas. Era a escolinha do casal Chamberlain, missionários presbiterianos que vieram ao Brasil com o propósito de propagar o evangelho cristão e contribuir para a educação do povo. O projeto educacional avançou e conquistou o apoio dos mantenedores norte-americanos e a simpatia e boa aceitação dos paulistanos. Em pouco tempo a Escola Americana tornou-se conhecida e procurada, como referência de uma pedagogia inovadora. O êxito do projeto inicial encheu de entusiasmo os seus fundadores e então o sonho se ampliou para estender os benefícios educacionais aos níveis mais elevados do ensino. A proposta de criação de um *college* está inserida na visão educacional norte-americana, englobando também cursos superiores. Daí porque desde a criação do *college* a missão presbiteriana recomendava que fosse criado em São Paulo o ambiente adequado para o estabelecimento de uma universidade cristã.

O modelo norte-americano de ensino superior não foi bem aceito a princípio, como fora influente na educação básica. Após a Era Vargas e a volta da democracia brasileira em 1945, o peso do estreito relacionamento com a visão da outra América no ensino mackenzista foi dissipado. Em dezembro de 1951 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, o Estatuto da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O estabelecimento da universidade se deu em 16 de abril de 1952, tendo como reitor o engenheiro Henrique Pegado.

Ele destacou três momentos na caminhada mackenzista: 1870, ano da fundação, lembrando que São Paulo era um povoado de aproximadamente 25 mil habitantes, inclusive sem iluminação a gás, que se efetivou dois anos após; 1896, na criação de cursos superiores no Mackenzie, Engenharia e Ciências e Letras, finalmente, 1952, instalação da Universidade. (Pegado apud HACK, 2002).

O historiador Alderi Matos (2009, p.46) informa sobre o processo de nacionalização do Mackenzie iniciado em 1957:

Nesse ano, a Comissão Executiva do Supremo Concílio, reunida em 12 de fevereiro, nomeou uma comissão de alto nível “com a finalidade de preparar a Igreja Nacional para receber as instituições educativas”. A comissão era composta dos Revs. José Borges, Amantino Vassão, Boanerges Ribeiro e o presbítero Cleantho Siqueira. Havia outros interessados na doação, como o próprio Instituto Mackenzie e a Associação dos Antigos Alunos, controlados por pessoas não ligadas à igreja. [...] Houve muitas resistências contra a doação à IPB, surgindo propostas de federalização da universidade ou de criação de uma fundação. Os estudantes entraram em greve. O fato é que há muito tempo o Mackenzie tinha poucos laços com a IPB e agora as pessoas ligadas à instituição não viam com simpatia a sua transferência para a igreja.

Percebe-se uma séria crise na instituição, com diversos interesses conflitantes, contudo aprovou à Providência a condução de todo o processo, levando a bom termo.

2.2 ASPECTOS CONFSSIONAIS DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

A UPM, por sua história, deixa claro que há um traço religioso, de cunho cristão reformado, mas o que caracteriza uma entidade com este perfil? “A confissão de fé pode ser definida, mais precisamente, como uma declaração pública, diante de Deus e do mundo, daquilo que uma igreja crê.” (McKIM, 1998, p.5) . Na essência das confissões está a mais antiga da Igreja do Novo Testamento: “Jesus é Senhor”. Esta declaração leva ao desenvolvimento de toda a teologia e ética (McKIM, 1998).

Alexander A. Hodge (1999, p.32) acerca da Confissão e Catecismos da Assembleia de Westminster afirma: “Este é o padrão doutrinal comum de todas as Igrejas Presbiterianas no mundo de derivação inglesa e escocesa.” Costa (2014, p.547), afirma: “Desta forma, podemos concluir que os Símbolos de Westminster foram adotados no Presbiterianismo brasileiro, desde a sua implantação”.

Discorrendo sobre o sentido do “crer”, Alister McGrath (2013, p.25) registra: “A fé não se resume a crer em Deus, mas implica confiar nele e permitir que ele assuma o controle sobre nós e nos transforme.” Não é ter uma ideia diferente, mas reconhecer quem é Deus, seus atributos e corresponder no coração a Ele (McGRATH, 2013)

Uma de suas marcas cristãs pode ser identificada no Credo Apostólico:

É o credo mais usado em nossa igreja por ser um dos primeiros textos da literatura confessional que se aprende. E, com exceção da oração do Pai Nosso, não há conjunto de palavras na Igreja Cristã que os cristãos mais pronunciem. Ele é o primeiro dos credos ecumênicos. A Igreja Cristã antiga adotou o nome ecumênico para mostrar que ela, como um todo aceitava esse credo.

O título “Credo Apostólico” foi usado pela primeira vez em 390, no Sínodo de Milão. Em 404, Tirano Rufino escreveu um comentário do credo, contando a história de sua provável origem (que no dia de Pentecostes os apóstolos, antes de cumprir a ordem de ir aos confins da terra, teriam se reunido e cada um contribuído com alguma parte do credo). A verdade, talvez, nunca se saberá. Entretanto, ninguém de sã consciência negará que esse credo reproduz autenticamente o ensino dos apóstolos, fundamentado nas verdades das Escrituras (1 Coríntios 8.6; 12.13; Filipenses 2.5-11; 1 Timóteo

2.4-6;3.16).(HOMOTA.BLOG.TERRA.COM.BR, em 04/06/2013; 15h)

Alexander A. Hodge (1999, p.25), comentou a respeito do Credo dos Apóstolos:

Este não foi escrito pelos apóstolos, mas foi gradualmente formado, pelo consenso geral, à luz das Confissões adotadas individualmente por igrejas particulares e usadas na recepção de seus membros. Ele atingiu sua presente forma e uso universal entre todas as igrejas, perto do final do segundo século.

Outra abordagem ao Credo foi exposta por Paulo Anglada (1998, pp.178-179), citado na Luz para o Caminho

O Credo Apostólico, o mais conhecido dos credos, é atribuído pela tradição aos doze apóstolos. Mas os estudiosos acreditam que ele se desenvolveu a partir de pequenas confissões batismais empregadas nas igrejas dos primeiros séculos. Embora os seus artigos sejam de origem bem antiga, acredita-se atualmente que o credo apostólico só alcançou sua forma definitiva por volta do sexto século, quando são encontrados registros do seu emprego na liturgia oficial da igreja ocidental. De um modo ou de outro, parece evidente sua conexão com outros credos antigos menores; como os seguintes:

Creio em Deus Pai Todo-poderoso, e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor. E no Espírito Santo, na santa Igreja, na ressurreição da carne.

Creio em Deus Pai Todo-poderoso. E em Jesus Cristo seu único Filho nosso Senhor, que nasceu do Espírito Santo e da virgem Maria; morto sob o poder de Pôncio Pilatos e sepultado; ressuscitou ao terceiro dia; subiu ao céu e está sentado à mão direita do Pai, de onde há de vir julgar os vivos e os mortos. E no Espírito Santo; na santa Igreja; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo.

O Credo Apostólico, assim como os Dez Mandamentos e a Oração Dominical, foi anexado, pela Assembléia [sic] de Westminster, ao Catecismo. "Não como se houvesse sido composto pelos apóstolos, ou porque deva ser considerado Escritura canônica, mas por ser um breve resumo da fé cristã, por estar de acordo com a palavra de Deus, e por ser aceito desde a antigüidade [sic] pelas igrejas de Cristo."

Uma instituição confessional cristã, no mínimo, adota os princípios do Credo Apostólico, associando às Escrituras Sagradas, a epístola aos Romanos, como única fonte de fé e vida. Faz-se as observações a seguir:

Creio em Deus Pai[...] – “[...]graça a vós outros e paz da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo.” (1.7). Alister McGrath (2013, p.30) comenta:

Não está tratando de um conceito filosófico de Deus, mas do Deus que se revelou nas Escrituras e, de modo extraordinário, em Jesus Cristo. Não se refere a uma noção abstrata de Deus, mas ao Deus vivo e pessoal a quem os cristãos cultuam e adoram.

“[...] *Todo-poderoso criador do céu e da terra.*” “Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas.[...]” (1.20)

“*Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor,[...]*” – “e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor,” (1.4); “Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu; para ser Senhor tanto de mortos como de vivos” (14.9). McGrath (2013, p.46) discorre:

O foco do Credo é o nome e a importância de Jesus Cristo. De modo geral, acredita-se que o *Credo* represente um desenvolvimento de uma confissão muito elementar e simples: “Jesus é o Senhor!”. No cerne da fé cristã se encontra a pessoa de Jesus Cristo.

Costa (2014, p.301) destaca o senhorio de Cristo: “ No sentido de Messias exaltado, com suprema autoridade espiritual, correspondendo a YHWH no AT.

“[...] *o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado;[...]*” “a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação,[...]”3.25; “o qual foi entregue (*paradidomi* - indicativo aoristo passivo, ação factual, certa, real, pontiliar, ato e não processo) por causa das nossas transgressões (*paraptoma* – transposição dos limites) [...]” 4.25. Alister McGrath (2013, p.69) registra:

Alguns cristãos ficam surpresos com o fato de Pôncio Pilatos ser mencionado no *Credo*. Há quem ache isso até ofensivo. Ainda assim, o governador (ou procurador) da Judeia de 26 a 36 d.C. acabou incluído. E é muito importante que ele esteja presente! Rufino, escritor do quinto século, escreveu: “Os que formularam o *Credo* demonstraram muita sabedoria ao destacar a época precisa em que esses fatos ocorreram, afastando a possibilidade de que incertezas e imprecisões prejudicassem a estabilidade da tradição”

“[...] *desceu ao Hades(lugar e estado dos mortos); ressurgiu dos mortos ao terceiro dia;* [...]” “Foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor,” (1.4); “[...] e ressuscitou (*egueiro* – indicativo aoristo passivo, ação real, ato e não uma série de ações, sujeito sofre a ação) por causa da nossa justificação” (4.25); “Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito , que em vós habita”, (8.11). Ver também 14.9.

“[...] *subiu ao céu; está assentado à mão direita de Deus Pai Todo-poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.*” (8.34) “[...] *Jo qual está à direita de Deus* [...]”; (2.16) “no dia em que Deus, por meio de Cristo Jesus, julgar os segredos dos homens, de conformidade com o meu evangelho”. Ver ainda 14.9-12 e Filipenses 2.9-11.

“[...] *Creio no Espírito Santo; [...]*” O capítulo 8º é o capítulo da pneumatologia, “[...]a lei do Espírito da vida [...] (v.1); “[...]que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (v.4); “[...] mas os que se inclinam para o Espírito, das cousas do Espírito” (v.5); “[...] mas o (pendor) do Espírito, para a vida e paz” (v.6); “Vós, porém não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele” (v.9); “Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (v.14); “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (v.16); “[...]que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo” (v.23); primícias – a primeira porção da colheita, compreendida tanto como uma primeira prestação como um penhor pelo pagamento final do todo. O Espírito é compreendido como uma

antecipação da salvação final, e um penhor de que todos que têm o Espírito serão, no fim salvos” (Barrett. Chave Linguística, São Paulo: Vida Nova. 1988,p.269); “Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira, com gemidos inexprimíveis. E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que Ele intercede pelos santos” (Vs.26,27).

“[...] *na santa Igreja universal; comunhão dos santos; [...]*” Porque assim como num só corpo temos muitos membros, mas nem todos os membros têm a mesma função, assim também nós, conquanto muitos, somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros” (12.4,5).

“[...] *na remissão dos pecados; [...]*” “a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e justificador daquele que tem fé em Jesus”(3.25,26); “o qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação. Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” (4.25 e 5.1); “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (8.1).

“[...] *na ressurreição do corpo.[...]*” “Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita” (8.11).

“[...] *na vida eterna. Amém.*” “[...]também com ele seremos glorificados” (8.17); “[...] a glória a ser revelada em nós. A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus. [...] a liberdade da glória dos filhos de Deus. [...] aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo. Porque na esperança fomos salvos. Ora, esperança que se vê não é esperança; pois o que alguém vê, como o espera? Mas, se esperamos o que não vemos, com paciência o aguardamos” (8.18-25).

No período da Reforma do século XVI, surgiram expressões que sintetizam a expressão de fé: *Somente a fé*, em contraposição à doutrina da justificação pelas obras; *somente a Escritura*, em lugar de outras fontes, como

a tradição; *somente Cristo*, em vez de inclusão de santos e principalmente Maria, mãe de Jesus, como medianeiros; *somente a graça*, em lugar do mérito humano; *glória somente a Deus*, em contraposição ao louvor humano.

O monge agostiniano Martinho Lutero deflagrou o movimento reformista, conforme registra o historiador Robert Nichols (1978, p.148):

Em 31 de Outubro de 1517, véspera do Dia de Todos os Santos, quando enorme multidão comparecia à Igreja do Castelo, na cidade de Wittenberg, Lutero colocou às portas dessa igreja as 95 Teses que tratavam do caso das indulgências. Nelas declarava que a Igreja podia remittir somente o que ela exigia, isto é, sentenças quanto a disciplina, e que as indulgências eram nulas para o efeito de remover a culpa ou afetar a situação das almas no purgatório, e que o cristão arrependido tinha o seu perdão vindo diretamente de Deus, sem a intervenção de indulgências. Não obstante Lutero não perceber plenamente, as teses foram um golpe no coração do poder dessa igreja e do poder do papa que era o cabeça da igreja. Pois as teses negavam o pretensão poder da igreja de ser mediadora entre o homem e Deus e de conferir perdão aos pecadores.

Lutero com este ato demonstra sua confessionalidade que, ao longo do tempo, se manifestará como fundamento identificador da fé reformada em suas instituições.

A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) é a mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), e no capítulo I sobre a natureza, governo e fins da igreja, na Constituição da IPB, Art. 1º registra:

A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve;(2013, p.8)

Pode-se destacar alguns aspectos do que caracteriza a ética e cidadania, relacionamentos interpessoais, vide anexo B, perguntas 63-81 do Breve Catecismo, que é um dos Símbolos de Fé desta mesma Igreja.

Entender Lutero é rever princípios expostos pelo apóstolo Paulo, os quais foram estudados e ensinados pelo monge doutor agostiniano antes de sua decisão de rompimento com a posição católico-romana.

O apóstolo Paulo é visto como sistematizador da doutrina cristã. Nasceu em Tarso, região da Cilícia na Ásia Menor (At 22.3). Cidadão romano, por direito de nascimento (At 22.28), Paulo era “hebreu de hebreus” (Fp 3.5); recebera formação cultural dos hebreus. “[...] Fui instruído aos pés de Gamaliel, segundo a exatidão da lei de nossos antepassados, sendo zeloso para com Deus [...]” (At 22.3).

CARSON, MOO E MORRIS destacam o evento da transformação paulina

O perseguidor de cristãos foi transformado no mais destacado pregador de Cristo devido a um inesperado confronto com o Jesus ressuscitado na estrada de Damasco. A experiência de Paulo na estrada de Damasco é descrita uma vez por Lucas (At 9.3-6), duas vezes por Paulo em Atos (22.6-11 e 26.12-15) e uma vez por Paulo em suas epístolas (Gl 1.15-16). (2008, p.245)

Das treze cartas paulinas, uma destaca-se pela sistematização de seu pensamento, Romanos. Tratando da influência da Epístola sobre alguns dos grandes nomes do cristianismo, que deixaram suas marcas no pensamento cristão, John Stott cita Aurélio Agostinho, de Hipona, o maior dos Pais Latinos, Martinho Lutero, grande reformador protestante do século XVI, John Wesley e Karl Barth, sobre quem escreve

O terrível massacre e a bestialidade da Primeira Guerra Mundial, no entanto, junto com a sua *reflexão sobre a mensagem de Romanos* (grifo meu) foram uma combinação suficiente para acabar com as ilusões do otimismo liberal.[...] A publicação da primeira edição do seu comentário em 1918 marcou o seu rompimento decisivo com o liberalismo teológico (2000, p.18).

Para que se entenda a confessionalidade prática, a ética paulina em Romanos deve ser considerada em sua estrutura. Dos dezesseis capítulos, pode-se reconhecer duas seções principais. A primeira, capítulos.1-11, com a exposição das misericordiosas intervenções divinas na história da redenção e

capítulos 12-16 as implicações éticas, morais e ministeriais, como resposta requerida ao homem, objeto da ação divina.

Uma abordagem panorâmica do segundo seguimento oferecerá as implicações esperadas deste que foi, soberana e graciosamente, alcançado pela divindade. Esta é uma perspectiva cristã numa hermenêutica reformada, dentro de uma compreensão gramático-histórica da temática.

Romanos 12.1 registra: “Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional.” Esta “com+junção” de fato *junta com* interliga os dois segmentos do texto epistolar. Isto demonstra a continuidade da obra, ou seja no pensamento paulino os princípios éticos-morais são fruto da graça divina. Só o homem alcançado pelo favor celeste pode e deve desfrutar de relações saudáveis com seus pares. A dimensão é litúrgica nas relações sociais. A ética é resultado esperado e requerido da ação soberana e misericordiosa dos céus.

É o culto pela razão, racionalidade e coerência, tendo sido objeto da ação misericordiosa divina, o razoável e sensato é responder em adoração pela oferta da integralidade do ser corpo e mente nas diversas relações humanas, com os membros da comunidade da fé capítulo, 12:3ss; com os membros da liderança civil, capítulo 13; com os membros mais fragilizados no seio do corpo, capítulos 14,15 e finalmente com os membros mais afastados geograficamente, contudo tratados nominalmente, numa dimensão de fé que reconhece a importância do outro no exercício da sua vocação, capítulo 16.

Entender a confessionalidade é se reportar aos reformadores, pais de uma confissão, com seus desdobramentos éticos e cidadãos. Resgatar estes desdobramentos auxiliarão a traçar o perfil confessional e ético-cidadão da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O Dr. Antônio Máspoli comenta acerca da Ética, educação e responsabilidade social em Lutero

A ética do amor cristão será a base da ética educacional de Lutero. Esta ética o leva a propor uma educação que garanta acesso universal à juventude. [...] Na carta *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha* para criarem e manterem escolas cristãs, de 1524, Lutero, além de tratar do descaso para com as escolas, o esvaziamento das universidades, a necessidade do estudo do alemão e de outros idiomas, a

utilização de melhores métodos na educação, a criação de boas bibliotecas, propõe que o cidadão comum trabalhe para assumir sua responsabilidade no sustento da escola.[...] A ênfase dada por Lutero à educação é decorrente da sua visão teológica; onde a ignorância espiritual por analogia é entendida como ignorância intelectual. (LIBERAL & SOUZA NETO, 2005, pp.21,23)

Max Weber expõe com muita propriedade, aspectos deste valor ético na obra de Lutero

Uma coisa antes de mais nada era absolutamente nova: a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a autorrealização moral é capaz de assumir. Isso teve por consequência [sic] inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia [...] o único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantando a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual por isso mesmo se torna a sua "vocação profissional". Em Lutero, essa idéia [sic] se desenvolve no decurso da primeira década de sua atividade reformadora. (2004, p.72)

A ética calvinista é baseada na revelação, tendo como base os dez mandamentos, Clarck in: Henry (2007, p. 231), afirma:

A distinção entre certo e errado não se resolve por meio de uma descoberta empírica da lei natural, como foi o caso de Aristóteles e de Tomás de Aquino, nem pelo formalismo lógico de Kant e, certamente, nem pelo cálculo impossível do utilitarismo do maior bem para o maior número, mas pela revelação de Deus nos dez mandamentos.

"Calvino defendeu três princípios éticos fundamentais: trabalho, poupança e frugalidade." (COSTA, 2009, p.352). Destaque-se a frugalidade, simplicidade e ao mesmo tempo a integridade e a bênção divina

Além disso, ainda que pudéssemos adquirir honras e fortuna sem buscar para isso a bênção de Deus, pois constantemente vemos os ímpios conseguirem grandes riquezas e alta posição, todavia, uma vez que nas coisas sobre as quais pesa a maldição de Deus não se pode experimentar nem uma só gota de felicidade, qualquer coisa que obtivermos nos fará infelizes,

a não ser que a bênção de Deus esteja sobre nós.(CALVINO, 2006, vol. 4, cp. xvii, p.193)

Não há felicidade fora da aprovação divina, riquezas, glória e posição não satisfazem o coração do ser humano, a não ser que esteja sob o beneplácito dos céus. O reformador genebrino é incisivo ao afirmar que a maldição divina pesa sobre o homem, ainda que seja abastado e afortunado por não ter buscado a bênção de Deus. Discorrendo ainda sobre a temática João Calvino registra

Disso resultará que não procuraremos conseguir riquezas, nem usurpar honras a torto e a direito, pela violência, por trapaça e por outros meios escusos, mas só buscaremos obter o que não nos faça culpados diante de Deus. Porque, haverá quem espere que a bênção de Deus o ajude a cometer fraudes, rapinas e outras maldades? E, assim como a bênção divina só favorece os que são retos em seus pensamentos e em suas obras, assim também o homem que a deseja deve manter-se longe de toda iniquidade [sic] e de toda má cogitação. (CALVINO, 2006, vol. 4, cp.xvii, p.194)

As riquezas, os bens materiais devem ser fruto de uma vida piedosa e temente a Deus. Nunca, jamais resultado da confiança excessiva em si, em trapaças e malversação de recursos, advindos de “fraudes, rapinas e outras maldades”. O ser humano abençoado por Deus vive em integridade, por isso é feliz. João Calvino é claro ao ensinar a ética cristã como fonte de alegria, que manifesta a bênção celeste, e por isso não entristece.

Conforme afirmou Comparato (2008, p.176)

Foram esses aspectos racionais e individualistas da doutrina calvinista, aplicados à tarefa de metódica transformação do mundo pela atividade profissional de cada ser humano no cumprimento da sua vocação de glorificar a Deus, que as diversas confissões cristãs de obediência calvinista – notadamente os presbiterianos e puritanos – desenvolveram ao máximo.[...] O ponto de partida da ética calvinista é um pessimismo absoluto quanto à natureza humana. Por força do pecado, ela é corrompida e nada produz que não mereça condenação. Por conseguinte, todo bem que fazemos vem de Deus.

Max Weber (2004, p.79) destaca a expressão da cultura puritana do século XVII, retratada no poema épico de John Milton, último canto do Paraíso Perdido:

Junta feitos à doutrina, junta fé,
 Paciência, temperança, dom de si,
 Junta amor, alma de tudo mais, o amor
 Que um dia caridade chamarão.
E a contra gosto assim não perderás
O paraíso em vão, que um paraíso
É o que farás com as mãos, e mais feliz... (grifo meu)

A conclusão de Weber: “Todo mundo logo sente que essa vigorosa expressão do austero devotamento puritano ao mundo, ou seja, a valorização da vida intramundana como *missão*, seria impossível na pena de um escritor medieval”, ressaltando assim o valor do pensamento de Calvino e seus descendentes teológicos na formação de uma ética social voltada para o empreendedorismo, uma ética do trabalho, da vocação, mandato cultural, no sentido de cuidar, transformar, administrar os recursos da criação.

Biéler (2012, p.388) lembra que o ensino da confiança na Providência não exclui a previdência, “A atitude dos homens para com as riquezas é um sinal certo de sua confiança nesta graça e de sua fé na divina providência”.

O exemplo deixado por João Calvino adorna o ensino que ministrou com tanta fidelidade pelas Escrituras Sagradas. As palavras registradas por Theodoro de Beza (1519-1605), contemporâneo, amigo e sucessor de Calvino testemunham:

Há, também, quem o haja feito pródigo e fútil. Isso, entretanto, é de todo irrazoado, pois, pergunto, havia pessoa que se trajasse mais singelamente, nem mais modesta em todo o seu modo de ser? Casa havia para o status de um homem que tal, já não digo menos suntuosamente, mas mobiliada mais pobremente? Se crédito se não me dá, e a dez mil testemunhas comigo, ao menos os bem parcós recursos de seu irmão e herdeiro único, assim como o inventário de todos os seus bens, sejam merecedores de fé. (BEZA, 2006, p.115).

O referencial de confessionalidade prática, encarnação de princípios expressos com clareza nas Sagradas Letras, fazem de seus herdeiros espirituais, notadamente o casal Chamberlaintambém sinais da graça divina.

No “Programa e Regulamento do Instituto de São Paulo - Escola Americana – Fundada em 1870 na cidade de S. Paulo [...]” (apud RIBEIRO, 1987, pp.44-45) encontra-se

Chamberlain é explícito quanto às finalidades; [sic] “O fim do edifício que se acaba de construir no bairro da Consolação, é receber os moços que se destinam ao ministério das igrejas evangélicas (grifo meu) e ao magistério, bem como dar educação leiga aos que quiserem utilizar-se do método e disciplina da ESCOLA AMERICANA”

Vê-se a preocupação do pioneiro com a finalidade do edifício construído na Consolação, receber os candidatos ao sagrado ministério, o que reflete seu caráter de missionário.

O Rev. Chamberlain em novembro de 1884, reconhece o crescimento da escola - há o Internato dos Rapazes, o Internato das Meninas, o Jardim da Infância, o Curso Primário e a Classe Normal. No Curso Secundário, há bons professores, dentre eles Remígio de Cerqueira Leite (Português, Latim, dentre outras disciplinas) e no ano seguinte, o Curso Superior, com três anos de duração, o Curso Teológico: Latim, Grego, Hebraico, História Eclesiástica, Filosofia Moral, Teologia, Exegese, Homilética, dentre outras disciplinas. Contudo, não havia alguém com perfil para assumir a direção da Casa. Boanerges Ribeiro (1987, p.18) registra:

Esse Rev. Chamberlain é um personagem singular. Tem delineado, talvez confusamente, seu modelo de Missão; sentimental e doutrinariamente, trata-se de retomar o fio desenleado pelos huguenotes franceses na Guanabara e, muito especialmente, por Jean de Bolés (ou seria Jean Jacques Le Balleur o nome correto?) em São Vicente. Esse Bolés (ou Balleur), fugindo de Villegaignon, acabara em São Vicente; ali iniciara a pregação da Reforma e, aparentemente, fazia prosélitos. Mandaram chamar, ao Colégio de Piratininga, o Padre Luiz de Grã, que foi fulminante em sua Contra-Reforma: Fez embarcar o huguenote, posto a ferros, num porão de navio, para a Baía. Quando os franceses foram afinal expulsos da Guanabara o reformador francês frustrado foi enforcado, na Praia Vermelha. Às vezes, Chamberlain considerava a pregação presbiteriana no Brasil uma retomada da Reforma Calvinista; e a Reforma Calvinista européia [sic] não se havia limitado à introdução de mais uma denominação religiosa no Norte da Europa: Partindo do sistema religioso, e das reformas na religião Romana, ela se havia propagado a

todos os sistemas sociais, resultando, embora em meio de conflitos às vezes violentos, na total reorganização dos países em que se implantou. Em poucos sistemas, além do religioso, foram mais radicais as mudanças reformadas, do que no pedagógico.

As mudanças na área pedagógica foram profundas nos países alcançados pela Reforma, e o Calvinismo que tentou ser implantado na Guanabara no período de Le Balleur, agora era retomado na visão de Chamberlain, inclusive na dimensão educacional.

O pioneiro, desejava implantar ensino de nível superior protestante, seguindo o paradigma de educação norte-americano, de herança reformada. O registro é que Chamberlain é um senhor amável, vocacionado como pregador itinerante. Orador poderoso, expressava-se bem em português, homem de oração, apegado à Palavra de Deus, peregrino, “modelou-se pela estatura heroica de José Manoel da Conceição, em viagens de cidade em cidade,[...] de sítio em sítio, [Chamberlain] para quem a religião cristã é o Caminho [...]” (RIBEIRO, 1987, pp.19-21), foi um empreendedor fiel ao Reino, conforme sua compreensão. No entanto, apesar do sonho desenvolvimentista para a escola, precisava de outro obreiro, de perfil acadêmico, com outros dons para ser instrumento de solidificação e expansão da obra educacional.

Há, no entanto, um momento de ambiguidade confessional na instituição. Horace Lane, gestor de 1885-1912, educador exímio, entretanto levou casa da confessionalidade explícita do tempo de fundação a uma marca confessional, discreta e não muito clara em sua gestão. No término do ano de 1897, Horace Lane explicitou sua compreensão de confessionalidade:

Nossa preocupação não se volta tanto para fazer protestantes de alguma denominação em particular, mas para produzir cristãos honestos, tanto homens como mulheres, e bons cidadãos [...] Afirmamos que exercemos uma influência evangélica. Talvez não estejamos seguindo os processos espetaculares de um evangelista itinerante. Propositadamente, evitamos métodos fanáticos e emocionais de proselitismo, e fazemos o que podemos para reprimir formas de devoção ostentosa, porque o latino é tão propenso a esse tipo de pretensão religiosa exterior[...] Nós tentamos moldar todo o nosso trabalho a fim de construir um caráter cristão limpo e atrair homens e mulheres jovens[...] a se aproximarem de Cristo, tanto em pensamento como na prática. (MACKENZIE

COLLEGE, *Annual report...*,1897 p.2; 1907, p.6, apud MENDES, 2007, pp..87,89-90)

A postura do Dr. Lane tem suas virtudes no sentido de procurar contribuir na formação do caráter do alunado mas, transparece certa repulsa pelo testemunho cristão mais incisivo.

É possível que as posições pré-milenista de George W. Chamberlain e pós-milenista adotada por Horace M. Lane expliquem suas ênfases: o fundador da Escola Americana adotava uma confessionalidade explícita com divulgação incisiva do evangelho. Por outro lado, o médico e educador H. Lane praticava o evangelismo indireto, pelo testemunho (MENDES, 2007)

Esta condição religiosa prática e ministerial relaciona-se com a posição da própria Missão, sua política educacional, como registra Léonard (1981, pp.135.136):

Em 1886 a Missão americana tomou a si, abertamente, a direção da Escola, concedendo o título e as prerrogativas do missionário ao seu diretor de há dois anos, Dr. Horácio Lane. Ora, havia apenas alguns meses que professara a sua fé, tornando-se membro da Igreja Presbiteriana de São Paulo, e o *curriculum vitae* Mr. Lane, professor, comerciante (fora ele que empreendera a iluminação a querosene [sic] em Ouro Preto) e médico sucessivamente, não se comparava ao de qualquer um destes missionários que lideraram a Igreja presbiteriana [sic] do Brasil. A sua completa falta de preparação religiosa e o título que lhe era concedido, revelam por outro lado a importância que o *Board* concedia à obra educativa[...].

Este espírito prevalecente na Missão ensejou a “Moção Smith”, apresentada pelo Rev. John Rockwell Smith em 1897, na quarta reunião do Sínodo, a “questão educacional”, um conflito entre evangelização e educação. O documento expressava alguns considerandos: a) a imensa necessidade da tarefa evangelizadora em todo o Brasil e a insuficiência de recursos para atender a este mister; b) as vultosas quantias alocadas em colégios, internatos, dentre outros, como meios de divulgação; c) “[...] o quase completo malogro de tais instituições, entre nós, quer como meio de propagação da fé, quer como de preparação de um ministério evangélico;” (SMITH, apud MATOS, 2014) O

requerimento era que as Assembleias das Igrejas-Mães atendessem o Sínodo do Brasil remetendo seus auxílios para evangelização em “métodos mais diretos”. Diversos ministros brasileiros subscreveram o documento: Álvaro Reis, Antônio Trajano, Eduardo Carlos Pereira, Herculano Gouvêa, dentre outros; alguns missionários do sul, Rockwell Smith, Calvin Porter e Horace Allyn e um único missionário do norte, John Kyle.

A Junta de Nova York persistiu na remessa de recursos para o Colégio.

A contribuição das escolas confessionais a seu alunado foi notável, bem como à pedagogia brasileira. “Porém seu impacto no crescimento da igreja geralmente foi decepcionante. Isso foi especialmente verdadeiro em relação ao Instituto Mackenzie.” (PIERSON apud MATOS, 2014)

A compreensão religiosa da Missão, à qual Horace Lane estava filiado cultivava este espírito testemunhal na educação:

A Igreja Presbiteriana do Norte permaneceu sempre um tradicional reduto da modalidade de evangelização indireta, promovendo uma política educacional de manutenção de grandes colégios e apoio às iniciativas do poder público. Essa posição foi bem representada pela atuação de Horace M. Lane que, enquanto diretor da 'Escola Americana e do 'Mackenzie College', não apenas se mostrou mais sensível aos problemas pedagógicos que aos religiosos desses colégios, como, também ofereceu constante colaboração à escola pública por ocasião das reformas republicanas (Barbanti apud MENDES, 2007, p.97)

Este mesmo espírito pode ser constatado no período administrativo de William A. Waddell, presidente do Mackenzie College entre 1914 e 1927. Suas palavras dirigidas ao Congresso Nacional em 16 de outubro de 1922 esclarecem o posicionamento da instituição:

Tacha-se o Mackenzie de ser uma organização de propaganda religiosa. O Mackenzie foi incorporado pela Universidade do Estado de Nova York sem esta feição. Reconhece a Deus, por atos de culto, fato que é quase universal nos estabelecimentos americanos. No princípio de sua existência a Escola Americana era de propaganda [religiosa]. Quando passou aos cuidados do Mackenzie, os seus programas sofreram uma modificação, pelo que o ensino da religião foi retirado, sendo conservados os atos de culto que consideramos inseparáveis do bom funcionamento de trabalhos escolares. [...] O fim principal do Mackenzie College é de criar caráter. Consideramos isto mais

importante do que conhecimentos. [...] Aqui ensinam protestantes de diversos tipos, católicos romanos, positivistas e mais alguns cuja simpatia religiosa ignoro, mas cujas vidas são um forte incentivo do desenvolvimento correto dos seus estudantes. (MENDES, 2007, p.100)

No texto encontra-se claramente a mudança em seus programas, a retirada do ensino religioso, deixando de ser um instrumento evangelizador visando apenas ser uma instituição de formação de caráter.

Em 1932, Charles Stewart discorrendo sobre os primórdios e desenvolvimento da Escola Americana afirma

O conceito protestante de uma escola exclui o elemento de propaganda religiosa e limita a função da escola às questões de moralidade e ética, baseadas nos ensinamentos de Cristo. [...] As pessoas que professam o protestantismo no estabelecimento exteriorizam a sua fé através do seu procedimento, sem a mínima hesitação ou subterfúgio; e aqueles que professam outras crenças gozam da liberdade igual, limitando-se o ensino da escola aos princípios universalmente reconhecidos pelos crentes de toda e qualquer fé histórica, como indispensável à verdadeira religião (apud MENDES, 2007, p.103)

Charles T. Stewart, presidia o Mackenzie College na oportunidade e reflete o entendimento vigente da vocação institucional, de uma instituição sem o viés catequético.

Benjamin Hunnicutt, presidente dentre 1934-1952, do Instituto Mackenzie, inclusive, reitera em seu relatório de 1939 ao *board* de Nova York sua visão de instituição fundamentada em ideais evangélicos, mas sem destinação à propaganda sectária.

Quanto ao período de nacionalização do Mackenzie, o historiador Alderi Matos (2009, p.46) registra:

A IPB insistiu na manutenção da identidade confessional do Mackenzie, conforme a vontade expressa dos fundadores. Em fevereiro de 1959, a CE-SC, com base em relatório do Rev. Borges sobre as negociações em curso, oficiou à Junta de Nova York reivindicando para a igreja uma participação mais direta no processo de nacionalização. Em 1960, tomaram posse os últimos dirigentes nomeados pela Junta norte-americana: Rev. Richard Lord Waddell (presidente), Rev. M. Richard Shaul (vice-presidente) e coronel Theodoro de Almeida Pupo (tesoureiro). Richard Waddell era neto do

fundador George Chamberlain e foi o primeiro presidente do Mackenzie nascido no Brasil. Finalmente, no dia 20 de novembro de 1961 foi lavrada a escritura de doação [...].

Os fundadores foram evocados para fundamentar a identidade confessional da instituição.

É importante ressaltar a lucidez de pensamento do ministro e educador Erasmo Braga sobre a temática em apreço, nas palavras de Matos (2014, portal do mackenzie):

Em um livro escrito em 1931, poucos meses antes da sua morte, Braga fez referências elogiosas às escolas missionárias e mencionou os benefícios que, em suas [sic] opinião, as mesmas trouxeram para a sociedade brasileira. Ele citou especificamente o Mackenzie College, lembrando que o preâmbulo de sua constituição declara que esta instituição está fundada sobre princípios cristãos e que nela Deus e a sua Palavra serão para sempre claramente reconhecidos e honrados. Ao mesmo tempo, Braga apontou para algumas críticas feitas a tais instituições educacionais: o fato de que muitos dos que nelas trabalham não são “cristãos autênticos”, a colocação dos interesses espirituais em um segundo plano, e uma tendência para a secularização que era prejudicial tanto para os seus funcionários quanto para o crédito da causa cristã junto aos de fora, “Esse processo de secularização”, acrescentou o autor, “geralmente resulta de concessões feitas a parceiros amistosos que, todavia, no seu íntimo são apostos [sic] a Cristo”.

A compreensão do mackenzista, capelão e professor, ou seja pessoa que vivenciou a excelência do ensino mas, conhecedor da filosofia confessional adotada pelos sucessores de Chamberlain e seus efeitos no corpo administrativo e conseqüentemente no relacionamento com a sociedade em geral, reconhece um espírito de secularização.

Em 1983, o Rev. Boanerges Ribeiro foi escolhido chanceler da Universidade Mackenzie; dois anos após o Rev. Hermisten Maia P. da Costa assumiu a capelania da instituição (MATOS, 2009).

Acrescenta-se o depoimento do Rev. Wilson do Amaral sobre a temática: A relevância da confessionalidade para a Universidade Presbiteriana Mackenzie:

Como é do conhecimento geral, na educação superior brasileira há universidades públicas e da iniciativa privada. As universidades privadas podem ser classificadas como: particulares [...], comunitárias, [...] confessionais, [...] instituídas

por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; filantrópicas, na forma da lei. (Art. 20 da LDB nº 9394/96)

A Universidade só recebeu a palavra “Presbiteriana” em 1999, mas seu espírito confessional sempre esteve presente, os valores morais fundamentados no cristianismo de origem reformada sempre nortearam sua história. Prossegue o Rev. Wilson do Amaral afirmando: “A confessionalidade, portanto, é absolutamente relevante e matéria de constante preocupação institucional, manifestada pelas cartas de princípios da Chancelaria [...]”

CAPÍTULO 3 – A confessionalidade na prática pedagógica e curricular da disciplina “Ética e cidadania” a partir das Cartas de Princípios entre 2003-2014 da UPM.

Oferecendo um ambiente propício para o trato pedagógico, convém apresentar a visão educacional que norteia uma instituição de perfil confessional. A filosofia da educação determinará a proposta pedagógica, os princípios balizadores são o alicerce da construção pedagógica e curricular, são por assim dizer os prolegômenos educacionais.

3.1 Noções educacionais em Lutero, Calvino e Comenius.

Martinho Lutero, reformador do século XVI, preocupava-se também com o social. A educação para ele era fundamental. Mesmo no exílio, em face das perseguições relacionadas à sua compreensão da fé cristã, escreve aos Conselhos das cidades exortando-os a cuidarem das escolas e pondera:

É bem verdade: se as universidades e conventos continuarem como estão, sem a aplicação de novos métodos de ensino e modos de vida para os jovens, preferiria que nenhum jovem aprendesse qualquer coisa e que ficassem mudos. Pois é minha opinião séria, meu pedido e desejo que essas cocheiras e escolas do diabo mergulhem no abismo ou sejam transformadas em escolas cristãs. (LUTERO, 2001,p.306)

Com palavras fortes, Lutero defende a necessidade de uma reforma na educação formal envolvendo universidades e mosteiros. Uma nova metodologia de ensino e o cuidado com o *modus vivendi* dos jovens fazia-se necessário. A proposta do reformador visava exatamente o que a Escola Americana, embrião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, se propôs, uma instituição cristã.

Lutero discorre sobre a importância de uma boa biblioteca:

[...] proveria minha biblioteca de livros decentes e iria consultar a respeito pessoas especializadas. Em primeiro lugar deveria figurar a Sagrada Escritura em latim, grego, hebraico e alemão ou em outras línguas mais [...] (LUTERO, 2001, p.324)

Os livros são recomendados para uma boa formação, contemplando as Sagradas Escrituras, ou seja, consultando especialistas que amavam a Revelação Especial. Numa época de grande ignorância popular, o reformador

entendia que o ensino secular estaria fundamentado em princípios escriturísticos.

Em “Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola”, Lutero encaminha “Ao honrado e prudente Lázaro Spengler, síndico da cidade de Nuremberg, meu especial amado senhor e amigo” e destaca os investimentos feitos na universidade, com voto de louvor a Deus, destacando a importância de um bom corpo docente:

No entanto, louvor e graças a Deus que se antecipou em muito às pretensões do diabo e inspirou um honrado e prudente conselho para instituir e instalar uma escola tão excelente e maravilhosa, com grandes gastos e expensas, escolhendo e contratando para tanto as pessoas mais qualificadas; (sem exagero), jamais uma universidade esteve tão bem provida de docentes, nem mesmo a de Paris, como o podem atestar os que comigo freqüentaram [sic] universidades[...] Ela será um maravilhoso e excelente sucesso e uma virtude dessa cidade tão famosa, [...]. (LUTERO, 2001, pp.327-328)

Lutero considera ação diabólica, restringida pela divina por meio da ação dos líderes civis no estabelecimento e expansão em qualificação da universidade, reconhecida pela competência de seu corpo docente. No momento em que são poucos os investimentos em educação no Brasil, merece destaque o reconhecimento do reformador alemão no valor da instrução formal pelo exemplo dos governantes na cidade referenciada.

Outro pensador contribuinte na visão educacional cristã sob a perspectiva reformada é João Calvino. Um destaque em sua obra foi a Academia de Genebra:

Mas a maior glória dos seus últimos anos foi a Academia de Genebra, a primeira Universidade Protestante a ser estabelecida no mundo. Tinha sido por muitos anos o sonho de Calvino. Estava plenamente convencido de que Deus desejava que Seus servos fossem educados, bem preparados, gente fora do comum – os ministros especialmente, mas também os funcionários governamentais, médicos, advogados, e todas as demais profissões.(HALSEMA, 2010,179).

Em seus anos finais, Calvino realizou o sonho de estabelecer a primeira instituição de ensino de nível universitário confessional protestante. Estava convicto de que o sábio Deus intentava formar homens fiéis e competentes em

toda área do saber. As ciências se harmonizavam a um espírito temente ao Senhor.

O impacto da Academia genebrina se irradiou pelo continente europeu:

Para o espanto contínuo do resto da Europa, a escola consolidou-se desde o princípio. Dentro de pouco tempo estava com uma matrícula de novecentos rapazes! Vieram de todos os cantos da Europa, muitos da França. Após a conclusão do curso secundário, alguns ficariam para estudar teologia, medicina ou direito. (HALSEMA, 2010, p.181)

O crescimento da instituição foi notório, não só recebendo franceses, como pessoas de outros países europeus.

Walker registra acerca da iniciativa calvinista em seus últimos anos:

“[...]Calvino coroou sua obra com a fundação, em 1559, da “Academia Genebrina” – na realidade a Universidade de Genebra como desde há muito se tornou.”(WALKER, 1967, p.79). A universidade genebrina veio a ser um centro irradiador da proclamação reformada em diversas partes do globo.

Na obra *Institutas da Religião Cristã*, o reformador Calvino expõe seu reconhecimento das Sagradas Escrituras e admira os clássicos da literatura ao afirmar:

Pois bem, quanto essa virtude é própria da Escritura transparece do fato de que, de todos os escritos humanos, não há nenhum que, por mais que esteja ornado de requintes de engenho e arte, tenha o poder que a Escritura tem de comover-nos. Admito que a leitura de Demóstenes ou Cícero, de Platão ou Aristóteles, ou de qualquer outro da classe deles, nos atrai maravilhosamente, nos deleita e nos comove ao ponto de nos arrebatam. Mas quando deles nos transferimos para a leitura das Escrituras Sagradas, queiramos ou não, elas nos despertam tão vivamente, penetram de tal modo o nosso coração e de tal maneira se fixam em nossa medula, que toda a força dos retóricos e dos filósofos se evapora, em comparação com a eficácia das Escrituras no sentimento que nos infundem.(CALVINO, 2006,p.74)

O pensamento de Calvino quanto à educação envolve os clássicos mas, não deixa de admitir a eficácia das Escrituras Sagradas que penetram na alma em contraposição aos filósofos clássicos. Numa perspectiva confessional de educação, sob o prisma reformado, esta compreensão é fundamental, afinal o fundamento da fé confessional é a Revelação especial.

No capítulo “A ‘filosofia educacional’ de Calvino e a fundação da Academia de Genebra”, Heber Carlos discorre:

O conhecimento que se pode ter dos homens é aprendido nas ciências e nas artes em geral. Contudo, para que esse conhecimento correspondesse à realidade, as faculdades da alma humana deveriam estar em equilíbrio. A imagem de Deus precisava ser restaurada a fim de que os homens pudessem ter um conhecimento adequado de si mesmos. Infelizmente, essa visão foi perdida por completo com o avanço da filosofia humanista nas universidades (CAMPOS, 2012,p.60).

As ciências em geral podem oferecer um entendimento dos homens. Disso depende o equilíbrio nas faculdades da alma humana que é fruto da restauração da imagem de Deus. Nas universidades, de um modo geral, a filosofia humanista tem crescido de forma inquestionável e esta visão praticamente inexistente.

A criação da Academia foi um marco na obra de Calvino e revelou sua visão da relevância educacional:

Uma vez livre das lutas políticas internas, e após haver levantado o edifício eclesiástico e disciplinas da igreja, Calvino procura, por sua vez, dar à Reforma uma escola superior encarregada da educação acadêmica dos protestantes da língua francesa. Humanistas e reformadores, ainda que divididos em mais de um ponto, estão de acordo, no entanto, em declarar indispensável à formação do homem e do cristão um ensino tão completo e tão avançado quanto possível. (BIÉLER, 2012, p.189)

A prioridade do reformador era o fortalecimento eclesiástico contudo, sem descuidar de uma excelente qualidade no ensino, com o que os humanistas concordariam.

O Estado de então, muito pobre, sem recursos necessários para estabelecer e sustentar a novel instituição educacional, não impediu a realização da obra, uma vez que o próprio João Calvino empenhou-se a arrecadação de doações e legados que a viabilizassem (BIÉLER, 2012,p.189).

João Comenius (1592-1670) discorre sobre a promoção de uma Didática Magna:

[...] uma arte universal de ensinar tudo a todos: de ensinar de modo certo, para obter resultados; de ensinar de modo fácil, portanto sem que docentes e discentes se molestem ou enfadem, mas ao contrário, tenham grande alegria; de ensinar

de modo sólido, não superficialmente, de qualquer maneira, mas para conduzir à verdadeira cultura, aos bons costumes, a uma piedade mais profunda.(COMENIUS,2006,p.13)

No fundamento de uma verdadeira pedagogia cristã, encontra-se o propósito de levar a uma cultura verdadeira, costumes adequados e piedade autêntica e real. O ensino não deve visar apenas ao intelecto, ao aprofundamento técnico, mas a uma profunda piedade.

Ao tratar do método para infundir a piedade, o educador Comenius (2006, p.277) destaca: “Por isso, que para todas as escolas cristãs as Sagradas Escrituras sejam o alfa e o ômega”. Ou seja, a Bíblia Sagrada para o escritor nascido na Morávia era o começo e o fim, o referencial maior de uma instituição de ensino que pretendesse ser reconhecida como cristã. A importância das Sagradas Letras é reconhecida ao afirmar:

Tudo o que for ensinado aos jovens cristãos depois das Sagradas Escrituras, ou seja, as ciências, as artes e as línguas, deverá ser subordinado às Escrituras, de tal modo que eles possam notar tudo a seu redor e ver claramente que todas as coisas serão mera vaidade se não se referirem a Deus e à vida futura. (COMENIUS, 2006, p.281)

A centralidade do Texto Sagrado para o educador em apreço é incontestável; suas lentes eram estas, sua visão estava subordinada ao referencial teórico do texto santo. Deus e a vida porvir seriam os marcos balizadores dos jovens estudantes cristãos, mesmo no campo científico, artístico ou linguístico.

O pensador morávio afirmou (COMENIUS, 2006,p.285): “[...] é preciso prestar atenção para não dar exemplos contrários enquanto se ensinam essas coisas”. A incoerência entre o falar e o viver gera inadequação e impropriedade no ensino. Discorrendo ainda sobre esta educação coerente e vivencial, Henri Nouwen acrescenta

Ser professor significa, de fato, por a vida à disposição dos amigos, tornar-se mártir, no sentido original de dar testemunho. Ser professor significa dar aos alunos a nossa experiência de fé, a nossa solidão e a nossa intimidade; as nossas dúvidas e esperanças, os nossos fracassos e êxitos, como contexto em que eles se possam debater com a própria busca de sentido. Ser professor significa ter a mesma ousadia de Paulo, que dizia aos coríntios: ‘Tornem-se meus imitadores, como eu o sou de Cristo’ (1 Co 11.1). Ser professor significa dizer àqueles que querem aprender, aquilo que Jesus disse aos seus discípulos:

‘Venham e verão’ (Jo 1:39). (NOUWEN apud Bitun, 2009, p.220)

Depreende-se dos ensinamentos de reformadores e educadores que tais, o valor e a magnitude da temática relacionada com a educação de qualidade e amplitude de uma educação confessional.

3.2- Identificação de conteúdo programático nas Cartas de Princípios, com enfoque na confessionalidade prática, a partir de fundamentos escriturísticos sacros e reformadores cristãos.

Em princípio, apresenta-se o conteúdo das Cartas anteriores para o reconhecimento do aspecto confessional no período aprazado.

Produzida pela chancelaria, ocupada em 2000 por Osvaldo Henrique Hack, introdutoriamente conceitua moral e ética afirmando:

A moral é o valor regulador das relações interpessoais, que contribuem para a edificação de uma sociedade sadia, nos aspectos físico, social e espiritual. A ética pode ser definida como o estudo crítico da moralidade. Consiste na análise sistemática da natureza da vida moral humana, incluindo os padrões do certo e do errado pelos quais nossa conduta é guiada e os bens últimos para os quais é dirigida (HACK,2000,p.1)

Toda a vida, nas mais diversas dimensões, está permeada pelo valor normatizador da moral. As relações interpessoais são reguladas pela moral, enquanto a ética estabelece a crítica da moral; é uma análise da moral humana envolvendo os valores que regem o comportamento além dos bens últimos da existência humana.

Para a Universidade Presbiteriana Mackenzie o ser humano é livre e responsável. A liberdade envolve a responsabilidade, “a liberdade moral significa a capacidade de autodeterminação no sentido de que somos livres para escolher o bem em lugar do mal,[...]” (HACK, 2000,p.1). O homem é consciente, numa tradição reformada da fé. O apóstolo Paulo pode ser evocado:

Quando, pois, os gentios, que não têm lei, procedem, por natureza, de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se,(EPÍSTOLA AOS ROMANOS, 2009, p.1137)

A lei gravada no coração do homem norteia sua conduta moral. A consciência e a produção do pensar acalma ou inquieta o ser interior. Assim expressou-se João Calvino acerca de homens comuns: “eles provam que há impressa em seus corações certa discriminação e juízo,” (CALVINO, 2001,p.91). Esta capacidade natural permite distinguir o mal do bem, o certo do errado.

Esta é uma compreensão do ponto de vista exterior, dos usos e costumes, não um reconhecimento da liberdade interior de ser bom, em sua essência o homem, e todo homem é mau, contudo do ponto de vista social, há um reconhecimento do que é condenável e do que é louvável.

A ética está relacionada com os fins últimos, bem como os caminhos a serem percorridos para alcançar estes fins. O bem comum é outro conceito relacionado com o princípio ético. A atividade moral manifesta-se no relacionamento interpessoal e em sua postura pessoal. A UPM reconhece a importância de considerar a essência, a natureza do homem, do universo e da pessoa de Deus. A vida moral envolve o dever, o bem e a liberdade. Na concepção cristã reformada, o bem supremo é Deus, que também exige a moralidade humana. O homem é um ser relacional, criado à imagem divina. Conhecer o homem sem reconhecê-lo em relação a Deus é desprezar o significado da vida (HACK, 2000,p.2).

Martinho Lutero, reformador alemão, em comentário à epístola aos Romanos, refere-se aos judeus e à lei de Deus, como expressão de um princípio orientador à moralidade:

[...] receberam uma lei espiritual que seus ritos e cerimônias (além do fato de simbolizarem Cristo) indicavam no sentido moral. Esta lei está impressa em todas as pessoas, a saber, judeus e gentios, e diante desta lei, todas as pessoas encontram-se igualmente obrigadas. Por essa razão, diz o Senhor em Mt 7.12: “Tudo quanto quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a lei, e os profetas.” Vês aqui como toda a lei transmitida nada mais é senão esta lei natural, que não pode ser ignorada por ninguém e, por isso, ninguém pode escusar-se. (LUTERO, 2012,p.1049)

Esta lei espiritual, na compreensão de Lutero, esteve ilustrada nos ritos, textos e cerimoniais do Antigo Testamento e está gravada no coração de todo

ser humano, inclusive do gentio, por isso todo homem está obrigado pela sua própria consciência, como dever a cumpri-la. Lutero evoca o ensino de Cristo, como lei áurea no relacionamento interpessoal.

A ética estará relacionada com a lei moral. Além disso, envolve o compromisso pessoal com o próximo. A Universidade Presbiteriana Mackenzie acredita que a lei divina indica como dever moral a honestidade, que esta é fundamental nas relações interpessoais. O binômio honestidade e confiança é requerido para ordenação da vida humana, daí o perjúrio, o falso juramento ser repudiado pela sociedade e o verdadeiro depoimento ser enaltecido. A ética de amor, não um platônico destituído da concretude da realidade, deve estar voltada para a divindade e também o próximo. O verdadeiro espírito do amor não é egocêntrico. A devoção pessoal e natural do indivíduo precisa ser compartilhada com o outro, é fora de si que a caridade se dá. (HACK,2000,p.3)

João Calvino (2001, p.446) comenta sobre amor fraternal e sua ordenação cordial:

Amai-vos cordialmente uns aos outros com amor fraternal. Não há palavras suficientemente eloqüentes [sic] com as quais Paulo pudesse expressar o ardor daquela afeição que deve impulsionar-nos ao amor recíproco. Ele se refere a esse sentimento como sendo *amor fraternal*, e diz que o mesmo produz uma afeição muitíssimo cândida, [...], que em latim significa aquele amoroso respeito que existe no seio da família. Este, sem dúvida, deve ser o tipo de amor que conferimos aos filhos de Deus.(CALVINO, 2001, p.446)

No seu comentário aos Romanos (12.10), o reformador genebrino discorre acerca deste mandamento fraternal do amor. Deus estabelece em seus princípios normatizadores do convívio social a dimensão amorosa, aquele respeito existente no seio da família nuclear, que se estende à famíliasocial. A ética fundada no amor é um traço marcante defendido pela UPM como valor em seu corpo funcional, discente e docente, mas também como princípio a ser vivenciado extra muros.

O amor é prático, não consiste em discursos vazios. Lutero comenta esta relação prática que é um dos valores morais da sociedade, na perspectiva inclusive da UP Mackenzie:

Se devemos morrer pelos irmãos, muito mais devemos socorrê-los com os nossos recursos. Se tenho recursos e não os socorro, se não alimento o irmão, se não lhe dou de beber,

se não o visto, ou seja, se for avaro e mesquinho, não sou cristão. Vocês conhecem o preceito de Cristo sobre o amor aos inimigos. Mas deves mais ao irmão que corresponde a teu amor. É preciso ajudar aquele que não tem com que viver. (LUTERO, 2012, p.1199)

O raciocínio é simples - quem deve perder a vida, que é o bem maior, em favor do irmão, mais ainda deve socorrê-lo em suas necessidades. O verdadeiro valor cristão da solidariedade se manifesta não pela avareza, mas por meio através da compaixão.

Sob o tema “Ética e Justiça”, a chancelaria juntamente com a capelania universitária ofereceram a Carta de Princípios em 2001, como um dos valores na edificação de uma sociedade estável, filantrópica e solidária. Esta é uma expressão de ética e fé reformada comungada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Sendo uma instituição confessional, a ética é fruto do caráter divino. Os relacionamentos intrapessoal, interpessoal e estrutural numa concepção cristã reformada não enfatizam os direitos mas, a responsabilidade em relação a Deus e ao semelhante quanto à verdade e à integridade pessoal. As estruturas sociais e institucionais também precisam ser tratadas, e não apenas o indivíduo. A ética cristã é teocêntrica e orienta quanto à justiça e o amor ao próximo, sendo a manifestação do caráter de Deus em relação com a criação e na criação. (ELER & HACK, 2001, pp.1-2).

Esta compreensão exposta na CP/2001, tem respaldo no texto produzido por Abraham Kuyper (2003, pp 38-39), sobre O Calvinismo Reconhece Deus no Mundo:

Surgindo num estado social dualista, o Calvinismo tem realizado mudança completa no mundo dos pensamentos e concepções. Nisto também, colocando-se perante a face de Deus, ele tem honrado não apenas o *homem* por causa de sua semelhança à imagem divina, mas também o *mundo* como uma criação divina. Ao mesmo tempo o Calvinismo tem dado proeminência ao grande princípio de que há uma *graça particular* que opera a salvação e também uma *graça comum* pela qual Deus, mantendo a vida do mundo, suaviza a maldição que repousa sobre ele, suspende seu processo de corrupção, e assim permite o desenvolvimento de nossa vida sem obstáculos, na qual glorifica-se a Deus como Criador. (KUYPER, 2003, pp 38-39)

A relação com a criação e na criação, reconhecendo Deus no mundo é a posição defendida por esta cosmovisão, destacando a graça particular relativa

à dimensão religiosa, espiritual e a graça comum não apenas mantendo a vida do universo, mas também suavizando a maldição gerada pela corrupção, permitindo assim o desenvolvimento consciente, objetivando o bem comum e a glorificação do Criador.

A compreensão dos conceitos éticos na perspectiva cristã-reformada projeta-se além das fronteiras geográficas e temporais, são, portanto, universais. Os movimentos e crises tão comuns no Brasil e no mundo devem ser vistos a partir dos pressupostos estáveis e duradouros desta concepção. Quanto aos princípios éticos de justiça, referem-se à sua relação vertical, com o Criador; psicológica e deontológica, reportando-se ao ser interior e na dimensão sociológica das relações interpessoais. A justiça pode ser vista associada à equidade, no reconhecimento do direito de cada um, à liberdade e à mutualidade, reciprocidade. A Universidade Presbiteriana Mackenzie adota uma ética teocêntrica, “a revelação de Deus na criação, no próprio homem (*sensus divinitatis* e *imago dei*) e na Escritura” (ELER & HACK, 2001, pp 2-4).

Tratando da visão, missão e valores a CP/2001 ofereceu o trinômio da proclamação do Reino de Deus, a educação e as mudanças fundamentais do homem e da sociedade como temas centrais:

A missão da Universidade Presbiteriana Mackenzie considera, fundamentalmente, a vontade criadora e transformadora de Deus e a sua Lei, que promove a ordem, visto que os princípios da justiça se expressam primordialmente encorajando o bem e desestimulando a impiedade. (Livro dos Salmos 15.1-5) (ELER & HACK, 2001, p 4)

O reformador João Calvino ao comentar o Salmo 15.1-5, citado pelos escritores acima, em particular o [v.4] “*Aquele a cujos olhos o réprobo é desprezado; mas, que honra os que temem ao Senhor;*” (CALVINO, 1999, p.292) Admite que o perverso quando revestido de autoridade deve ser obedecido sem que haja bajulação ou mesmo acomodação ao erro que vier a cometer, ou seja, não sendo uma obediência irracional, subserviente. A reprovação ao erro faz parte da obediência a um princípio maior que a todos governa. A convivência desonra o Criador. Por outro lado, os homens íntegros devem ser reconhecidos e suas ações imitadas. A posição adequada é não avaliar o ser humano pela aparência, bens ou privilégios transitórios, mas pela sua piedade e amor a Deus. (CALVINO, 1999,p.294).

A temática da “Liberdade” foi tratada e exposta na Carta de Princípios de 2003, subscrita pelos capelães Eldman Francklin Eler e Saulo Marcos de Almeida. Introdutoriamente, registra-se a Revolução francesa como marco da liberdade, embora se afirma o advento do Cristianismo como gênese para a concepção libertária do ser humano, por meio da graça de Deus em Cristo Jesus. A liberdade de consciência e o livre exame das Escrituras são destaque no movimento da Reforma Protestante do século XVI. Sob o enfoque “liberdade: garantia do ser humano” há o reconhecimento cristão de que a cidadania se efetiva quando o valor da liberdade, intrínseca ao ser humano, é desfrutada. Ser pessoa implica no exercício pleno da liberdade civil e de expressão do pensamento. Na construção do ser interior o homem projeta-se para fora de si em busca da concretização de sua essência, rompendo limites em direção à liberdade (ALMEIDA & ELER, 2003, p.1).

Quanto à “liberdade: identidade fundamental do cristianismo” a CP/2003 registra que a vida harmoniosa na sociedade humana é fruto da justiça social vista de forma clara na leitura do Antigo Testamento numa perspectiva calvinista, preservando seu eixo central da soberania divina. O cuidado com o órfão, a viúva e o estrangeiro é marca distintiva nas orientações da lei divina. A escravidão não era perpetuada, realçando o valor da liberdade no mundo de então, o que demonstra ser a criação de Deus essencialmente chamada à liberdade. Respeitando a individualidade do ser humano, há a compreensão de que a verdade é libertadora, em que o mal do pecado e a morte por ele gerada são vencidos. Defende que para a liberdade o cristão é chamado, não sendo apenas uma ação unilateral, mas que a responsabilidade humana é requerida (ALMEIDA & ELER, 2003, p.3).

A liberdade cristã foi destacada por Lutero quando todas as coisas estão livres diante de Deus, que podem ser aceitas ou não. O diferencial é a relação com Deus. A dívida do homem para com a divindade é confiar e confessar ao Senhor. Não há nenhuma pendência para a consciência, mas completa liberdade. A razão é um compromisso com o próximo, fruto desta confissão em relação a Deus. (LUTERO, 2012, p.1112)

Cristo deu, como princípio norteador da existência humana, o amor, o mútuo amor. Amar é mais do que desejar o bem; é na verdade carregar o

fardo, o peso do outro, o que é desgastante ao ser levado. É preciso ter “ombros fortes” para suportar as fraquezas do outro. (LUTERO, 2012, p.1113).

Blaise Pascal (1995, p.220) afirma: “Não é bom ser livre demais. Não é bom ter todo o necessário”. Até para a liberdade, segundo o pensador francês, há limites, ou seja, a verdadeira liberdade não é anárquica, há fronteiras que tornam a liberdade um bem. Os limites do amor são a marca da bem-aventurança da liberdade, como afirmou o filósofo em apreço: “Duas leis bastam para regular toda a república cristã melhor do que todas as leis políticas: (o amor de Deus e o do próximo)” (PASCAL, 1995, p.116).

A temática da liberdade tratada na Carta de Princípios de 2003 registra sobre a relação com a cidadania responsável. A partir do Iluminismo, muitas tentativas houve visando a total libertação humana, envolvendo a ciência e a técnica - o livramento da servidão entre os seres humanos. O avanço tecnológico presta um relevante serviço ao bem estar humano. A contribuição das ciências sociais, a abolição da escravidão legalizada, igualdade entre os sexos, socialização dos direitos, libertação de temores e superstições são fatores que favorecem a vivência da liberdade humana. A Universidade Presbiteriana Mackenzie procura formar integralmente seu alunado, sem deixar de ter como base referenciais bíblicos. A glória de Deus no serviço ao mundo ocorre inclusive pelo exercício da liberdade de pensamento. A efetivação do amor e não o individualismo vigente na sociedade é marca da liberdade responsável. Na visão cristã que normativa a UPM “a busca da liberdade para a construção de um mundo mais justo e solidário[...], conduzirá a excelência da dignidade humana.” (ALMEIDA & ELER, 2003, p.3).

A Carta de Princípios expedida em 2004, sob a responsabilidade da chancelaria e produzida pela capelania, trata do assunto liberdade associado à responsabilidade. O alvo do texto estabelece que o homem livre não é autônomo. Deus e o próximo fazem parte do contexto de liberdade humana. Insiste, ainda, que a liberdade tem conotação social de amor ao próximo e do bem comum. No primeiro momento, a visão cristã numa perspectiva reformada, evoca o relacionamento de Deus com o homem para o estabelecimento da verdadeira liberdade. Esta não é uma conquista humana, por meio de leis e processos normativos apenas. O homem é agente de transformação para afirmativamente construir uma sociedade livre das amarras sócio-políticas e até

religiosas, respondendo à sua vocação de respeito à dignidade humana. (ALMEIDA & ELER, 2004, p.1-2).

Agostinho trata deste relacionamento com Deus, registrando sua própria experiência:

Porém me chamastes com uma voz tão forte que rompestes a minha surdez! Brilhastes, cintilastes e logo afugentastes a minha cegueira! Exalastes perfume: respirei-o suspirando por Vós. Eu vos saboreei, e agora tenho fome e sede de Vós. Vós me tocastes e ardi no desejo da vossa paz. (AGOSTINHO,2012,p.258)

Numa linguagem poética o bispo de Hipona descreve sua vocação, a chamada divina em seu coração: fazendo-o ouvir, ver, aspirar, degustar e tocado queima no anseio pelo relacionamento caracterizado pela paz.

Em um segundo momento, “liberdade: encontro com o próximo”, evoca a relação comprometida e responsável com o outro. O próximo não é uma ameaça, um perigo ou competidor, mas deve ser visto como cooperador, adjutor; uma atitude de solidariedade consequente que visa no outro uma oportunidade de oferecer, contribuir, enriquecer o próximo não explorar, exaurir, usar o ser humano com meio para benefício próprio. A liberdade do egoísmo, do serviço altruísta e dessinteresseiro (ALMEIDA & ELER, 2004, pp.2-3).

Discorrendo sobre a solidariedade, Calvino (2008, p.37) enfoca a necessidade de aplicar-se a aborrecer o “eu”, no sentido de que a natureza humana tende a devotar-se a si, a tal ponto que pensar no outro em termos práticos não é muito comum. Os favores recebidos dos céus não são para simples bem pessoal mas visa o outro e até os outros, a coletividade, a comunidade. Esta atitude solidária legitima o recebimento de bênçãos divinas.

O terceiro momento destacável da argumentação sobre liberdade responsável e seus relacionamentos básicos, encontra-se em “liberdade: encontro consigo mesmo”. Uma consciência aberta e que gere mudanças é uma das marcas do verdadeiro espírito libertador. É a capacidade de auto avaliação e daí a avaliação do outro; não como se o homem fosse a sua própria medida, mas, tomando os referenciais de uma mente cristã, calcada nas Escrituras como parâmetro do bem viver. O amor a Deus manifesto no amor ao próximo é a garantia de princípios estáveis e frutíferos na construção

de uma sociedade saudável, numa perspectiva cristã reformada da existência humana. Esta é a visão compartilhada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie exposta na Carta de Princípios em apreço (ALMEIDA & ELER, 2004, pp 3-4).

Na Carta de Princípios emitida em 2006, o chanceler da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Augustus Nicodemus Lopes tratou da “Ética na Política e a Universidade”. Ética tem como pressuposto um conjunto de valores que norteiam as decisões. O relativismo e individualismo prevalentes na sociedade atual destituem posturas morais e moralizantes. Difícil se torna tratar de honestidade, integridade e altruísmo político neste contexto de individualismo pragmático. Não é fácil discutir aspectos de solidariedade, inclusão social se a base da filosofia vigente é a seleção natural, onde os mais aptos (leia-se “os mais espertos”) sobrevivem. É um vazio de absolutos gerado pelo abandono de valores morais e espirituais cristãos, formadores de nações democráticas no Ocidente:

Entendemos que a ética protestante reformada está fundamentada em princípios e valores revelados por Deus nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, oferecendo uma visão unificada e coerente da vida e um apelo consistente à moralização do Estado.(LOPES, 2006,p.1)

Abordando “o protestantismo reformado e a política” a CP (2006, p.1) esclarece que o bloco parlamentar evangélico brasileiro não comunga, em sua totalidade, com o corpo doutrinário reformado caracterizador no século XVI. A concepção política originária da reforma protestante envolve algumas premissas fundamentadas nas Escrituras: igualdade dos seres humanos diante do Criador; o sacerdócio geral dos cristãos, que tem o princípio de autoridade emanado de Deus para o povo e deste para seus representantes, a necessidade de instrução para compreender as Escrituras e administrar sua nação e o ensino de que as autoridades são instituídas por Deus e, portanto, são responsáveis diante dEle. O entendimento reformado é que o poder absoluto não é do povo, e nem de governante, mas de Deus, embora afirme a separação entre a Igreja e o Estado. Daí, alguns princípios decorrentes: Os governantes recebem esta vocação de Deus, por meio do povo, para promover o bem estar da comunidade, punindo os maus e recompensando os bons. Esta

visão do poder decorrente dos céus faz com que as autoridades sejam tidas como respeitáveis, em tese. No desdobramento deste arrazoado, encontra-se:

Desta forma, a fé reformada se levanta contra toda opressão política à mulher, ao pobre e ao estrangeiro, contra todo sistema político que produza escravidão, contra o conceito de castas e da distinção entre sacerdotes e leigos. Luta para que cada pessoa seja reconhecida e tratada, em termos políticos e sociais, como uma criatura feita à imagem de Deus.(LOPES, 2006, p.2).

Como se vê, a opressão deve ser rejeitada e resistida mesmo diante daqueles que, em nome da divindade, usam indevidamente o poder outorgado para o bem de maneira a destruir os fundamentos de uma vida social estável, até porque o governado é reconhecido criatura à imagem de Deus. O poder, na visão exposta, emana de Deus para o povo, que cede ao governante para servi-lo e assim tributar glória à fonte de todo poder, o Todo-poderoso. Os governos devem pautar-se por princípios declarados, por exemplo, nos Dez Mandamentos, como “não matarás”, “não dirás falso testemunho”. São absolutos éticos presentes em todas as gerações e nações, como afirma ainda o escritor desta Carta de Princípios: “Na tradição protestante reformada, resistir à corrupção na política é dever de todos e a vontade de Deus para cada cristão verdadeiro.” (LOPES, 2006, p.2).

Outra compreensão fundamental no pensamento reformado é o conceito da queda moral. Diante desta realidade, a política é vista como um instrumento para o bem, a existência de magistrados visa o bem-estar dos cidadãos, a repressão dos opressores e o socorro dos oprimidos. A ciência do governo, da administração, a política é fundamental para o Estado. A fé reformada entende a relevância do governo civil desde que este reconheça a liberdade de consciência, bem inerente ao ser humano, criado à imagem de Deus. Outro desdobramento do conceito de queda moral é a fonte da corrupção, o coração humano. Os princípios éticos centrados no homem são insuficientes no trato deste mal interior:

Analisam apenas aspectos sociológicos e antropológicos da corrupção na política, deixando de incluir a dimensão pessoal: egoísmo, maldade, crueldade, despotismo, avareza, inveja, cobiça. O protestantismo reformado prega uma conversão interior dos governantes e dos governados a Deus para que se arrependam do mal e pratiquem obras de justiça.(LOPES, 2006,p.3).

O que se entende, a partir destas declarações é que o conceito da graça especial é fundamental no exercício pleno da verdadeira cidadania. Esta conversão interior a que alude o texto em epígrafe, não é outra senão o resultado da intervenção sobrenatural da autoridade plena sobre seus súditos, por assim dizer.

A graça oferecida a todos permite, ainda que precariamente o exercício político com manifestações éticas. Deus preserva o gênero humano de excessos e desvios de comportamento que destruiriam por completo a existência humana sobre a terra, independentemente de posições políticas e religiosas. Daí, encontram-se cristãos nominais impactando negativamente a sociedade e ateus professos manifestando exercício de consciência moral. Esta graça comum envolve a todos que se deixam ensinar pela norma gravada nos corações. No papel da universidade vê-se o protestantismo reformado fomentando a democracia moderna, defendendo a liberdade de pensamento e expressão, desafiando poderosas estruturas políticas e sociais escravizadoras vigentes. Em diversos países onde a reforma protestante do século XVI foi implantada como Suíça, Inglaterra, Holanda e mais tarde os Estados Unidos muitas universidades foram estabelecidas, entre elas as de Genebra, Harvard, Livre de Amsterdã. Nestas foram concebidos princípios éticos que estruturaram políticas éticas destes países. Em sua fundação, estes institutos confessionais de educação adotaram as confissões de fé da Reforma protestante. Na conclusão desta exposição a chancelaria afirma:

A Universidade Presbiteriana Mackenzie, cada vez mais consciente de sua origem e vocação cristã reformada, almeja contribuir para a ética na política nacional através de uma educação que leve em consideração os princípios morais e espirituais do cristianismo reformado, uma das maiores forças geradoras da democracia.(LOPES, 2006,p.4)

A partir desta posição, depreende-se que os eixos de ensino e pesquisa são norteados pela confessionalidade, sem perder sua autonomia. O eixo de extensão leva a misericórdia à comunidade, manifestando praticamente a fé cristã.

Sob o tema “universidade e ecologia” a Cartade Princípios de 2007 de responsabilidade da chancelaria da UPM, aborda um aspecto da relação dos

seres vivos com o meio-ambiente. A universidade tem, dentre outros, o dever de oferecer uma abordagem positiva em relação às questões ambientais. Apesar de grandes poluidores do planeta serem países que tiveram outrora forte influência cristã, não invalida a dimensão bíblica pelo cuidado com o ambiente. Enfocando uma ecologia cristã, considere-se que o mundo foi criado por Deus, não sendo sua extensão nem que deva ser cultuado, mas respeito e cuidado são imprescindíveis na boa administração dos recursos naturais existentes para a sobrevivência da humanidade. A criação foi considerada boa, tanto pelo valor intrínseco quanto pelo atendimento às carências humanas. A visão cristã reformada é diametralmente oposta ao dualismo antigo que considerava a matéria má. Uma compreensão que não reconhece a boa origem da natureza carrega dificuldade em sua conservação. O mundo encontra-se sob leis determinadas por Deus. A ciência considera os princípios estáveis e reguladores do mundo. O cristianismo ensina que o homem é fruto da ação divina, como também os demais seres vivos e o seu habitat natural. O que distingue o ser humano é a imagem e semelhança de Deus. Com a inteligência o homem estuda a criação, suas leis e assim pode antecipar, prevenir ações de preservação. O ser humano é cooperador na tarefa da conservação da natureza, não déspota da criação mas, responsável diante do Senhor por ela (LOPES, 2007, pp1-2).

A natureza está contaminada, a terra tornou-se maldita pelo desvio do homem de seu propósito original. Uma exploração egoísta faz com que os recursos naturais sejam usados sem os critérios devidos. O meio ambiente não pode ser um bem de consumo, apenas. Há percepções equivocadas e muito comuns nestes dias: a ideia de que o homem é servo da natureza e até deve vê-la com merecedora de culto; uma visão sentimentalista que gostaria de tratar a terra como centro do universo, desprezando o uso sábio dos recursos naturais. Numa compreensão antropocêntrica, o homem usa simplesmente a tecnologia para a crise ecológica. O chanceler da época, conclui seu arrazoado nesta Carta afirmando:

O Mackenzie pode contribuir para amenizar a crise ecológica formando cidadãos e profissionais conscientes de que as questões ambientais podem ser satisfatoriamente abordadas a

partir das premissas mais amplas oferecidas por uma visão cristã do mundo. (LOPES, 2007, pp3-4)

Este compromisso da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) envolvendo-se com esta temática tão pertinente, oferecendo contribuições em sua reflexão e convocando, pelo seu exemplo, a comunidade acadêmica a uma postura mais madura, revela o perfil pedagógico mais amplo.

“Verdade e Pluralidade” é o tema da Carta de Princípios expedida em 2008 pela UPM, por meio de sua chancelaria. Na academia encontra-se a pluralidade de entendimentos. Mesmo sendo uma instituição educacional de confissão reformada, a pluralidade faz parte de seu cotidiano. A Universidade é uma instituição das mais antigas no ocidente, tendo sua origem neste formato na Europa do século XII, em Bolonha, Paris, embora os cursos superiores existam desde a Antiguidade. Tinham um objetivo comum - buscar um conhecimento uno no entendimento da realidade; *universitas*, no conceito medieval e ambiente escolar, um conjunto formado por professores e alunos empenhados na produção de conhecimento. O que se pretendia era unificar conhecimentos nas diferentes áreas, visando à universalidade no saber. As pressuposições cristãs estavam presentes neste período da história. Hoje, não mais. O que prevalece são pressupostos naturalistas, racionalistas e humanísticos. O que era possível quando da influência na Idade Média, não mais existe como base única do saber, o que leva à fragmentação do conhecimento, como se fora saberes estanques, dissociados, impossibilitando uma compreensão multidisciplinar do todo. Não há um fator integrador do conhecimento; há uma fragmentação da realidade, as disciplinas isolam as partes de um inteiro. Seria preciso resgatar a relação entre os diversos e múltiplos saberes. É inegável a pluralidade na obra da criação, que revela a criatividade na riqueza da diversidade, contudo este fato não altera o anseio por unidade, coerência nas diversas áreas do conhecimento humano, uma inter-relação entre as partes. Na UPM que segue uma base comum ao conhecimento, a visão cristã reformada, a pluralidade é o reconhecimento da criatividade divina. As verdades absolutas são formadas de muitas contribuições, oferecidas pelo ambiente de pesquisa nas diversas áreas. O que merece uma atenção especial é o entendimento de que pluralidade requer relativismo. Para um número significativo de pensadores, o pluralismo de ideias

permitiria necessariamente uma igualdade de expressão de seus pensamentos e dos contraditórios, deixando com o alunado seu posicionamento pessoal. Contudo esta postura é mitológica, inexistente na realidade. As instituições confessionais estão subordinadas a uma orientação vinculada a um credo, a uma posição doutrinária religiosa específica. As casas de ensino e pesquisa de orientação cristã procuram desenvolver um academicismo dialogal com as diversas visões de mundo. (LOPES, 2008,pp.3-6)

A Carta de Princípios em apreço, oferece aspectos da verdade que deve ser buscada: a verdade é descoberta, ela existe fora do ser humano, ela é independente; é transcultural, está acima de culturas e épocas; é imutável, permanece a mesma, não muda de acordo com a posição pessoal. Nestes termos a chancelaria conclui:

Reconhecemos a diversidade e a complexidade das idéias, [sic] conceitos, costumes e valores existentes. Questionamos, todavia, que a pluralidade implica na total relativização da verdade. Afirmamos a existência de idéias [sic] e valores absolutos, princípios e verdades espirituais, éticas, morais, epistemológicas universais. Cremos que o Cristianismo bíblico fornece o fundamento para a compreensão da realidade como um todo coerente, sempre levando em conta a fabulosa variedade da existência humana.(LOPES, 2008, p.8)

Pluralidade, diversidade não levam necessariamente à relativização, há marcos antigos, estáveis e seguros no desenvolvimento da sociedade.

“Calvino e a Educação” é o tema da Carta de Princípios de 2009, sob a responsabilidade da chancelaria, com a colaboração de Alderi Matos, Hermisten Pereira e Franklin Ferreira. Em 2009, comemoraram-se os 500 anos do nascimento do reformador protestante João Calvino. No século XVI destacou-se como um dos líderes do movimento que contribuiu também para a educação. Teve grandes oportunidades para estudar incluindo na sua adolescência, curso de filosofia e humanidades em Paris. Foi atraído pela antiga cultura Greco-romana, além de grego, latim e curso na área de Direito. Converteu-se ao protestantismo em torno de 1533. Estudou a Bíblia com profundidade, publicando em 1536 a primeira edição das Institutas da Religião Cristã. Depois de passagem em Genebra e Estrasburgo, regressou a Genebra em 1541, onde residiu até a morte. Exerceu o pastorado, como pregador e

teólogo, escritor de tratados teológicos e comentários bíblicos. Em 1559, fundou a Academia genebrina, faleceu aos 55 anos, em 1564. Conhecidos como reformados, incluindo presbiterianos, congregacionais, parte de anglicanos e batistas, são chamados os seguidores de João Calvino. Foi também um reformador social, instalando um hospital, orientando o conselho de Genebra a emprestar com baixos juros aos pobres, dentre outras medidas de alcance social. Lutou por uma educação que contemplasse toda a população. (LOPES, et al.2009, pp.1-2).

O plano apresentado ao conselho da cidade de Genebra em 1536, visava educar todas as crianças, inclusive ensino gratuito para as carentes. Era uma escola primária obrigatória, a primeira na Europa. Uma delas ainda na primeira metade do século XVI, oferecia ensino para meninos e meninas na mesma instituição. João Calvino desejava que os alunos fossem futuros cidadãos genebrinos educados na linguagem e humanidades, além de instrução bíblica e cristã. A universidade intentava a preparação dos jovens para o serviço público e para o ministério da palavra. Para o reformador, era fato que todo homem, camponês ou abastado, ser a imagem de Deus, não apenas tendo a religiosidade natural mas também, a capacidade de pesquisa e transformação da criação. A verdade será sempre verdade não importando estar vinculada à cultura geral ou à teologia. Esta compreensão estava associada ao conceito de raça comum, extensiva a todos os homens. A partir de 1541, demonstra preocupação em oferecer a Genebra uma universidade. A falta de recursos adequados não impossibilitaram, contudo, a criação da Academia de Genebra, considerada um marco inicial da liberdade nos tempos modernos. Seu currículo contemplava, além de leitura e escrita, cursos de retórica, lógica e música. Artes, ciências e teologia faziam parte da grade curricular da Academia. A ciência se harmonizava à fé.(LOPES, et all., 2009, 3-4).

Os descendentes confessionais de Calvino igualmente promoveram a educação e as ciências. O saber humano coexistia pacificamente com a fé cristã. As ciências naturais tiveram um destaque especial, pelo fato de entenderem que a natureza revela o Criador; seu estudo e pesquisa mereciam atenção que outros religiosos da época não devotaram. As ciências físicas e

biológicas receberam uma atenção especial dos calvinistas. Na área educacional merece apreço o trabalho de João Comênio:

Em 1611 ingressou na Universidade de Herborn, em Nassau, um dos centros de difusão da fé calvinista, sendo aluno do teólogo calvinista Johann H. Alsted (1588-1638). Em 1613 foi admitido na Universidade de Heidelberg (Alemanha), onde estudou teologia. Aqui também havia forte influência calvinista. Comênio ficou conhecido por sua obra *Didática Magna*, é considerada o primeiro tratado sistemático de pedagogia, de didática e de sociologia escolar. (LOPES, et all.,2009, p.4)

A compreensão educacional de João Amós Comênio envolve o ser humano nos aspectos intelectual, moral e espiritual.

Os reformados estabeleceram também muitas das melhores universidades do mundo, como a Livre de Amsterdam fundada em 1881, por Abraão Kuyper, que depois se tornaria Primeiro Ministro holandês; a de Princeton estabelecida em 1746, classificada como a melhor, incluindo as áreas de matemática, física e astronomia, ainda hoje; Harvard criada em 1643, na baía de Massachussets, tendo como missão que cada estudante deve ser instruído a conhecer a Deus e a Jesus Cristo como principal propósito de sua vida. Mais um exemplo, a Universidade de Yale, uma das mais antigas, sendo a que mais formou presidentes dos Estados Unidos, em seu alvará de funcionamento registra que os jovens sejam instruídos sob as bênçãos do Todo-Poderoso, para servirem como líderes eclesiásticos e também civis. O Mackenzie é resultado desta visão cristã reformada de educação; Estatuto e Regimento ordenam qualidade de ensino com a cosmovisão cristã. As iniciativas do teólogo e educador João Calvino podem ser vistas em seus desdobramentos em várias partes do mundo reconhecendo que a verdade ensinada e vivenciada em todos os ângulos do saber produz muitos frutos. (LOPES et all.,2009, pp.5-6).

Na Carta de Princípios de 2010, com as contribuições de Alderi Souza Matos, Marcel Mendes e Hermisten Maia Pereira da Costa, a chancelaria da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), ofereceu a reflexão sob o tema: “Mackenzie 140 anos, educando com qualidade a partir da visão cristã de mundo”. A compreensão do cristianismo é que a religiosidade permeia a vida humana em todas as suas dimensões; o Deus apresentado nas páginas das

Escrituras e revelado na pessoa e obra de Cristo Jesus é o centro da fé cristã. O ser humano, no ambiente de sua criação, resolveu agir de forma independente trazendo assim o caos em relação a si e seu habitat. A redenção oferecida em Jesus Cristo visa não apenas ao indivíduo, mas, à criação que o cerca. Esta cosmovisão influenciou os cristãos a estabelecerem universidades em várias partes do mundo e procurarem oferecer educação de qualidade, que não apenas trate com o seu universo interno e externo, mas que também glorifique o Eterno. No tópico “Mackenzie e Confessionalidade - Aspectos Históricos” a CP aborda os primórdios da instituição, desde 1870, quando o casal George e Mary Chamberlain, missionários da Igreja Presbiteriana do norte dos Estados Unidos, instalaram a Escola Americana com recursos pedagógicos modernos para os fins do século XIX, tendo nas Escrituras Sagradas seu referencial ético e doutrinário. Em 1885, assumiu a direção da instituição o educador e médico Horace Lane. Ocorreu a criação de novos cursos médio e superior, dando origem ao Mackenzie College, enfatizando o exemplo cristão como formador de caráter. Com a Proclamação da República, o ambiente confessional no estado laico, garantindo liberdade religiosa favoreceu a posição confessional das escolas protestantes. Em 1961 o patrimônio foi doado à Igreja Presbiteriana do Brasil, que sofreria várias crises de resistência a este ato, chegando a ser desapropriado pelo estado em 1966. Em novembro de 1973, a IPB teve seu direito de nomear dirigentes do Conselho, da Diretoria e da Universidade afirmado em tribunais, o que possibilitou demarcar sua confessionalidade. A inclusão do termo “presbiteriano” aos nomes do Instituto e da Universidade passando a denominarem-se: Instituto Presbiteriano Mackenzie e Universidade Presbiteriana Mackenzie, deu-se respectivamente em 1996 e 1998. Além dos denominativos, medidas pedagógicas como a criação da disciplina “Ética e Cidadania” tiveram lugar, intensificando-se as atividades da chancelaria e capelania. (LOPES, et all., 2010, pp.1-2).

Os princípios orientadores do Mackenzie em sua visão educacional são: o mandato divino envolve o educar. Os princípios reguladores do universo criado por Deus, são passíveis de exame e entendimento, o que possibilita o uso da criação para o bem comum. A pesquisa da realidade e a comunicação de seus resultados de uma para outra geração é o que se denomina educação.

O Mackenzie entende que a educação não se caracteriza pelo lucro, mas pelo cumprir de uma missão, o mandato cultural. Outro aspecto a considerar é o da neutralidade na educação. Há quem julgue ser possível pesquisar, tratar o resultado e transmitir com isenção, contudo há pressupostos envolvidos na interpretação e abordagem do trabalho científico. Não existe dicotomia entre fé e razão; há em todo o processo educativo manifestações de valores morais e espirituais, mesmo em instituições consideradas neutras e não confessionais. O princípio da coesão se contrapõe ao individualismo e à fragmentação do saber. A correlação entre os diversos segmentos do saber faz-se necessária na compreensão ordeira do universo. A Bíblia é fonte do conhecimento. Ainda que não tenha uma linguagem científica, nos informa em linguagem literária com segurança como deve ser a relação do homem consigo, com o próximo, seu habitat e seu Criador. Por isso, o Mackenzie está voltado a uma educação integral sem o modelo imediatista e utilitarista tão presente nos dias atuais, respeitando a livre expressão do pensar e a autonomia universitária (LOPES, et all., 2010, p.4).

Na Carta de Princípios (CP) de 2011, expedida pela chancelaria sob o tema “liberdade de consciência e de expressão”, reconhece que o relativismo, crescente pluralismo cultural e religioso tem fomentado este debate nos últimos anos. Como harmonizar a confessionalidade com a autonomia universitária? A consciência é o recôndito pessoal do indivíduo, o homem é livre para pensar e expressar suas convicções. Nesta postura, implícito está o “contraditório”, que é o também direito de se contrapor às ideias. As democracias do Ocidente preservam o direito de livre pensar e expressar. Nos fundamentos da liberdade de consciência e expressão encontram-se: a Constituição brasileira, os Direitos Humanos e a Imagem de Deus. A Constituição resguarda a livre manifestação do pensamento, desde que assumido às claras, sem anonimato, também a liberdade de consciência e crença, sejam crentes, ateus ou agnósticos, todos podem abrigar seus pressupostos e manifestá-los livremente. O Estado não é antirreligioso, é laico apenas. Independentemente de suas convicções religiosas, políticas ou filosóficas o cidadão brasileiro é livre para pensar e se expressar. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 afirma-se ter o homem liberdade de pensamento, consciência e religião. A Imagem de Deus é a fonte da compreensão em sermos seres morais e livres. O homem

recebeu o direito e o dever de julgar o certo e o errado, o bem e o mal, podendo escolher entre eles. (LOPES, 2011, pp. 1-2)

Há limites na manifestação do pensamento para que não seja denegrida ou manchada a imagem ou o nome de quem quer que seja; falar e assumir, o anonimato invalida o direito de expressão. No ambiente universitário, a contradição é pertinente, as ideias podem ser contrariadas, desde que haja respeito. Amar ao próximo envolve respeito ao nome do outro, à sua integridade e reputação. Livre e não neutro, é o reconhecimento da “queda” do estado original, que induz o ser humano à inclinação ao mal. Incrédulos e ateus, não só os crentes têm o direito de se expressar. Todos podem se expressar e todos podem ser contraditados. Liberdade, responsabilidade e cidadania, é o trinômio da valorização da dignidade humana. (LOPES, 2011, pp.3-4).

Na Carta de Princípios de 2012, com o tema “Universidade, Educação e Corrupção” a chancelaria apresenta um dos assuntos mais relevantes para os nossos dias. Corrupção: origens e aspectos. Sempre que o dever não é cumprido, há corrupção, deterioramento; não apenas em ambientes estatais, mas pessoais com o “jeitinho” brasileiro; nos efeitos da corrupção que é fator de injustiça social, cauterizando a consciência e amparando a impunidade, gera-se a violência. As causas externas da corrupção são múltiplas e variadas - da frouxidão legislativa ao financiamento privado de campanha eleitoral, a reforma administrativa tão decantada. Contudo, há causas internas mais profundas, como a depravação do gênero humano, o coração contaminado. As éticas humanistas, reducionistas, abordam a superfície do problema. Aspectos sociológicos e políticos são o verniz da questão. A cosmovisão cristã, advoga a mudança de mente de todo gênero humano, e conseqüente mudança de comportamento. A banalização e a cumplicidade generalizada além da impunidade promovem o fortalecimento deste estado iníquo. Embora os valores morais não sejam negados, em geral são desrespeitados, ou seja todos falam contra a corrupção mas a corrupção é generalizada..A imagem de Deus no coração do homem o faz intranquilo diante dela, precisando anestésiar sua consciência; ao mesmo tempo em que vive a duplicidade, condena-se aquilo que se pratica. Transparência nas obras públicas e critérios de verdadeira cidadania são propostas para minimizar o efeito devastador deste mal. O papel

das universidades confessionais é fundamental na defesa e propagação da ética e valores como honestidade, verdade e amor ao próximo. A disciplina “Ética e Cidadania” pode ser um instrumento eficaz na divulgação de valores universais defendidos por todos os segmentos da sociedade civil e não somente eclesial. Uma boa educação, contemplando os princípios éticos e valores morais é fundamental na construção de sociedades mais justas e fraternas.(LOPES, 2012).

Finalmente, “Violência e Educação”. A Carta de Princípios de 2013 sob a responsabilidade da chancelaria da Universidade Presbiteriana Mackenzie faz uma reflexão sobre este tema tão atual. A violência, infelizmente, faz parte do cotidiano, sendo difícil encontrar alguém que não tenha sido sua vítima. Manifesta-se por furtos, sequestros, assassinatos, estupro, dentro e fora dos lares, das famílias, por motivos religiosos, *bullying*, contra a pessoa ou a propriedade, sem mencionar as guerras, quando as proporções são maiores e localizadas. A violência é um reflexo do caráter humano, violento consigo e consequentemente com o próximo. Ela tem lugar não apenas em locais carentes, socialmente falando, mas em ambientes abastados também se faz presente. Não se descarta as causas secundárias da violência, tais como influência do meio, problemas na educação familiar e até herança genética contudo o coração destituído da graça é a causa primária desta desordem social. A violência precisa ser rejeitada. Ela é resultado, inclusive, de compreensões equivocadas a respeito de Deus, levando ao fundamentalismo religioso e às pseudo guerras santas. O cristianismo, de fato, é a religião mais perseguida, sofrendo sempre algum tipo de violência (LOPES, 2013, pp.1-3).

Às vezes, irreparáveis prejuízos são anotados em decorrência da violência, tais como psicológicos e morais, além de físicos e econômicos. A figura do Estado como agente restritivo desta desordem se faz necessária. O papel da intercessão eclesial em favor das autoridades também se faz mister. Por meio da educação, fundada na revelação escriturística de orientação reformada, possibilita a valorização da vida, do outro e reconhece a dignidade intrínseca ao ser humano, a partir do pressuposto de ser ele criatura com imagem divina. Conclui o Rev. Nicodemus afirmando:

Uma educação confessional cristã deve integrar os valores morais bíblicos com o processo educacional de forma a

preparar para o mundo pessoas que não somente possam contribuir nas suas áreas de *expertise* como também fazer a diferença num mundo marcado pela violência. Aqui o papel do professor em sala de aula e a progressiva conscientização do aluno são decisivos. (LOPES, 2013, p.5)

Não apenas deve-se primar nas áreas de pesquisa, experiência e prática, especialização, reportando-se ao conhecimento técnico-científico, mas também na educação voltada para a formação do indivíduo integral, nos valores morais, visando à constituição de uma sociedade mais justa, fraterna e sem violência.

O Dr. Wilson do Amaral informa acerca da manifestação confessional nas Cartas de Princípios usadas na disciplina Ética e Cidadania:

As Cartas de Princípios da Chancelaria da Universidade Presbiteriana Mackenzie, elaboradas a partir de 2000, retratam o espírito e os princípios da ética e da fé cristã reformada adotados pela Universidade, expressos de modo inteligível e linguagem objetiva pelas cartas, com vistas à comunicação da confessionalidade aos discentes, docentes, funcionários e o público em geral. Iniciando pelos conceitos básicos de definição da ética e da cidadania, as Cartas de Princípios foram alcançando voos mais altos e tratando dos temas que a sociedade vive na prática, com reflexões e proposições embasadas nas Escrituras, que podem encaminhar a sociedade com segurança a uma vida íntegra e feliz.

As Cartas de Princípios são um atestado da linha cristã reformada, adotada pela instituição.

3.3 Proposta de conteúdo programático com fundamentação nos Dez Mandamentos, como manifestação de confessionalidade.

Os Dez mandamentos, na revelação progressiva de Deus, são um referencial não apenas doutrinário, mas também ético. A “primeira tábua” refere-se a princípios de culto, adoração e louvor; a segunda, de relações interpessoais, que receberá uma abordagem mais detalhada por referir-se a uma pesquisa ética-moral e não teológica.

Pode-se, sinteticamente, considerar os quatro primeiros mandamentos, relacionados com Deus, sua pessoa, a maneira de ser adorado, respeitado e o tempo relacionado a estes preceitos específicos. Deus é uno, princípio da unicidade. Aceita adoração espiritual, princípio da espiritualidade. Deve ser tratado com respeito (respeitabilidade) e o tempo reservado especificamente

para o louvor e meditação (periodicidade). Estes quatro primeiros aspectos visam orientar a criatura em seu relacionamento vertical com o Criador. “Certamente o primeiro fundamento da justiça é a honra de Deus” (CALVINO, 2006, p.171). Os demais oferecem a postura ideal no trato entre os homens, numa dimensão horizontal.

O quinto mandamento refere-se à honra aos progenitores e a consequente bênção de longevidade. “Aqueles que se mostram bondosos para com seus pais, de quem receberam a vida, se asseguram, da parte de Deus, de que tudo estará bem com eles em sua vida” (CALVINO, 2007, p.145). A realidade brasileira, hoje, é de aumento percentual da expectativa de vida. O respeito ao idoso é um reflexo da reverência ao Eterno. Quando se abandona o amor a Deus deixa-se de amar ao próximo.

O relacionamento de filhos com os pais é pautado por princípios norteadores:

“Honrar” traduz o vocábulo *kabod* e significa dar peso, dar importância, dar significado, valorizar, venerar, ter apreço, prestigiar. Isso implica em consultar nossos pais, pedir a orientação deles e obedecer-lhes quando a vontade de Deus não é relativizada (Dt 21.18-21; Ef.6.2,3) (REIFLER, 2009, p.98).

Os filhos devem valorizar, ter apreço, o que envolve consulta aos pais, reconhecendo que a experiência, em geral, é de grande valia.

As estruturas familiares no Antigo e no Novo Testamento entre os judeus, eram semelhantes. O mandamento da família, o quinto, é encontrado também no Novo Testamento (Mateus 15.4; Marcos 7.10; Lucas 18.20 e Efésios 6.2). O contexto neo-testamentário insistia que os relacionamentos estreitos da família não devem se contrapor aos relacionamentos espirituais com o Pai celeste. No contexto greco-romano, era bem distinto, com estruturas familiares instáveis e frágeis. Em Corinto, o verbo *korinthiazein*, representava uma vida licenciosa. A religiosidade oficial estava ligada à prostituição das mil sacerdotisas. A desintegração familiar caracteriza uma civilização em crise (PALLISTER, 2005,pp.108-109).

O sexto mandamento tem como objetivo o cuidado do ser humano com os demais, proibindo todo e qualquer ato violento contra o próximo, implicando a busca de preservação da saúde do próximo. Todo esforço e investimento

para coibir o mal físico e promover a saúde integral do ser humano está revelado no mandamento em apreço. O ódio e a ira são igualmente combatidos, exatamente porque do coração procedem o bem e o mal, a raiva leva ao desejo de agir contra o próximo e causar-lhe dano. O fato de o homem ser imagem de Deus, faz com que o mal contra ele praticado seja uma ofensa ao próprio Deus.(CALVINO, 2006, pp.199-200).

Hans Ulrich Reifler faz um comentário exegético sobre o verbo matar:

A palavra *rasah*, usada no sexto mandamento, é encontrada 47 vezes e indica o assassinato violento de um inimigo pessoal (Nm 35.27; 35.30; 2 Rs 6.32). “Não assassinarás” seria uma tradução viável. Este verbo nunca é usado para indicar um assassinato em defesa própria (Êx 22.2), uma morte acidental (Dt 19.5), a execução de assassinos (Gn 9.6) ou situações de guerra. O verbo *rasah* é usado para suicídio, mas não é aplicável ao homicídio não-premeditado (Êx 21.12-14) ou acidental (Nm 35.23). (REIFLER, 2009, p.112).

Depreende-se que a ordem expressa do texto se adéqua a determinadas circunstâncias. Existem outras que não podem ser sustentadas a partir da recomendação textual considerada.

Convém tratar da eutanásia que significa morte por misericórdia, ou seja induzir uma “boa morte” para um paciente terminal. O juramento de Hipócrates contempla o compromisso contra a eutanásia, que marca a conduta médica, sendo desconhecida a justificação teórica para esta ação, até o século XX. Em 1949, a Declaração de Genebra suprimiu o juramento, apesar de reafirmar valores. Há quem faça a distinção entre eutanásia “ativa” que seria a ação provocadora da morte e “passiva” ou indireta que retiraria meios artificiais para prolongamento da vida, a rejeição de “excessos terapêuticos”, deixar morrer e não matar. Outra questão pertinente é a do suicídio assistido, quando o médico consente em atender ao pedido do paciente abreviando-lhe a morte. Considere-se também o conceito de quando se dá a morte. Até o início do século XIX a morte ocorria na cessação respiratória, a partir daí até a década de 1950, ao findar a função cardíaca. Atualmente considera-se a morte cerebral. É uma questão complexa, mas cremos que a graça divina permite o enfrentamento dos maiores desafios, inclusive de um sofrimento inevitável, até a cessação natural da existência terrena.(PALLISTER, 2005, pp.141-145).

A posição em geral aceita por significativa parte dos cristãos é contrária à eutanásia, visto que a vida é dom do Eterno; “confirmando a *World Medical Association* que a eutanásia é contrária a toda ética e que a vida humana é sagrada e não deve ser violada.” (MARINO JR., 2009, p.195)

O aborto é um tema que permite a reflexão ao tratar da importância da vida. O Juramento de Hipócrates também era contra o aborto. Adaptado por judeus, mulçumanos e cristãos serviu como fundamento ético para a medicina. No Didaquê, doutrina dos doze apóstolos, escrito do final do primeiro século à primeira metade do segundo, capítulo II. 2 “[...] Não matarás criança por aborto, nem criança já nascida [...]” (DIDAQUÊ,...), provando que a comunidade cristã, desde os primórdios combatia a violência contra a vida. Raul Marino Jr, professor de bioética pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo informa: “Uma estimativa recente do *Population Crisis Committee* aponta que cerca de 40 milhões de abortos induzidos são praticados anualmente no mundo, isto é, uma em cada quatro gravidezes.” (MARINO JR., 2009, p.194) Dados mais atualizados são apontados entre 46 a 55 milhões de abortos anuais no mundo, e aproximadamente 126.000 ao dia. (MATEUS, em aborto.aaldeia.net)

Há de se considerar os efeitos físicos e psíquicos na mulher que aborta, angústia e depressão estão presentes neste contexto.

A posição de Reifler (2009, p.136) merece registro: “[...] considera mesmo a gravidez não-desejada como dádiva de Deus, mesmo um feto deformado ou imperfeito como criação humana amada por Deus [...]”.

Ainda sobre questões de preservação da vida, há de se considerar o tema dos “embriões”, pesquisas com células–tronco embrionárias que ao final são levados à destruição. Gilbert Meilaender esclarece:

As células-tronco são muito promissoras em razão de serem capazes de se renovar por um período prolongado de tempo e porque são capazes de produzir os mais diferenciados tipos de células responsáveis pela formação de tecidos e de órgãos do nosso corpo. Existem em nosso organismo células-tronco que não são embrionárias; na realidade, no tratamento do câncer, já se utilizam células-tronco da medula óssea há muitos anos.(MEILAENDER, 2009, p.139)

As células-tronco embrionárias podem levar a uma produção mais variada de tecidos, contudo acarreta também na destruição do embrião, mesmo “excedente”. O descarte do fruto de uma fertilização *in vitro* não é justificável, visto tratar-se de uma vida humana em potencial, desde sua concepção. (PALLISTER, 2005,p.150)

No discorrer sobre o sétimo mandamento encontra-se a recomendação de guardar-se da incontinência e de qualquer forma de impudicícia, vício contrário à pureza moral. A diretriz é viver preservando a fidelidade, usando a bênção do sexo no contexto da responsabilidade, evitando toda forma de prostituição, que é o uso indevido de algo devido, na relação conjugal. O casamento foi santificado com a bênção divina. O relacionamento conjugal evita a fornicação e atende a necessidades óbvias do ser humano. Ainda assim, há o dom da continência, uma graça especial concedida pelo Pai, sendo antes uma vocação específica. Ainda comentando o sétimo mandamento, Calvino acrescenta:

Portanto, os casados não devem pensar que todas as coisas lhes são lícitas, mas cada homem deve conduzir-se sobriamente para com a sua mulher,e, reciprocamente, a mulher para com o seu marido, governando-se ambos de tal maneira que não façam nada que seja contrário à santidade do casamento. (CALVINO, 2006,p.204)

O casamento tem parâmetros; não há licença sem limites; a santidade do relacionamento conjugal deve ser preservada, até como inferência da injunção tratada.

Ao tratar do texto correlato, “crescei e multiplicai-vos”, Agostinho de Hipona, em suas “Confissões” expressou: “as afeições regradas pela temperança, [...]” (AGOSTINHO, 2012, p.377), afeições sob normas, sentimentos sujeitos a critérios, moderação, sobriedade, temperança são canais por meio dos quais o amor genuíno se manifesta à consorte.

A família e o fenômeno religioso podem ser constatados em todas as culturas. (REIFLER, 2009,p.161). O sétimo mandamento promove reflexão sobre casamento, pureza sexual, bênção matrimonial, opção celibatária. Por outro lado também ensina acerca da masturbação, fornicação (atividade sexual entre pessoas não casadas), mancebia (sistema de união sem aspecto formal civil ou religioso), poligamia, outras formas desaconselhadas como sadismo

(prazer sexual associado a sofrimento do parceiro), masoquismo (sentir-se sexualmente satisfeito ao sofrer no relacionamento) e bestialidade (homem ou mulher relacionando-se sexualmente com animal). Todas estas formas agridem o princípio de pureza recomendado neste mandamento (REIFLER, 2009, pp.161-176).

No oitavo mandamento se recomenda a honestidade, o empenho em preservar com seus legítimos proprietários os bens pertencentes a cada um. Há vários tipos de subtração do alheio, com ou sem violência visível, a fraude, astúcia burlando o direito ou com doações e palavras lisonjeiras subornam terceiros. São meios diversos para enriquecimento com prejuízo de outros; impostos excessivos é uma forma desonesta de ação governamental. Deixar de cumprir um dever ou atender ao direito de outrem, também é uma forma sutil de falta de honestidade. Quem, porventura, não é fiel no desempenho de sua vocação está na verdade suprimindo o direito alheio. Aquele que se dedica de forma a auferir ganhos com atividade legítima e honesta manifesta obediência a este princípio, não juntando riquezas com o suor alheio. A honestidade é vista quando a renda é bem aplicada, sem visar à satisfação da avareza ou em coisas supérfluas. Quando se orienta alguém no bom uso de seus recursos também com este ato se favorece a honestidade. (CALVINO, 2006,pp.205-207)

O comentador genebrino trata desta recomendação aos efésios:

Aquele que furtava. Isso tem a ver não só com os furtos mais graves, os quais são punidos pela lei, mas também com aqueles que são de natureza mais secreta, os quais não se expõem ao juízo humano; sim, todo gênero de depravação, por meio da qual nos apoderamos de alguma propriedade alheia. O apóstolo, porém, não nos incita simplesmente a nos abstermos de qualquer apreensão injusta e indébita de bens alheios, mas também a prestarmos assistência a nossos irmãos, quanto estiver em nosso poder fazê-lo.(CALVINO, 2007,p.116)

A recomendação não se restringe a aspectos externos apenas, do cumprimento, mas os desdobramentos vindos do coração e alcançando de forma positiva o necessitado.

Outro aspecto destacável no trato da temática é o furto de recursos naturais. Eles foram dados como um privilégio, e sua correspondente responsabilidade. O ano sabático, em que a terra descansava a cada sétimo

ano, favorecia a produtividade futura. Este é um exemplo da legislação protetora de Deus na renovação destes recursos (PALLISTER, 2005, p.231).

O nono mandamento recomenda o cultivo da verdade. O Deus autêntico, fiel e verdadeiro promove estas virtudes por meio das “dez palavras” ou “dez mandamentos”. Calúnias e fofocas devem ser extirpadas quais ervas daninhas numa vinha. A reputação e o bom nome de outrem devem ser preservados, evitando inclusive zombarias, chocarrices, gracejos grosseiros e atrevidos. A maledicência e as palavras mal-intencionadas são condenáveis. Esta recomendação não se reporta apenas à esfera jurídica, em tribunais. Deve-se lembrar que as injunções do decálogo são princípios abrangentes, que envolvem um campo de referência maior e não tão restrito. O trinômio verdade, equidade e justiça são exigências do próprio Deus. Chega-se a prejudicar mais o ser humano, em dados momentos, com a mentira do que com o roubo. O falso testemunho torna-se um vício e gera a difamação e conseqüente propagação de inverdades sobre terceiros. Brincadeiras maldosas e zombeteiras são condenadas por este preceito. Expor alguém ao ridículo deixa marcas, o que denominamos *bullying*, atualmente. A proibição da linguagem zombeteira envolve a audição jocosa, ou seja, o prazer em ouvir o mal e falso também é reprovável. Procure-se, desta forma, promover a verdade e incentivar os valores autênticos e caridosos de uma verdadeira comunicação cristã (CALVINO, 2006, pp.208-210).

Este princípio do decálogo se coaduna ao comentário produzido por Calvino da epístola paulina aos efésios:

Por isso, pondo de lado a mentira. [...] Agora, pois, seguem-se exortações particulares, as quais Paulo extrai da doutrina geral. E, antes de tudo, ele põe a genuína justiça e santidade na verdade do evangelho. Ele agora argumenta do geral para o particular, dizendo “que cada um fale a verdade com seu semelhante”. Aqui se usa *mentida [falsidade]* para todo gênero de engano, hipocrisia, ou astúcia; e, *verdade*, para o trato honesto. Ele demanda que todo tipo de comunicação entre eles fosse sincero; e por meio desta consideração ele reforça bem: *pois somos membros uns dos outros*. Pois seria uma monstruosidade que os membros não desfrutassem de harmonia entre si, pior ainda, que agissem de maneira fraudulenta uns contra os outros. (CALVINO, 2007, p.114).

A membresia compartilhada é uma das razões para a prática da verdade; seria faltar com a verdade para si mesmo, o que revelaria uma incoerência de personalidade; enganar a si mesmo, ser falso consigo é tão inadequado que seria impossível recomendar.

O décimo mandamento, concluindo a segunda tábua, exorta a que não se deixe levar pela cobiça levando o próximo a sofrer dano. Em outras palavras, que haja harmonia entre o que almejamos e o que pertence ao próximo, de modo que lhe seja útil e proveitoso. Que nada leve o coração, fonte do bem ou do mal, a se insurgir contra a caridade, Deus recomenda integridade, retidão no caráter. O mesmo Calvino, comentando o Salmo 15, afirma: “ que os homens se conduzam em todos os seus afazeres com singeleza de coração e destituídos de astúcia ou artifícios pecaminosos.” (CALVINO, 1999,p.290). Prosseguindo em seu arrazoado quanto à última das exortações do decálogo, no texto das Institutas da Religião Cristã, o reformador genebrino registra que Deus requer um coração maravilhosamente adequado à caridade cristã, de tal sorte que nenhum aguilhão ou incitação pecaminosa tenha lugar. (CALVINO, 2006, p.211).

A questão da cobiça, leva a abordagem para o campo interior do coração humano. Esta foi uma preocupação não apenas da lei mosaica, mas também do Senhor Jesus no sermão do monte (PALLISTER, 2005, p.260).

Nos deveres exigidos no décimo mandamento encontram-se: a completa satisfação com a condição em que se encontra, a intenção caridosa do coração no sentido de promover o bem do próximo, enquanto nos pecados proibidos pelo mesmo mandamento citam-se a tristeza com suas condições presentes associada aos desejos e sentimentos desordenados para com o que pertence ao próximo. (CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER, pp.322-323).

A síntese do que se tem afirmado relativo ao décimo mandamento é: “[...] promover ativamente o bem-estar do próximo em atos de amor fraternal, diaconia, misericórdia e retidão [...]” (REIFLER, 2009, p.236). Com estes princípios em mente, pode-se vivenciar ética e cidadania, a partir do ambiente universitário, na direção de uma sociedade mais fraterna, justa e solidária, manifestando assim a confessionalidade prática, fruto de um entendimento fiel das Escrituras Sagradas na perspectiva reformada da fé cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível identificar a confessionalidade requerida pelo perfil histórico e religioso da Universidade Presbiteriana Mackenzie nas Cartas de Princípios e sua utilização na disciplina “Ética e Cidadania”.

Uma possibilidade aventada fundamenta-se na compreensão dos pioneiros, representados no casal Chamberlain. Assim expressou-se Matos (2004. p.51):

Nas lutas em torno do Mackenzie na década de 1890, que contribuíram para a divisão do presbiterianismo brasileiro em 1903. Chamberlain apoiou os planos da Junta de Nova York. Ele, que sempre se dedicou à evangelização, entendia que a educação também era uma importante esfera de atuação da igreja.

Esta é uma compreensão mais incisiva da confessionalidade, a educação como instrumento direto da evangelização.

Outra posição com visão mais indireta do evangelismo por meio da educação, pode ser representada pelo educador Horace Lane. Ao chegar ao Brasil, foi examinado em São Paulo pelo conselho da Igreja, e recebido por profissão de fé e batismo apenas dois dias após. Foi o primeiro presidente do Mackenzie College e administrador eficiente por aproximadamente vinte anos. Lane foi suspenso da comunhão pela ausência aos cultos e celebrações da Ceia do Senhor. Segundo Matos (2004, p.117): “Essas questões pessoais eram parte de um problema mais amplo relacionado com o lugar dos missionários na igreja nacional e com o papel da educação na obra evangelística da igreja.” Ou seja, uma boa administração, mas sem comprometimento religioso adequado, um testemunho silencioso da fé cristã, uma confessionalidade tácita.

A posição do Rev. Wilson do Amaral confirma a importância da disciplina Ética e Cidadania, numa perspectiva confessional na Universidade Presbiteriana Mackenzie:

Ao final da década de 1960, o governo brasileiro instituiu nos sistemas público e particular de ensino a disciplina “Educação Moral e Cívica”, com múltiplos propósitos, entre eles: fortalecimento moral, social e familiar dos estudantes, além da promoção dos conceitos de solidariedade humana, civismo e unidade nacional. Ao contrário da iniciativa governamental que propunha educação moral e cívica “laica”, a implantação da disciplina “Ética e Cidadania” nas etapas iniciais de todos os cursos de graduação é fruto da demanda institucional por uma formação holística dos indivíduos, calcada nos princípios bíblicos e nos valores do protestantismo reformado.

A presença da disciplina “Ética e Cidadania” em todos os cursos da Universidade é, portanto, fundamental como identificadora da confessionalidade professada pelo Mackenzie, mas é também a manifestação pública do empenho institucional em formar/capacitar pessoas que sejam autocríticas, abençoadoras da sociedade e motivo de glória ao Criador.

Esta é uma perspectiva saudável no reconhecimento da importância e pertinência desta disciplina, no contexto educacional mackenzista.

As Cartas de Princípios, conteúdo usado nas ministrações da disciplina “Ética e Cidadania” são um atestado da confessionalidade expressa pela instituição de ensino Mackenzie, na medida em que reflete seu compromisso com os primórdios históricos da referida academia, no posicionamento explícito de seus fundadores, o casal Chamberlain e durante estes catorze decênios com períodos mais próximos outros menos na interpretação, do sonho de seus idealizadores mas no cumprimento irrestrito da vocação educacional de confissão reformada.

Há de se reconhecer a mão da Providência que tem conduzido os destinos desta casa. Sua mantenedora, a Igreja Presbiteriana do Brasil, tem caminhado a seu lado, orientando sua caminhada e direcionando-a no cumprimento de sua vocação.

Os desafios são enormes, proporcional à grandeza de seu porte, mas a confissão no poder e sabedoria do Eterno faz da pesquisa em apreço um marco de esperança e louvor, assim: “ao Deus único e sábio seja dada a glória por meio de Jesus Cristo, pelos séculos dos séculos. Amém! (Rm 16.27)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J.Oliveira e A. Ambrósio de Pina. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2012.
- AGOSTINHO, Santo. *A Graça (I)*. Tradução Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.
- ALMEIDA, Saulo de Marcos & ELER, Eldman Francklin. *Carta de Princípios: Liberdade*. São Paulo: Mackenzie, 2003.
- ALMEIDA, Saulo de Marcos & ELER, Eldman Francklin. *Carta de Princípios: Liberdade Responsável*. São Paulo: Mackenzie, 2004.
- ANGLADA, Paulo *Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras*. São Paulo: Editora Os Puritanos, 1998, pp.178-179.
- ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- ARISTÓTELES, *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- AZEVEDO, Walmor Oliveira. *Ética em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. 2ª ed. São Paulo: Hedra, 2009.
- BARCLAY, W.- *Mateus*. Buenos Aires: Editorial La Aurora, 1973.
- BEZA, Theodoro de. *A vida e a morte de João Calvino*. Tradução por Valdyr Carvalho Luz. Campinas-SP: LPC, 2006.
- BIÉLER, André. *O pensamento econômico e social de Calvino*; tradução de Valdyr Carvalho Luz, 2ª ed. – São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- BITUN, Ricardo. *Henri Nouwen*. São Paulo: Ed. Vida, 2009.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9ª ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.
- CALVINO, João. *“As Institutas da Religião Cristã”*. Tradução Odayr Olivetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- CALVINO, João. *Beatitudes: Sermões sobre as bem-aventuranças*. Tradução de Júlio Zabatiero. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.
- CALVINO, João. *Comentário de I Coríntios*. Tradução de Valter Graciano Martins. São Paulo: Paracletos, 1996.
- CALVINO, João. *Efésios*. Tradução de Valter Graciano Martins. São José dos Campos SP: Editora Fiel, 2007.

- CALVINO, João. *O Livro dos Salmos, vol1*. Tradução de Valter Graciano Martins. São Paulo: Edições Parakletos, 1999.
- CALVINO, João. *Romanos*. Tradução de Valter Graciano Martins. 2ªed. São Paulo: Edições Parakletos, 2001.
- CALVINO, João. “*Verdadeira Vida Cristã*”. Tradução de Daniel Costa. 4ª ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2004.
- CARSON, D.A.; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1997
- CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER, Edição Especial da Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve Catecismo, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2012.
- COMÊNIO, João Amós. *Didáctica Magna*. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- COMENIUS, *Didáctica magna*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética, direito, moral e religião no mundo moderno*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- COSTA, Hermisten M. Pereira da. *Creio no Pai, no Filho e no Espírito Santo*. São José dos Campos: Fiel Editora, 2014.
- COSTA, Hermisten M. Pereira da. *João Calvino 500 anos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- DIDAQUÊ, em site www.pt.scribd.com consultado em 15 de julho de 2013 às 20h 30min.
- DROIT, Roger-Pol. *Ética: uma primeira conversa*. Tradução de Anália Correia Rios. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ELER, Eldman & HACK, Osvaldo. *Carta de Princípios: Ética e Justiça*. São Paulo: Mackenzie, 2001.
- EPÍSTOLA AOS ROMANOS, 2.14,15. In João Ferreira de Almeida. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: SBB, 2009.
- EPÍSTOLA AOS ROMANOS, 12.9. In João Ferreira de Almeida. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: SBB, 2009.
- EVANGELHO DE MATEUS, 5.37. In João Ferreira de Almeida. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: SBB, 2009.

- FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Vol 1. 2ª ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In.: PINSKY, Jaime e Carla (Orgs). *História da Cidadania*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010
- GINGRICH, F.; DANKER, F. *Léxico do N.T. Grego/Português*. São Paulo: Vida Nova, 1991.
- GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. *Ética cristã, educação e responsabilidade social em Lutero e Calvino*. In: LIBERAL, Márcia Mello Costa e SOUZA NETO, João Clemente (organizadores) *Ética, reflexões contemporâneas*. Curitiba: Arauco Editora, 2005.
- GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. *Religião, Educação e Progresso*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.
- GOMES, Paulo Sérgio; OLIVETT, Odayr. *Novo Testamento Interlinear Analítico Grego-Português*. São Paulo: Cultura Cristã. 2008.
- GOMES, Pinharanda. *Filosofia Grega Pré-socrática*. In.: Coleção Filosofia & Ensaio. 4ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- GUARINELLO, Norberto. Cidades-estado na antiguidade clássica. In. PINSKY, Jaime e Carla (Orgs). *História da Cidadania*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- GRENZ J. Stanley e SMITH, Jay T. *Dicionário de Ética*. São Paulo: Ed.Vida, 2005.
- HACK, Osvaldo. *Carta de Princípios: Ética*. São Paulo: Mackenzie, 2000.
- HACK, Osvaldo Henrique. *Mackenzie College e o ensino superior brasileiro: uma proposta de universidade* – São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.
- HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e Educação Brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.
- HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e Educação Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- HACK, Osvaldo Henrique. *Raízes Cristãs do Mackenzie e seu Perfil Confessional*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.
- HALSEMA, Thea B.Van. *João Calvino Era Assim*. São Paulo: Os Puritanos, 2010.
- HODGE, A. A. *Confissão de Fé, comentada por*. 2ª ed. São Paulo: Os Puritanos, 1999.

homota.blog.terra.com.br/tag/credo-dos-apostoloscredo-de-niceia/

acessado em 04 de junho de 2013, às 15h.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles e FRANCO, Francisco M. de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In.: PINSKY, Jaime e Carla (Orgs). *História da Cidadania*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. Tradução Ricardo Gouveia e Paulo Arantes. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

KUNG, Hans. *Projeto de Ética Mundial*. Tradução Haroldo Reimer. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

LÉONARD, Émile-G. *O Protestantismo Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

LESSA, Temudo. *Anais da primeira Igreja de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

LIBERAL, Márcia Mello Costa e SOUZA NETO, João Clemente (organizadores). *A influência da conduta ética no código profissional* In: *Ética, reflexões contemporâneas*. Curitiba: Arauco Editora, 2005

LEWIS, C. S. *As crônicas de Nárnia*, Tradução Silêda Steuernagel, Paulo Mendes Campos. 2ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEWIS, C.S. *Cartas de um diabo a seu aprendiz*. Tradução Juliana Lemos. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Carta de Princípios: Ética na Política e na Universidade*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Carta de Princípios: Universidade e Ecologia*. São Paulo: Mackenzie, 2007.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Carta de Princípios: Verdade e Pluralidade*. São Paulo: Mackenzie, 2008.

LOPES, Augustus Nicodemus; MATOS, Alderi Souza; PEREIRA, Hermisten Costa; FERREIRA, Franklin. *Carta de Princípios: Calvino e a Educação*. São Paulo: Mackenzie, 2009.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Carta de Princípios: Liberdade de Consciência e de Expressão*. São Paulo: Mackenzie, 2011.

- LOPES, Augustus Nicodemus. *Carta de Princípios: Universidade, Educação e Corrupção*. São Paulo: Mackenzie, 2012.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *Carta de Princípios: Violência e Educação*. São Paulo: Mackenzie, 2013.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa*. 2.^a ed. São Paulo: Educ, 2009.
- LUTERO, Martinho. *Bíblia sagrada com reflexões de Lutero*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.
- LUTERO, Martinho. *Obras Selecionadas: ética:fundamentos-oração – sexualidade – educação – economia, v.5*. Tradução de Martin N.Dreher – 2^a ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2011.
- LUZ PARA O CAMINHO, www.luz.eti.br/do_credopostolico.html acessado em 04 de junho 2013, às 15 h 20 min.
- MANUAL PRESBITERIANO, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.
- MARCONDES, Daniel. *Textos básicos de Ética de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARINO JUNIOR, Raul. *Bioética global: princípios para uma moral mundial e universal e de uma medicina mais humana*. São Paulo: Hagnos, 2009.
- MATEUS, M.D. em www.aborto.aaldeia.net/estatísticas-aborto-mundo, consultado em 15 de julho de 2013 às 22h.
- MATOS, Alderi. *Os Pioneiros*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- MATOS, Alderi S. *Uma Igreja Peregrina. História da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- MACHADO, Nilson. *Ética e Educação*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.
- McKIM, Donald. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. Tradução Gerson Correia de Lacerda. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1998.
- McGRATH, Alister. *Creio. Um estudo sobre as verdades essenciais da fé cristã no credo Apostólico*. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- MEILAENDER, Gilbert. *Bioética: Uma perspectiva cristã*. Tradução Antivan Guimarães Mendes, Lena Aranha, Lucy Yamakami. 2^a ed. São Paulo: Vida Nova, 2009.

- MENDES, Marcel. *Mackenzie no espelho*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.
- MENDES, Marcel. *Tempos de Transição. A nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.
- MONDAINI, Marco. O Respeito aos direitos dos indivíduos. In.: PINSKY, Jaime e Carla (Orgs). *História da Cidadania*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além do Bem e do Mal*. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- ONFRAY, Michel. *Tratado de ateologia*. Tradução de Luz Freiré. 3ª ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2006.
- PADOVANI, Umberto & CASTAGNOLA, Luís. *História da Filosofia*. 15ª ed.- são Paulo: Melhoramentos, 1993.
- PALLISTER, Alan. *Ética Cristã Hoje*. São Paulo: Shedd Publicações Ltda, 2005.
- PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Tradução de Paulo Oliveira. Bauru, SP: EDIPRO, 1995.
- PINSKY, Jaime e Carla. *História da Cidadania*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PINSKY, Jaime. *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS, 15.32 In.: João Ferreira de Almeida. *Bíblia Sagrada*. São Paulo SBB. 2009.
- PROFETA AMÓS 5. 11-14;21-24 In.: Nova Versão Internacional. *Bíblia Sagrada*. São Paulo. Sociedade Bíblica Internacional. 2000.
- PROFETA ISAÍAS, 1.15-17. In.: Nova Versão Internacional. *Bíblia Sagrada*. São Paulo. Sociedade Bíblica Internacional. 2000.
- REIFLER, Hans Ulrich. *A ética dos Dez Mandamentos*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2009.
- RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. São Paulo: O Semeador Ltda, 1987.
- RONZELLI, Pedro Junior. São Paulo, 2003 em www.mackenzie.br/upm.98.html acessado em 04 de junho de 2013 acessado às 22h.
- RORTY, Richard. *Uma ética laica*. Tradução Mirella Traversin Martino. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Antônio P. Machado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. *A Idade da Razão*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SCHAEFFER, F.A. *A Obra Consumada de Cristo*. Tradução Gabrielle Greggersen

Bretzke. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

SCHALKWIJK, F.L. *Coinê*. 9 ed. Patrocínio, MG. Ceibel. 2004.

SIMONTON, A. G. *Diário de Simonton*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SPINOZA, Baruch de. *Tratado político*. Tradução de José Pérez. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SPROUL, Robert Charles. *Filosofia para iniciantes*. Tradução Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 2002.

STOTT, John. *A mensagem de Romanos*. Tradução de Silêda e Marcos Steuernagel. São Paulo: ABU Editora, 2007.

VALLS, Álvaro L.M. *O que é ética*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Tradução de João Dell'Anna. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ZINGANO, Marco. *Aristóteles Ethica Nicomachea I 13 – III 8 tratado da virtudemoral*. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WALKER, Williston. *História da Igreja Cristã, vol.2*. Tradução de N.Duval da Silva. São Paulo: ASTE (Associação de Seminários Teológicos Evangélicos), 1967.

www.igrejashalom.org.br/Biblioteca/95teses-LUTERO.htm Acesso em 02 de junho de 2013.

www.mackenzie.com.br Portal Mackenzie: O Colégio Protestante de São Paulo por Alderi Souza de Matos consulta em 06 de junho de 2014 às 20h.

www.teuministerio.com.br/BRSPiPBRAIPDBD/BreveCatecismo.dsp. Acesso em 02 de junho de 2013, às 22h 40 min.